

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JESANA GERMANO DA SILVA

A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO

RECIFE

2023

JESANA GERMANO DA SILVA

A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos sociais.

Orientadora: Profa^a Dr^a Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota.

RECIFE

2023

S586r Silva, Jesana Germano da
A renovação do Serviço Social em Pernambuco / Jesana Germano da
Silva. - 2023.
102 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Pernambuco, CCSA, 2023.
Inclui referências.

1. Desenvolvimento Social. 2. Serviço Social. 3. Desigualdade Social.
I. Mota, Ana Elizabete Fiuza Simões da (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2024 – 080)

JESANA GERMANO DA SILVA

A Renovação do Serviço Social em Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco — PPGSS/UFPE para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 21/03/23 pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dra. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota (Orientadora e Examinadora interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dra. Sandra Maria Batista Silva (Examinadora externa)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Junior (Examinador externo)

Universidade Federal de Pernambuco

A mainha e painho, que nasceram em “Gurjaú das águas”

E aos que trabalharam no MEHSSPE

É dedicado este trabalho

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi elaborada entre o calor e o frio de uma pandemia global. Todas as páginas são reflexo de uma série de acontecimentos que precisaram ser ultrapassados. A crise global foi sobretudo local, e compartilhada por minha turma de mestrado, que pesquisou na ausência da Universidade - na ausência de suas bibliotecas, dos corredores cheios vida e da partilha presencial do amor pelo conhecimento. Assim, os agradecimentos aqui não são meras formalidades, agradeço a:

A Edilene e José, meus pais, por tudo.

A minha orientadora e grande referência, Bete Mota, pela paciência e generosidade.

A Adilson Junior, pelas portas abertas e disponibilidade de sempre.

A Sandra Silveira, pela confiança, conversas e conselhos, desde a graduação.

A Roberta Uchôa, pois “nunca esqueço a primeira vez que te vi”: marcante, revolucionária e humana.

Aos grandes amigos de longa data, Fernando, Guilherme e Estéfane, pelas mãos estendidas, risos e afetos.

A Anne Canela, minha maior confidente e cúmplice, por me entender tão bem.

A Juciele, irmã e aliada que a vida me deu.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro durante o mestrado.

“Era melhor esquecer o nó e pensar numa cama igual à de seu Tomás da bolandeira. Seu Tomás tinha uma cama de verdade, feita pelo carpinteiro, um estrado de sucupira alisado a enxó, com as juntas abertas a formão, tudo embutido direito, e um couro cru em cima, bem esticado e bem pregado. Ali podia um cristão estirar os ossos. Se vendesse as galinhas e a marrã? Infelizmente a excomungada raposa tinha comido a pedrês, a mais gorda. Precisava dar uma lição à raposa. Ia armar o mundéu junto do poleiro e quebrar o espinhaço daquela sem-vergonha. Ergueu-se, foi à camarinha procurar qualquer coisa, voltou desanimada e esquecida. Onde tinha a cabeça? Sentou-se na janela baixa da cozinha, desgostosa. Venderia as galinhas e a marrã, deixaria de comprar querosene. Inútil consultar Fabiano, que sempre se entusiasmava, arrumava projetos. Esfriava logo — e ela franzia a testa, espantada, certa de que o marido se satisfazia com a ideia de possuir uma cama. Sinha Vitória desejava uma cama real, de couro e sucupira, igual à de seu Tomás da bolandeira”. (Vidas Secas, Graciliano Ramos)

RESUMO

Esta dissertação busca apresentar uma leitura sobre a relação entre o Serviço Social em Pernambuco e ideologia do desenvolvimento, no contexto econômico-político que antecede a ditadura do grande capital. O objetivo principal desta pesquisa é identificar as implicações da ideologia do desenvolvimento para o Serviço Social em Pernambuco, tomando como referência a antiga Escola de Serviço Social em Pernambuco (ESSPE), no início da década de 1960. Trata-se de um período marcado pela “guerra fria” e permeado por uma crise política de hegemonia nacional-regional. Desse contexto emerge uma luta de classes rural/urbana que disputava sobre o tipo de padrão de desenvolvimento que o país deveria tomar para superar o seu subdesenvolvimento. Neste processo, ocorre o enraizamento da ideologia do desenvolvimento e do desenvolvimento de comunidade no país, influenciando a forma e o conteúdo do aparelho estatal brasileiro. Esta pesquisa sugere que os processos de reprodução da força de trabalho e de reprodução do controle e da ideologia dominante vigentes no contexto de crise nacional-regional do início da década de 1960 pressupõe a incorporação da ideologia de desenvolvimento no Serviço Social em Pernambuco. Isto permite que a profissão seja inserida nos processos e projetos desenvolvimentistas por meio de sua inclusão nos programas de desenvolvimento de comunidade. Através de sua autonomia relativa, a profissão começa a apresentar posições políticas sobre qual o padrão de desenvolvimento o país deveria tomar. Verifica-se que, nesse contexto, a ideologia de desenvolvimento na ESSPE aparece através da existência do Movimento de Cultura Popular (MPC), capitaneado por Paulo Freire, que destoava substancialmente da perspectiva que predominava no período: um funcionalismo relativo à ideologia do desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: ideologia do desenvolvimento; Serviço Social em Pernambuco; desenvolvimento de comunidade; desenvolvimento desigual e combinado.

RESUMEN

Esta disertación busca presentar una lectura de la relación entre Trabajo Social en Pernambuco y la ideología del desarrollo, en el contexto económico-político que precede a la dictadura del gran capital. El principal objetivo de esta investigación es identificar las implicaciones de la ideología del desarrollo para el Trabajo Social en Pernambuco, tomando como referencia la antigua Escuela de Trabajo Social de Pernambuco (ETSPE), a principios de los años 1960 y permeada por la “guerra fría”. una crisis política de hegemonía nacional-regional. De este contexto surge una lucha de clases rural/urbana que se disputaba el tipo de patrón de desarrollo que debía adoptar el país para superar su subdesarrollo. En este proceso, la ideología del desarrollo y del desarrollo comunitario se arraiga en el país, influyendo en la forma y el contenido del aparato estatal brasileño. Esta investigación sugiere que los procesos de reproducción de la fuerza de trabajo y de reproducción del control y de la ideología dominante vigentes en el contexto de la crisis nacional-regional de principios de los años 1960 presuponen la incorporación de la ideología del desarrollo en el Trabajo Social en Pernambuco. Esto permite insertar a la profesión en procesos y proyectos de desarrollo a través de su inclusión en programas de desarrollo comunitario. A través de su relativa autonomía, la profesión comienza a presentar posiciones políticas sobre qué patrón de desarrollo debería adoptar el país. Parece que, en este contexto, la ideología del desarrollo en el ETSPE aparece a través de la existencia del Movimiento de Cultura Popular (MPC), liderado por Paulo Freire, que difirió sustancialmente de la perspectiva que predominó en el período: un funcionalismo relacionado con la ideología de desarrollo.

PALABRAS CLAVE: ideología del desarrollo; Trabajo Social en Pernambuco; desarrollo comunitario; desarrollo desigual y combinado.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do número de matrículas e diplomações da Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1969) (Página 83).

Gráfico 2: Evolução dos TCCs da ESSPE por método adotado (Página 88).

LISTA DE QUADROS

Tabela 1: Quadro de disciplinas da Escola de Serviço Social em Pernambuco (1950-1960) (Página 86).

Tabela 2: TCCs sobre as abordagens comunitárias na ESSPE (1958-1963) (página 88-89)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BN – Banco do Nordeste

BN – Banco do Nordeste

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

ESSPE – Escola de Serviço Social de Pernambuco

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK – Juscelino Kubi

JQ – Jânio Quadros

MCP - Movimento de Cultura Popular de Pernambuco

OCS - Obras Contra as Secas

ONU – Organização das Nações Unidas

PND - Política de Desenvolvimento para o Nordeste

SUDENE – Super Intendência de Desenvolvimento para o Nordeste

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Caminhos Teórico-Metodológicos.....	21
1.2 Uma leitura sobre as relações sociais na periferia do capitalismo.....	24
1.3 O Nordeste brasileiro como região econômica e política.....	34
2. “O VELHO ESTÁ MORRENDO E O NOVO NÃO PODE NASCER”: CRISE POLÍTICA REGIONAL E NACIONAL NO BRASIL E IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO COMO HORIZONTE UTÓPICO (1960-1964)	40
2.1 Crise nacional-regional e luta de classes no Brasil.....	44
2.2 O enraizamento da ideologia do desenvolvimento e o desenvolvimento de comunidade como horizonte utópico adjetivado.....	56
2.2.1 Enraizamento da ideologia do desenvolvimento no Brasil.....	56
2.2.2 Desenvolvimento de comunidade como horizonte utópico adjetivado e Serviço Social.....	66
3. A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E O SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO.....	69
3.1 O Serviço Social entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução do controle da ideologia dominante.....	69
3.2 Aspectos gerais da Escola de Serviço Social em Pernambuco (1950-1960)	77
3.2.1 A origem e desenvolvimento da ESSPE.....	78
3.3 Da organização de comunidade ao desenvolvimento de comunidade.....	84
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
5. REFERÊNCIAS.....	100

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca apresentar uma leitura sobre a relação entre o Serviço Social em Pernambuco e a ideologia do desenvolvimento, no contexto econômico-político que antecede a ditadura do grande capital. O objetivo principal desta pesquisa é identificar as possíveis implicações da ideologia do desenvolvimento para o Serviço Social em Pernambuco, a partir de revisão bibliográfica e documental da fortuna crítica sobre os fundamentos da profissão e dos documentos da antiga Escola de Serviço Social em Pernambuco (ESSPE). O objeto desta dissertação corresponde àquilo que estruturou o Serviço Social, como profissão, num dado momento da formação social do Brasil, enfatizando a região Nordeste do Brasil.

O percurso desta pesquisa é vinculado ao projeto de extensão *Memória e História do Serviço Social em Pernambuco (1940-1970)* (MEHSSPE)¹, iniciativa coordenada pelo professor do departamento de Serviço Social da UFPE, Adilson Aquino Silveira Junior, que contou com a participação de docentes e discentes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) na digitalização, sistematização e análise dos documentos da ESSPE, resultando na produção de artigos e livros sobre a história da profissão no Estado e por extensão na região Nordeste.²

¹No site do projeto, consta a seguinte apresentação: “Esta é uma ação de extensão universitária que possui como temas a memória e a história do Serviço Social em Pernambuco. Vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, o projeto desenvolve ações em três planos: organização e publicização do acervo histórico e de documentos do Serviço Social em Pernambuco; incentivo a estudos sobre as dimensões e tendências da profissão no estado; e disseminação de conhecimentos sobre essa história e memória. A pretensão é contribuir com o acesso público a documentos, e com a produção científica vinculada a história do Serviço Social e de instituições sociais do estado de Pernambuco”.

²A ideia de retomar discussões sobre os fundamentos do Serviço Social em Pernambuco e por extensão no Nordeste não é uma novidade no departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Entre 2004 e 2006, o Projeto de Extensão intitulado *Memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco*, coordenado pelo professor Denis Antônio de Mendonça Bernardes, buscou compreender o desenvolvimento da profissão no Nordeste a partir dos documentos da antiga Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESSPE). A iniciativa permitiu que fosse construído o *Memorial Denis Bernardes*, um acervo histórico e memorialístico sobre a profissão no Estado, atualmente vinculado à Biblioteca Central (BC) da UFPE. Trata-se de um compilado documental composto por Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da ESS/PE, artigos de Jornais, além de teses e dissertação sobre a profissão no Nordeste que condensa um universo temático mais abrangente que engloba a questão social no Nordeste, o desenvolvimento do capitalismo na região etc.

Seguindo a trilha das pesquisas do MEHSSPE, foi possível observar que, nacionalmente falando, de suas protoformas até a sua profissionalização, o Serviço Social no Brasil não se estabelece de maneira idêntica nas regiões; ele se desenvolve numa dinâmica complexa e abrangente, atrelada ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo periférico e dependente brasileiro. Trata-se de uma profissão inserida num país forjado pela colonização e pelo escravismo, país este que foi inserido na divisão internacional do trabalho com o selo da dependência econômica; os caminhos seguidos pela profissão, portanto, acompanham as necessidades tanto do capital quanto do trabalho que se constituem através de particularidades inter-regionais.

Historicamente falando, o Brasil do início da década de 1960, período marcado pela gestão de Jânio Quadros, João Goulart e Miguel Arraes, foi permeado por uma crise política de hegemonia nacional-regional que influenciou o Serviço Social. Neste período, ocorriam contestações sobre o padrão econômico e político do país que, de certo modo, se vinculavam ao debate sobre o desenvolvimento nacional-regional e o que poderia ser feito para superar o histórico “atraso” nacional. Segundo Ianni (1977, p. 216-217), o período apresentava três faces importantes: 1) foi uma crise que “exprimia o agravamento dos antagonismos entre diferentes estratégias ou opções políticas de desenvolvimento”; 2) “ela exprimia o aprofundamento dos antagonismos entre os poderes da república, em especial o executivo e o legislativo”; 3) “à medida que se estendia e aprofundava a crise político-econômica, politizavam-se ainda mais as populações urbanas e rurais, acentuando-se as contradições entre as classes sociais”. Todo caldo político da época, comumente denominado como “efervescência política” ou de luta por “reformas de base”, jogava o jogo sobre como dar continuidade ao processo de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil.

Nesse contexto, o “problema regional” passou a ser pautado politicamente pelo Estado brasileiro, dentro de perspectivas muito distintas daquelas vinculadas às Obras Contra as Secas (OCS). São emblemáticas as criações, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (1952) e o Banco do Nordeste (BN) (1953), que juntos visavam possibilitar “o empreendimento de obras vultosas, capazes de servir de base à expansão econômica do Nordeste” (VARGAS, 1953, p. 16).

Na gestão de JK, por exemplo, o “Plano de Metas” conduzia ações que objetivavam o desenvolvimento regional e a integração das regiões à econômica nacional,

sendo a Política de Desenvolvimento para o Nordeste (PDN) (1958), arquitetada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) um marco nesse processo. Tendo Celso Furtado coordenando o Grupo, que no ano seguinte desencadeou na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (1959), a Política identificava que, naquela etapa da formação social do país, a desigualdade regional era o principal problema econômico do Brasil.

Os intelectuais da PND identificaram a região Nordeste como a menos desenvolvida do hemisfério ocidental por conter uma renda per capita similar ao Haiti, Honduras, Bolívia, Paraguai e Caribe. Segundo a PND a causa do atraso do Nordeste estava “na pobreza relativa do seu suporte físico” e seu subdesenvolvimento ganhava destaque no cenário nacional e internacional por causa de seu nível populacional, que era superior a todos os países anteriormente citados

A região nordeste começou a ser pautada pelo Estado não apenas a partir da “problemática das secas”, mas também a partir dos seus índices econômicos e sociais que supostamente impediam o pleno desenvolvimento do Brasil como nação. Era necessário identificar as causas do atraso do Nordeste e mirar a região também a partir de suas potencialidades. No entanto, a região não se destacou no cenário nacional apenas em decorrência do seu expressivo subdesenvolvimento que “dificultava” o desenvolvimento nacional. Se ergueram movimentos políticos organizados, que ligaram o sinal de alerta das classes dominantes da região Sudeste – então denominado região Centro-Sul, explicitando a existência de desigualdades no país que se vinculavam a algo mais profundo: ao seu processo de desenvolvimento desigual entre regiões. Segundo Francisco de Oliveira (1981), os conflitos de classe que surgiram tinham bases estruturais distintas da região sudeste e as contraditórias correlações de força eram vinculadas à anatomia das classes sociais no Nordeste, constituídas de forma não tradicional, a partir dos parâmetros capitalistas.

Ainda na esteira das reflexões produzidas pelo MEHSSPE, a fundamentação sobre o Serviço Social segue os pressupostos elaborados por Iamamoto e Carvalho (2015), Iamamoto (2015) e José Paulo Netto (2013). Ao refletir sobre a profissionalização do Serviço Social, Netto (2013) revela que ela ocorre no processo de expansão do capitalismo monopolista e se estabelece a partir de sua inserção como agente técnico no mercado de trabalho, em condições de assalariamento. O autor enfatiza que

é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social (NETTO, 2013, p.55)

Em nossa concepção, o autor concentra sua problemática nas seguintes questões: a profissionalização do Serviço Social advém do quê? Suas transformações são originadas a partir de quais forças sociais? A resposta apresentada por ele está concentrada sobre o que a expansão do capitalismo monopolista proporciona para o Serviço Social. Netto (2013, p. 55) afirma que

não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, independentemente das protoformas, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho. Trata-se, justamente, do espaço que se engendra na sociedade burguesa quando o monopólio se consolida [...]. É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social.

O complexo prático, teórico, político e cultural que constitui determinada profissão é realinhado por mudanças societárias que rebatem na divisão sócio técnica do trabalho e que configura direções e tendências distintas no interior de qualquer profissão (NETTO, 1996). No entanto, as profissões podem responder às mudanças do universo da produção e reprodução social com ponderáveis críticas, uma vez que no próprio antagonismo entre capital e trabalho é possível encontrar uma dialética permeada por oposições ao modelo capitalista, através da *práxis* de sujeitos engajados na história, que constroem conhecimento teórico sobre a prática profissional sem uma pretensa neutralidade científica.

Neste sentido, considerando que a profissão acompanha as demandas macrosociais, Netto (2015, p. 214) nos dá uma pista sobre uma das tendências da profissão, ao observar que o Serviço Social é concebido como um “instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento”, inserido numa lógica onde

a relação subdesenvolvimento/desenvolvimento é pensada como um *continuum*, o subdesenvolvimento aparecendo como uma etapa de um processo cumulativo que, submetida a intervenções racionais e planejadas, ver-se-ia ultrapassada e deslocada pela dinâmica que conduziria ao outro polo do *continuum*.

Ainda segundo o autor, essa lógica aparece entre as décadas de 1950 e 1960 como uma problemática elementar no país e inserido no caldo cultural e político da época, que podem ser ilustrados a partir das ações de entidades como a Comissão Econômica para a

América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), citando apenas algumas. Um dos objetivos das intervenções sobre esse *continuum*, era subordinar os setores arcaicos aos setores modernos de maneira estratégica, para induzir mudanças através do aumento dos níveis de bem-estar social, e assim impedir processos revolucionários (NETTO, 2015).

De maneira mais abrangente, a temática do desenvolvimento aparece no Serviço Social no Brasil a partir do II congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1961 na cidade do Rio de Janeiro, que tinha como tema geral “Desenvolvimento nacional para o bem-estar social”. O então presidente da república Jânio Quadros (JQ) (que governou entre janeiro e agosto de 1961), participou do congresso e chegou a afirmar que

o processo de desenvolvimento a que almejamos enseja a participação do homem na solução dos seus problemas, tornando-o agente de seu próprio bem-estar. É por aí que o Serviço Social se transforma num instrumento da democracia, ao permitir a verdadeira integração do povo em todas as decisões da comunidade (CBCISS, 1961, p. 33).

Neste congresso, especificamente na 5ª sessão plenária³, a questão regional aparece atrelada a outras ideias chave: desenvolvimento, organização de comunidade e planejamento. Na abordagem presente no documento, o desenvolvimento é um horizonte a ser alcançado, que necessita da organização de comunidade e do planejamento como um meio técnico e instrumental para alcançar seu fim – que seria o desenvolvimento nacional. Ademais, a problemática da formação social do país é abordada a partir da constatação da permanência de alguns traços estruturais do período colonial, recaindo na identificação do *paternalismo* da organização social como o maior problema da realidade nacional. Os objetivos apresentados no congresso colocam o ser humano, em abstrato, no centro do desenvolvimentismo, através da noção de participação popular, para que a finalidade do desenvolvimento seja alcançada.

Muito embora as abordagens sobre a relação entre Serviço Social e ideologia do desenvolvimento se vinculem majoritariamente ao desenvolvimento de comunidade, nossa abordagem compreende que a ideologia supracitada marca a modalidade de razão ao qual a profissão responde (GUERRA, 2009), que pode ser mediada pelo método de desenvolvimento de comunidade, mas também por outras metodologias (de caso, de grupo, dentre outras). O que buscamos destacar neste trabalho não é o impacto da

³ Importante salientar que a 5ª plenária do congresso realizada no dia 19 de maio de 1961 tinha como presidente da mesa o Charles Edgar Moritz, empresário, patriarca e então presidente do SESC, e o economista João Paulo de Almeida Magalhães.

ideologia do desenvolvimento no Serviço Social em Pernambuco, mas de observar a particularidade do Serviço Social em Pernambuco no período de enraizamento dessa ideologia no país.

Buscaremos posicionar o Nordeste brasileiro no centro da questão, a partir da hipótese apresentada por Fernando Correia Prado (2020), que entende a ideologia do desenvolvimento como um horizonte utópico. O autor é muito preciso ao identificar que nas próprias perguntas sobre “como desenvolver o país” ou “quais obstáculos que o Brasil deve superar para se desenvolver” é possível identificar um caráter mistificador que naturaliza “as relações de dominação e exploração vigentes, mediante um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização e determinados projetos políticos particulares como sendo universais” (PRADO, 2020, p. 32).

O autor expõe sete hipóteses sobre a ideologia do desenvolvimento que há 70 anos aparece como um horizonte utópico para cientistas sociais, economistas, agentes políticos, estadistas e, por que não dizer, assistentes sociais. A abordagem do autor versa sobre a ideologia de desenvolvimento a partir de sua “presença atual, origem, enraizamento, desdobramento, hegemonia, tendência ao economicismo e, finalmente, possíveis formas de superação” (ibidem). Nossa proposta recupera o período de enraizamento tendo como mediação a Escola de Serviço Social de Pernambuco.

É importante enfatizar que a justificativa deste trabalho, segue a perspectiva de inserir na dinâmica de pesquisa dos programas de pós graduação em Serviço Social no Brasil, estudos mais abrangentes sobre a profissão no país, em consonância com aquilo que Netto (2016) enfatizou no artigo publicado no livro “Serviço Social no Brasil – Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo”.

Na ocasião do texto, o autor levanta uma questão que se inscreve como objeto de atenção para assistentes sociais na contemporaneidade e que versa sobre a memória e a história do Serviço Social no Brasil, em seus mais de 80 anos de trajetória. Ao pontuar sobre a abordagem histórica da profissão no Brasil, o autor levanta duas hipóteses centrais:

“1) cresce visivelmente o quantitativo de estudos localizados e particulares acerca da fundação de escolas e cursos, de áreas de intervenção profissional, de instituições/organizações demandantes de assistentes sociais, de eventos significativos etc.; 2) são praticamente inexistentes os estudos que visam à

elaboração de abordagens abrangentes, inclusivas, do Serviço Social no Brasil como um todo”.

As duas hipóteses levantadas por Netto (2016) são complementares, sendo a primeira entendida como fonte para uma história mais abrangente da profissão e a segunda entendida como uma linha interpretativa que disponibilize significação social e profissional à primeira. Ambas não expressam um problema em si. A grande problemática levantada pelo autor está localizada na quantidade maior de estudos mais localizados/particulares, causando uma “atrofia das abordagens históricas abrangentes e macroscópicas” (NETTO, 2016, p. 55). Ou seja, nas duas hipóteses estão contidas tendências interpretativas realizadas pela profissão sobre si mesma e sobre a realidade social, onde o que tem prevalecido é a tendência *focalista* nas abordagens sobre a profissão.

Caminhando um pouco mais atrás no tempo, Iamamoto (2015), na obra “Serviço Social em tempo de capital fetiche”, publicado em 2007, já levantava uma hipótese semelhante à de Netto, quanto à falta de presença significativa de estudos mais abrangentes sobre a profissão, a saber:

O esforço de qualificação teórica no marco das múltiplas relações societárias em que se inscreve a profissão, em busca de preservar a sua historicidade – condição essencial para consolidar a ruptura com a endogenia no debate profissional -, tem redundado num relativo obscurecimento e numa posição secundária que a análise da profissão vem ocupando na literatura especializada, Apreender as múltiplas determinações societárias incidentes no trabalho profissional é de fundamental relevo, mas faz também necessária a viagem de volta que permita uma rica releitura desse trabalho saturado daquelas determinações (IAMAMOTO, 2015, p. 244)

Para Iamamoto (2015, p. 244), além de serem “parcas as produções recentes que têm o Serviço Social como objeto central de suas pesquisas”, ocorre também

a incorporação, pelos próprios pesquisadores, de uma imagem social subalternizada da profissão, redundando numa relação envergonhada com o Serviço Social, não assumida enquanto tal, e encoberta na busca de temas considerados de maior relevo acadêmico e social como objeto das investigações. Essa tendência se radicaliza na análise do trabalho ou da “prática profissional”, que vem ocupando um lugar secundário na agenda recente da produção acadêmica especializada.

Em nossa concepção, ambos autores levantam hipóteses que apontam para a necessidade de observar a profissão a partir das determinações histórico-concretas e não apenas a partir das definições sobre o que seria o Serviço Social. Os pressupostos analíticos realizados por Iamamoto e Carvalho (2015), por exemplo, precisam ser

encarados pela categoria profissional como chaves de leitura para identificar, no movimento histórico-concreto, as contradições, mediações e tendências do ser social

A exposição do trabalho está dividida em três capítulos: O primeiro apresenta a introdução, o percurso teórico-metodológico e categorial utilizado. Seguimos a perspectiva do materialismo histórico dialético, a partir das produções enraizadas na particularidade nacional e regional, responsáveis por construir uma leitura sobre a formação social do país e do Nordeste, a partir de uma perspectiva de totalidade.

No segundo capítulo, buscamos apresentar um resgate histórico sobre as tendências do capitalismo no Brasil e no Nordeste entre os finais dos anos 1950 e início da década de 1960, a partir da luta de classes e da identificação da existência de uma crise política nacional e regional, apresentada como crise de hegemonia burguesa; ademais de apresentar uma leitura sobre o enraizamento da ideologia do desenvolvimento e desenvolvimento de comunidade no país.

No terceiro e último capítulo, apresentamos os processos de reprodução da força de trabalho e de reprodução do controle e da ideologia dominante como formas constitutivas da profissão que permitiram as implicações da ideologia do desenvolvimento na Escola.

1.1 Caminhos teórico-metodológicos

Esta dissertação é de natureza qualitativa e sua perspectiva está alinhada ao materialismo histórico e dialético, que dispõe da categoria de totalidade como a possibilidade de observar o singular e o particular em suas múltiplas determinações e contradições. Conforme ressalta Octavio Ianni (2011), para entender os acontecimentos ou fatos e transformá-los em objetos de reflexão teórica, é necessário um longo desenvolvimento reflexivo que permita compreender as representações e significados que compõem o objeto. Ou seja, é um pressuposto metodológico da tradição marxista o reconhecimento de que a realidade social não se conhece na imediatez empírica. Os conceitos não estão soltos numa órbita isolada e separados da totalidade e dos aspectos ideológicos da sociedade capitalista.

Para o autor, “explicar a realidade é não descobrir os nexos que constituem a realidade, mas ajudar essa realidade a se constituir” (IANNI, 2011, p. 01); em outras palavras, o empírico que compõe o real é uma parte da realidade que deve estar na composição da metodologia do pesquisador, mas dentro de uma lógica crítica, dialética e num tempo que permita a reflexão, ainda segundo o autor, “demorada, reiterada e obstinada”, para conhecer a essência dos fatos.

É oportuno mencionar Lukács (2003, p. 64) quando diz que “em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método [...] que esse método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido dos seus fundadores”, mas com cautela para que os “aperfeiçoamentos” não levem ao ecletismo. Sendo assim, a teoria crítica marxista é um conduto que permite apreender as principais categorias do ser social através da lógica dialética, que no interior do marxismo apresenta-se de maneira revolucionária (LUKÁCS, 2003).

Isto significa que nosso objeto não será compreendido a partir de uma causalidade unilateral e rígida, mas sim a partir da “relação dialética do sujeito e do objeto no processo da história [...] onde a transformação da realidade constitui problema central” (LUKÁCS, 2003, p. 67). Aqui, as categorias econômicas têm formas e condições de existência transformados em fatos⁴ pelas ciências burguesas. Por isto, reconhecendo que “todo conhecimento da realidade parte de fatos, trata-se de saber quais dados da vida e em que contexto metódico merecem ser considerados como fatos importantes para o conhecimento” (ibidem, p. 71).

Sendo assim, nossa abordagem será realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, do acervo digital do MEHSSPE⁵. Os documentos do acervo possuem sua relevância porque informam sobre as parcerias realizadas entre a Escola e outras

⁴ Para Lukács (2003, p. 71) “a mais simples enumeração de fatos, a justaposição mais despojada de comentário já é uma ‘interpretação’, que nesse nível os fatos já foram apreendidos a partir de uma teoria, de um método, que eles são abstraídos do contexto da vida no qual se encontravam originariamente e introduzidos no contexto de uma teoria”.

⁵ Tal acervo se desdobra em três seções, correspondentes à natureza das fontes documentais disponíveis: a primeira relaciona os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) das alunas e alunos da antiga Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESSPE) – instituição existente entre 1940 e 1971, depois agregada à UFPE; a segunda informa a lista de documentos da ESSPE, os quais constituem evidências dos processos de funcionamento da instituição; e a terceira cataloga matérias do Jornal Folha de Manhã, com a respectiva transcrição da maioria delas, nas quais se encontram notícias e artigos, majoritariamente assinados pelo interventor do Estado Novo em Pernambuco, Agamenon Magalhães, explicitando as ideologias que informavam a atuação governamental em torno das refrações da questão social entre os anos de 1938 e 1944” (MEHSSPE, 2019, p. 6).

entidades, além de apresentarem as políticas sociais, os campos de estágio da Escola e as abordagens utilizadas pelas alunas. O objeto desta pesquisa está posicionado entre as demandas para o Serviço Social em Pernambuco e o horizonte do Serviço Social no processo de enraizamento da ideologia do desenvolvimento no país.

A perspectiva da pesquisa pressupõe uma abordagem a partir das *contradições, mediações e totalidade*, a fim de identificar nas tendências do capitalismo no período pós segunda guerra as possíveis conexões com o Serviço Social em Pernambuco. Foi seguido quatro mecanismos metodológicos de coleta de dados: 1) Realizar um levantamento dos principais autores do Serviço Social no Brasil, buscando as elaborações sobre a gênese da renovação profissional. 2) Realizar um levantamento panorâmico de autores que buscaram explicar a formação social do Brasil e do Nordeste brasileiro, através de intérpretes considerados “clássicos”; 3) Mirar na particularidade nacional-regional dos anos 1950/1960, a partir das relações entre o Estado e as classes sociais e 4) Levantamento dos documentos que fazem parte do acervo do MEHSSPE, enfatizando os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) entre 1950-1963 que tenham como núcleo temático o desenvolvimento de comunidade.

Historicamente falando, depois da construção do Projeto ético político na década de 1990, o Serviço Social no Brasil incorporou um direcionamento hegemônico. Se hoje compreendemos as relações sociais a partir de uma matriz teórico-metodológica e se apresentamos a emancipação dos sujeitos como um horizonte social, um pressuposto ético-político e uma resposta para as contradições do capitalismo, isto só foi possível a partir da relação estabelecida entre a profissão e a luta de classes em determinado tempo histórico: a tomada de consciência da profissão sobre sua participação na correlação de forças entre capital e trabalho, em determinado momento da formação social brasileira.

Como assistentes sociais, alcançamos um nível de criticidade na compreensão sobre a realidade brasileira que só foi possível a partir de décadas de debate sobre os rumos do Estado, das políticas sociais, dos projetos de desenvolvimento, do financiamento público. Em suma, tal criticidade reluz a abrangente luta de classes constituída no contexto de capitalismo periférico e dependente, profundamente marcado por um desenvolvimento desigual regional.

1.2 Uma leitura sobre as relações sociais na partir da periferia do capitalismo

Qualquer estudo teórico que tome a sociedade brasileira como objeto, encontra um terreno muito complexo, repleto de contradições, com características que envolvem seus principais dilemas históricos vinculados à forma e ao conteúdo de sua fundação e desenvolvimento. Dentre os diversos dilemas que compõem a formação social do Brasil, dois ganham destaque por sua relevância em termos econômicos, políticos e sociais: seu caráter dependente e subdesenvolvido. Quais forças sociais são responsáveis pelo desenvolvimento da dependência econômica do país e como isto se conecta ao seu subdesenvolvimento? Mais que isto: por que o subdesenvolvimento se mantém e quais os desdobramentos para as classes trabalhadoras? Estas perguntas, que buscaremos responder no decorrer deste tópico, apresentam condições que formam uma unidade posta pelo desenvolvimento histórico da formação social do Brasil, que se transformou em problemática para os que buscam explicar a realidade, seja para mantê-la, seja para transformá-la.

Existem muitas ideias sobre o sentido do Brasil que buscam na sua formação sócio-econômica as particularidades históricas que mediam sua posição no capitalismo global. Segundo Antônio Candido (1995), no período pós 1930 surgiram no país três correntes interpretativas alinhadas a tradições histórico-conceituais distintas apresentadas por três autores em seus respectivos livros: Gilberto Freyre com *Casa Grande e Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil* e Caio Prado Junior com *Formação do Brasil Contemporâneo*.

As bases interpretativas desses autores e sua repercussão na cultura intelectual brasileira fogem de nosso propósito aqui; no entanto, a composição pioneira elaborada por Caio Prado Júnior chama nossa atenção por uma questão de perspectiva – com fundo político. O autor apresenta explicações sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em termos de sua superação, de sua transformação⁶. O autor inaugura no país uma linha

⁶“Colocando as classes sociais fora da estrutura, como se explica a transformação social? Há duas possibilidades. Se as classes são vistas como tendo um papel a desempenhar na transformação, se está assumindo a necessidade da interferência de um elemento de fora da estrutura na sua transformação, o que equivale discutir, negando, o desenvolvimento interno da estrutura em termos históricos. Se a perspectiva é de que as classes não têm um papel na transformação, esta poderia ser: “natural” (no sentido de não histórico) e assim, necessária – e estaríamos diante de um tipo qualquer de determinismo; ou provocada por elementos situados no plano das ideias, valores, etc. – e estaríamos em pleno domínio idealista; ou decorrência das articulações no próprio plano econômico – e estaríamos dentro do determinismo

interpretativa materialista histórica que pressupõem a décima tese de Marx (1982, s/p) à Feuerbach, que institui como ponto de partida do seu materialismo “a sociedade humana ou a humanidade socializada”. Ao qual, como disse Marx (1996, p. 26), “a produção do indivíduo isolado fora da sociedade é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si”.

Toda formação social de um país é marcada por uma história de transmissão e de derivação, seja cultural, seja econômica. A grande questão é conceber a natureza dessa transmissão e derivação: se ocorre por meio da violência, exploração ou expropriação. Uma história sobre o desenvolvimento de seu território, de seu povo, de sua língua, de suas leis mais gerais, de seu Estado e de sua relação com outros territórios e povos, em suma, toda formação é constituída por um conjunto de relações sociais. Além disso, as formações sociais são marcadas pelas elaborações ideo-conceituais sobre seu processo histórico e societário que constitui a forma e o conteúdo dos vetores econômicos, políticos, culturais, regionais, dentre outros, que dão densidade à constituição do Estado.

Netto e Braz (2006) apresentam algumas categorias centrais que tentam esclarecer como se desenvolveram a relação entre ser humano e natureza e como se constituíram a base de suas relações sociais. Para os autores, as relações sociais aparecem como objeto de análise nos clássicos da economia política⁷, e suas reflexões, de base jusnaturalista, insinuam que determinadas categorias econômicas, tais como dinheiro, mercado, lucro, etc., eram naturais, eternas e imutáveis.

No entanto, o arquétipo conceitual alicerçado em princípios que fundamentavam a existência, como afirma Coutinho (2011, p. 18) de “indivíduos ontologicamente isolados, possessivos e auto centrados”, sendo a propriedade privada algo natural, foi paulatinamente sendo transformado em objeto de crítica. Assim, a problemática do conjunto das relações sociais tornou-se objeto de análise da crítica marxiana, onde, conforme lembram Braz e Netto (2006, p. 16):

A crítica marxiana à Economia Política não significou a negação teórica dos clássicos; significou a sua superação, incorporando as suas conquistas, mostrando os seus limites e desconstruindo os seus equívocos. Antes de mais nada, Marx historicizou as categorias manejadas pelos clássicos, rompendo com a naturalização que as pressupunha como eternas; e pôde fazê-lo porque

econômico. Fora dessas possibilidades, resta a de não dar prioridade à transformação na análise, ficando com a estrutura e o seu funcionamento – a opção funcionalista. (CARDOSO, 1978, p. 58)

⁷ “o objetivo da Economia Política é o estudo das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios materiais que permitem a satisfação das necessidades dos homens, historicamente determinadas”. (NETTO & BRAZ, 2006)

empregou na sua análise um método novo (o método crítico-dialético, conhecido como materialismo histórico)⁸.

A partir da tradição marxista, ancorada na perspectiva de Lukács (2018), é possível observar o desenvolvimento das sociedades, do ser social, a partir de complexos amplos que remetem àquilo que ele denomina por “salto ontológico”, quando o trabalho está no centro da mudança do *ser* meramente orgânico e inorgânico para o *ser social*. Esse “salto”, em todos seus estágios, só é possível por causa do trabalho, em seu *pôr teleológico*, caracterizado essencialmente pela autoatividade e luta pela existência dos seres humanos.

Seres humanos se transformam em seres sociais através do intercâmbio com a natureza e por meio desse intercâmbio realizam a produção e a reprodução de suas vidas, construindo sociedades através da associação em grupos, da instauração de uma divisão social/sexual do trabalho e das construções de reflexões ideais que fazem sobre todo o conjunto de complexos que tem diante de si. A base societária, a sua *infraestrutura*, é conduzida na razão de particularidades históricas que informam o desenvolvimento dos conflitos entre as classes sociais e o *pôr teleológico* racionalizado na disputa por hegemonia.

A *infraestrutura* e a *superestrutura*⁹ são conceitos que servem de base analítica para entender o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas contradições de maneira geral e são fundamentais também para compreender a formação de sistemas de mediação que se configuram em particularidades históricas. Assim,

⁸ Remetemos à síntese de Gouvêa (2016, p. 14-15) ao frisar que “uma aproximação marxista deve reconhecer que as categorias não existem em abstrato, expressando determinações concretas cujo espelhamento teórico-conceitual é, ele mesmo, objeto de profundas controvérsias marcadas por posicionamentos contrapostos ou mesmo antagônicos (dada a forma especificamente humana de reprodução material da vida) e sócio historicamente determinadas. No caso das controvérsias dentro do marxismo, dão-se embates e debates sobre os rumos a serem tomados pelo movimento revolucionário, a relação entre o diagnóstico sobre o presente, a maneira de contar o passado e o prognóstico sobre o futuro (bem como a maneira “correta” de atuar na sua determinação e a definição sobre “o que fazer”). Isto é, os debates e embates acerca da teoria e acerca da tática e estratégia sempre estiveram presentes e conformam estruturalmente o movimento comunista. O materialismo dialético (e o próprio marxismo) nasceu a partir da crítica do real e visando não apenas à sua compreensão, mas também, e principalmente, à sua transformação”

⁹ “Esquemáticamente, pode-se afirmar que no modo de produção encontra-se a estrutura (ou a base) econômica da sociedade, que implica a existência de todo um conjunto geralmente designado como superestrutura e que compreende fenômenos e processos extra-econômicos: as instâncias jurídico políticas, as ideologias ou formas de consciência social. Em cada modo de produção, porém, as relações entre estrutura e superestrutura são igualmente particulares: se se pode afirmar, com base na análise histórica, que as características da estrutura sempre foram mediata e indiretamente determinantes para a configuração da superestrutura, é também importante sublinhar que as relações entre ambas constituem problemas só deslindáveis através de análises cuidadosas de modos de produção específicos”. (NETTO & BRAZ, 2006, p. 41)

partindo do ponto de vista histórico-categorial mais abrangente, é possível encontrar nas mediações do processo de intercâmbio com a natureza, por meio do desenvolvimento dos meios de trabalho, dos objetos de trabalho, assim como da força de trabalho¹⁰ que conjuntamente formam as forças produtivas e as relações de produção de determinada sociedade (NETTO & BRAZ, 2006) a formação social de determinado país ou região.

O materialismo apresentado por Marx reflete uma escolha política e de classe que permite olhar para a história de determinada sociedade a partir de sua totalidade dinâmica, ou seja, a lógica operada pelo autor é dialética e se apõe às lógicas formais abstratas. Para Marx (1996, p. 39), as classes são uma palavra vazia de sentido se não considerarmos “os elementos em que repousam: o trabalho assalariado, o capital, etc.”; sua intenção analítica busca superar a “representação caótica do todo” reconhecendo que as mais simples categorias econômicas não existem sem uma “relação unilateral, abstrata de um todo vivo e concreto já dado” (p. 40); categorias estas que ganham maior densidade a partir da interlocução com os dados concernentes às formações sociais dos países e regiões.

É oportuno lembrar que a formação social dos países da América Latina tem como marca fundamental o processo de colonização iniciado no século XV e que tem em sua base, como bem lembra Virgínia Fontes (2018), a *acumulação primitiva*, a *expropriação primária*, dentre outros elementos que transformam os meios de existência em capital e que dão base à expansão do sistema capitalista. Isto significa que o domínio do sistema capitalista não pressupõe a completa aniquilação de outras relações pré-capitalistas de produção que foram difundidas ao capital e que, de certa forma, se mantiveram.

Marx (2018, p. 832) expõe o caráter internacional do capitalismo quando observa o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial, além de afirmar que o diferencial desse regime de produção e reprodução, se comparado a outros, está na “aplicação técnica consciente da ciência, exploração planejada da terra, transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente”.

Quer dizer, os países que avançaram no desenvolvimento das forças produtivas desempenharam um papel de domínio dos países que tiveram como marca fundadora a

¹⁰ Braz e Netto (2006) apresentam as seguintes definições preliminares: “a) os meios de trabalho – tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; b) os objetos do trabalho – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano; c) a força de trabalho – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades”. (p. 39)

expropriação de sua subsistência. Com isto, não queremos afirmar a inexistência de exploração e acumulação nos países centrais; o ponto central é observar como os países do centro ganham com a subordinação e a dependência econômica dos países periféricos, dando base ao subdesenvolvimento de seu padrão de vida. O desenvolvimento das forças produtivas, os processos revolucionários, a constituição das classes sociais, o contrato social, possuem uma natureza muito particular na periferia do sistema.

Em termos de formação econômico-social brasileira, Mazzeo (2015), explicita duas correntes de interpretação marxistas: 1) de um lado, a “teoria consagrada”, onde as análises de Marx, Engels e Lenin eram mecanicamente usadas nas interpretações sobre as particularidades asiáticas e latino-americanas; 2) e do outro, a “análise interpretativa”, onde tais particularidades eram colocadas como integrantes do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Na análise interpretativa, perspectiva ao qual nos deteremos, a particularidade brasileira aparece intimamente vinculada à universalidade de um “capitalismo de precipitação”, onde, nas colônias “o capitalismo desenvolveu-se com especificidades próprias, determinado por sua lógica inerente de ‘amoldar-se’ e constituir situações novas para sua autorreprodução” (MAZZEO, 2015, p. 20).

Isso reitera que nos países periféricos, o modo de produção e reprodução capitalista ganha vida de maneira muito distinta se comparada aos países centrais. As instituições e as personagens principais do cenário econômico e político que se constituem em solo periférico são inseridas na dinâmica da mercantilização da vida social e da produção e reprodução da lei geral de acumulação capitalista de maneira muito distinta de comparada à “forma clássica”. Tal inserção constitui uma problemática que desembarca no território nacional desde a chegada dos primeiros colonos e é muito bem ilustrada por Caio Prado Jr. (2006), que destaca a fundação do país a partir do desdobramento da expansão marítima dos países europeus com suas empresas comerciais e sua revolução na arte de navegar.

Oliveira (1977, p. 11-12) apresenta um pressuposto brilhante sobre a forma pelo qual as sociedades da *dependência imperfeita* se estabelecem:

há que se ver o movimento das forças sociais em ação, e as diversas situações não devem ser entendidas nem como desvios nem como decorrência natural. O único destino – no sentido trágico da expressão – que se pode legitimamente aceitar no caso da economia brasileira é seu ponto de partida: uma economia e uma sociedade que foram geradas a partir de um determinado pressuposto. Este

é, concretamente, seu nascimento e sua inserção no bojo da expansão do capitalismo ocidental. Portanto, o desenvolvimento, no sentido de expansão da economia brasileira consistirá na reafirmação ou na negação da forma de produção do valor específico do capitalismo; as diversas situações são, pois, expressões da dialética de produção dessa forma de valor. Não há nenhum *destino* quanto ao ponto de chegada”.

Oliveira (1977, p. 11) se distanciou de certas concepções (neoclássicas ou histórico-estruturalistas) que afirmavam a existência de um fundo teleológico imanente no Brasil, uma vez que, supostamente, a “economia brasileira estava destinada a etapas superiores de atividades econômicas, pela existência de recursos naturais, mão-de-obra, vastidão continental, mercado interno”.

Essa problemática, de certa forma, é desenvolvida por Nelson Werneck Sodré (2010, p. 28-29) a partir de três aspectos. O primeiro aspecto é uma questão de método: o autor enfatiza o cuidado ao utilizar uma linguagem conceitual surgida em outros lugares e tempos (cuidado na passagem do universal ao particular). Para o autor, é necessário se atentar ao uso de paradigmas de outras realidades, “note-se: paradigmas e não métodos. O raciocínio dialético exclui o uso de paradigmas e estabelece pela obediência ao método, respeitadas as relações dialéticas entre universal e particular”.

O segundo aspecto diz que a realidade brasileira comporta um desenvolvimento desigual e combinado, realizada por uma *heterocronia* a partir da combinação nas relações sociais de diversas etapas de desenvolvimento econômico, o autor apresenta uma colocação empírica que pode ser entendida como uma imagem permanente sobre a realidade brasileira: “muitos já observaram as diferenças, no mesmo tempo, na mesma época, entre o litoral exposto às influências externas, em contato com o mundo, e o interior, onde são conservados – e isto é tanto mais verdade quanto mais se recuar no tempo – costumes de outra época”.

O terceiro aspecto advoga sobre a *transplantação* de costumes e ideias europeias e africanas no período da colonização, onde “os primeiros forneceram a massa da classe dominada, a que concorreu com o trabalho; os segundos forneceram a maioria absoluta dos que concorrem com a propriedade, a classe dominante”, formando a sociedade escravista no Brasil.

A *heterocronia* e a *transplantação* apresentadas por Sodré (2010), são transformados em processos sociais que dão sentido à formação do país, e que podem ser

encontrados na clássica interpretação de Caio Prado Jr., quanto ao “sentido da colonização, o peso do regime do trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado”. Esses três aspectos identificados por Prado Jr., são sintetizados por Octavio Ianni (1992):

O sentido da colonização

“[...] Pode compreender o poder militar, as igrejas e os meios de comunicação. [...] Desvenda as peculiaridades da Colônia, Império e República. Mostra como o capitalismo surge e desenvolve-se, sob a forma de um modo de produção mundial. A reprodução ampliada do capital é comandada pelos processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial. Os monopólios, trustes, carteis e conglomerados, assim como as multinacionais e transnacionais, constituem espaços internacionais nos quais se realiza a acumulação de capital.” (p. 54-55-56)

A escravatura

Foi a única coisa organizada da sociedade colonial. E assim entrou pelo século XIX. Tudo o mais dependeu principalmente dela. [...] Foram séculos de escravatura, determinando a organização do trabalho e vida, a economia, política e cultura. Os séculos de trabalho escravizado produziram todo um universo de valores, padrões, ideias, doutrinas, modos de ser, pensar e agir.” (57-58)

O desenvolvimento desigual e combinado

“caracteriza toda a formação social brasileira, ao longo da Colônia, Império e República. A sucessão dos ‘ciclos’ econômicos, em combinação com os surtos de povoamento, expansões das frentes pioneiras, organização do extrativismo, pecuária e agricultura, urbanização e industrialização, tudo isso resultará numa sucessão e combinação de formas as mais diversas e contraditórias de organização da vida e trabalho. Cabe lembrar agora alguns ‘ciclos’ mais ou menos notáveis da história da economia brasileira: pau-brasil, açúcar, especiarias, gado, ouro, café, borracha, cacau etc.; ou economia primário exportadora, industrialização substitutiva de importações, associação de capitais nacionais e estrangeiros, aliança capital-Estado [...]. Uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios”. (p. 59-60)

O desdobramento dessas contradições na sociabilidade são apresentadas por Netto (2015, p. 33-34), caracterizadas como três ordens de fenômenos profundamente conectados que compõem nossa particularidade histórica: **1)** “o desenvolvimento capitalista não se operou contra o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados”; **2)** “uma exclusão das forças populares dos processos de decisão política”; e **3)** “um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos”.

O autor observa que

a expressão sintética destes fenômenos na formação social brasileira aparece na dinâmica da organização da economia e da sociedade no processo em que as relações sociais capitalistas saturam e determinam o espaço nacional: o desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil torna-o heteronômico e excludente (Chasin, 1978 e Cardoso de Mello, 1986); os processos diretivos da sociedade são decididos ‘pelo alto’ (notadamente, mas não de forma exclusiva, por núcleos encastelados na estrutura do Estado). Condensa-se aí, em boa medida, a particularidade da formação social brasileira (NETTO, 2015, p. 35).

Jaime Osório (2012) ao tratar do *padrão de reprodução do capital*, compreende que na noção de *sistema mundial* capitalista¹¹, em unidade com a análise da formação econômico-social e da conjuntura, podemos encontrar o espaço teórico para compreender a complexidade que envolve a reprodução do capital em escala ampliada.

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação. (OSÓRIO, 2012, p. 43)

Ainda segundo Osório (2012, p. 45), “a reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho”, o que permite historicizar a categoria reprodução do capital, além de criar *mediações* entre o padrão de reprodução do capital com os “níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura)”. (p. 45)

Nesse sentido, e em perspectiva histórica, Florestan Fernandes (2020) apresenta algumas explicações sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sobre o modo pelo qual ocorreu a revolução burguesa no país que podem servir de base histórica e teórica para entendermos a configuração do Nordeste nesse processo.

¹¹ “É a partir da aurora do desenvolvimento do capitalismo que a história se constitui em história universal e que os mais diversos rincões do planeta se integram, com graus de intensidade variados, em um sistema mundial, dando passagem ao *sistema mundial capitalista*. Nesse nível situam-se problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso” (OSÓRIO, 2012, p. 43)

Algo central apresentado por Fernandes (2020), que consideramos relevante para nossa reflexão, é a revelação de que o capitalismo comporta, em sua natureza, diversos padrões de desenvolvimento. Onde, segundo Fernandes (2020, p. 277) “não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável”, assim como “não existe um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista”. (p. 361) Nesse sentido, o autor apresenta que na história moderna da sociedade brasileira, o desenvolvimento do capitalismo pode ser apreendido por meio de três fases: “a) *fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno*; b) *fase de formação e expansão do capitalismo competitivo*; c) *fase de irrupção do capitalismo monopolista*”¹². (p. 281)

A irradiação e a difusão do capitalismo nessas três fases, segundo Fernandes (2020), além de não guardarem semelhança com o desenvolvimento capitalista dos países centrais também não impôs

1) A ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2) a desagregação completa do antigo regime e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza. (p. 278)

Tais fases representaram, basicamente, a manutenção do caráter de dependência econômica, política, social do país e, nos termos de Caio prado Jr. (1988), um ajustamento a ordem imperialista, e ao seu padrão de reprodução no sistema mundial capitalista (Osório, 2012) que pode ser percebido até os dias vigentes.

Na apreensão de Schwarz (2014), o modelo civilizacional europeu impõe ideias modernas que se apresentam de forma enviesada na experiência brasileira e que mesclam anacronismos, conciliações, etc. Para o autor, a junção entre o *favor* e a escravidão permitem a manutenção das relações de subordinação e toma proporções cada vez mais complexas no decorrer da história brasileira.

¹² “A fase de eclosão do mercado capitalista moderno é, na verdade, uma fase de transição neocolonial. Sua delimitação pode ir, grosso modo, da Abertura dos Portos até aos meados ou à sexta década do século XIX (tornando-se, como ponto de referência, as evidências históricas da crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista). A fase de formação e expansão do capitalismo competitivo se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. Ela compreende, pois, tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a primeira transição industrial verdadeiramente importante; e vai, grosso modo, da sexta década ou do último quartel do século XIX até a década de 1950, no século XX”. (FERNANDES, 2020, p. 280)

Doravante, Schwarz (2014) apresenta o *favor* como uma mediação quase universal nas relações entre as classes sociais que se justifica por meio das razões e ideias europeias. Aqui abre-se uma senda importante para entender a sociedade brasileira, sobretudo na compreensão de que existe uma cultura hegemônica que facilita conciliações. No entanto, facilitar não é o mesmo que impossibilitar as contestações e as lutas contra as razões e ideias europeias, que se constituem ontologicamente por meio de categorias como alienação, reificação, citando apenas algumas.

Há nesse processo a possibilidade de elaborar uma síntese conceitual que Celso Furtado (2013) chamou de *modernização dependente*. Esse conceito busca explicar os padrões de comportamentos imitativos que estão na reprodução de uma cultura elitista, onde o povo é diminuído em detrimento da cultura das elites. Nessa angulação proposta pelo autor, a constituição das classes médias aparece como um ponto central para entender o desenvolvimento das classes trabalhadoras, pois a classe média se estabelece através do envolvimento e da penetração do povo, o que, segundo Furtado (2013), permite a descaracterização do povo como força criativa.

O que fica claro para nós é que a sociedade brasileira se explica pela junção do arcaico e do moderno, e o capitalismo e a sua ordenação econômica, política e cultural encontram nas próprias forças “arcaicas” e tradicionais maneiras de readequação à sua lógica imanente – lei geral de acumulação -. Sem dúvidas, o Estado torna-se o motor dessa relação, uma ponte entre o passado e o presente que operacionaliza o arcaico numa readequação ao tribunal da razão burguesa.

Por isto, o capitalismo não deve ser compreendido como o modo de produção, mas como *um* modo de produção. Um modo mais avançado das forças produtivas, que sobrevive de maneira violenta e com imensa capacidade de desenvolver suas forças produtivas. Mas o capital não é feito apenas de categorias abstratas. Por se constituir como uma relação social, ele produz um efeito muito desvalorizado nesse processo: as classes trabalhadoras, exploradas, expropriadas e despossuídas de si, que entram em “choque” diante da dominação.

Ao que parece, a *lei geral de acumulação capitalista* encontra no caso brasileiro outras “leis” gestadas na sua formação sócio-econômica, derivadas de combinações econômico sociais diversas. O propósito do capital seguiu sua tendência mais geral. A miscigenação entre as três raças ancorada na lógica patriarcal não desaguou apenas no

fenótipo do brasileiro, mas também na sua *infraestrutura e superestrutura*. As ideias *fora do lugar* encontraram seu lugar num espaço muito diferenciado que forjaram aquilo que Francisco de Oliveira chamou de Ornitorrinco: o arcaico e o moderno vivendo sob a égide da dependência econômica.

1. 3 O Nordeste brasileiro como região econômica e política

A inclinação teórico-metodológico que será apresentada neste tópico não olha para o Nordeste brasileiro como uma realidade social “coisificada”, mas a partir das relações sociais que a atravessam, dentro de uma composição histórica forjada nas disputas entre as classes e grupos sociais. Trata-se de refletir sobre o Nordeste inserido no padrão de reprodução capitalista brasileiro, a partir de uma perspectiva de totalidade.

Possuindo uma área de aproximadamente 1.558.325 km, a vastidão territorial do Nordeste brasileiro concentra características distintas da imagem folclórica e caricatural atribuída à região. É um espaço permeado por contrastes geográficos, possuindo a maior costa litorânea do país, além de apresentar climas e vegetações muito diferenciados, distribuídos em quatro sub-regiões que são: Meio-Norte, Sertão, Agreste e Zona da mata, demonstrando sua imensa complexidade orgânica. Porém, esta riqueza natural, não pode ser entendida apenas a partir de um viés geográfico, a partir de sua natureza física, biológica e vastidão territorial.

Segundo Bernardes (2007), as bases de uma questão regional no Brasil podem ser encontradas desde o período do Império, quando já se germinavam distinções entre o Norte e o Sul do país:

A internalização do poder, com o Estado nacional soberano, criou condições inteiramente novas para a vida política, impossíveis de existir durante a vigência do Antigo Regime e do Antigo Sistema Colonial. A própria localização da corte, no Rio de Janeiro, contribuiu para uma nova territorialidade ao, de alguma maneira, dividir o país em duas grandes regiões: o Norte e o Sul. Ou seja, na primeira localizavam-se as províncias situadas ao norte da corte, que compreendia da Bahia ao Amazonas, e ao sul, as que compreendiam de São Paulo até o Rio Grande do Sul (p. 54).

Além disso,

foi durante a Primeira República que se efetivou a primeira iniciativa institucional do governo central com o objetivo de enfrentar a questão das secas, questão que tinha um claro recorte regional. Essa iniciativa foi a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, no governo Nilo Peçanha (1906-1910). Entre 1915 e 1919, com maior intensidade no período 1917-1919, mais uma grande seca assolou o Nordeste. No Congresso Nacional, o deputado cearense Ildefonso Albano pronunciou um discurso, fartamente documentado, intitulado “O secular problema do Nordeste”. Esse discurso teve uma larga repercussão, provocando intensas discussões sobre o enfrentamento das secas e sobre a ação do Estado na região. A eleição do paraibano Epitácio da Silva Pessoa para a presidência da República (1918-1922) deu início ao mais vasto programa governamental de intervenção na região, comparado com tudo o que fora antes proposto ou realizado, tendo por foco a questão das secas, mas buscando ir além de ações pontuais. (BERNANDES, 2007, p. 62)

Como pontuamos brevemente no tópico anterior, os teóricos burgueses, responsáveis por constituir as categorias essenciais da economia política, apresentaram noções muito abstratas e a-históricas sobre a sociedade capitalista. Além disso, é importante mencionar que tais interpretações, além de a-históricas, tendem a ser, como lembra Milton Santos (2017): a-espaciais.

Para Santos (2017), modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes que “juntos, formam o modo de produção [...] são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social” (p. 86). Essa interdependência é apresentada pelo autor a fim de demonstrar que as formações sócio espaciais não devem ser tratadas de forma separada, uma vez que o espaço é produto das relações de produção, assim como cada elemento das relações sociais de produção ocupam um espaço.

Para Santos (2017), o espaço e a distribuição da população são constituídos dentro de uma dinâmica que serve para manter os interesses de classe. Ou seja, Santos (2017, p. 91) sintetiza que:

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Esses elementos teóricos a respeito da função do espaço e da sua relação entre o modo de produção e a formação social nos remetem à histórica desigualdade econômica e espacial entre as regiões do Brasil, que pode ser entendida, como bem demonstrou Evelyne Pereira (2020), através da noção de desenvolvimento desigual inter-regional no Brasil.

Para Pereira (2020, p. 17), “as desigualdades regionais não são obra da simples ausência de uma política de desenvolvimento regional [...] mas compõem a dinâmica própria do padrão de reprodução do capital, de forma especial nos países dependentes”. Ou seja, a reprodução ampliada do sistema capitalista requer um processo de homogeneização assim como cria as desigualdades regionais. Portanto, a região é “produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação [...] dos processos de diferenciação social” (HAESBAERT 2010, apud, PEREIRA 2020, p. 18).

Pereira (2020) afirma que a constituição histórica da formação social brasileira se desenvolve através da combinação “entre relações sociais capitalistas e aquelas que, mesmo não sendo tipicamente capitalistas, sobrevivem, se configuram e reforçam tal modo de produção” (p. 18). Isto significa que ocorre no Brasil “uma forma particular de configuração do arcaico-moderno” (p. 19) que dá base àquilo que a autora chama de desenvolvimento desigual inter-regional

Pereira (2018), em sua tese sobre o Nordeste brasileiro, apresenta uma explicação sobre Estado e desenvolvimento na configuração regional da realidade brasileira, observando a dinâmica do desenvolvimento desigual na conformação da sociedade de classes no Brasil e encara a relação entre o “arcaico” e o moderno no país a partir da realidade da região Nordeste e sua interlocução no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A autora apresenta três reflexões centrais que consideramos elementares para nosso empreendimento, a saber: **A primeira reflexão** diz sobre o caráter universal da questão regional, onde as problemáticas e os dilemas apresentados na região possuem um sentido universal, historicamente constituído. **A segunda reflexão** é sobre o capitalismo ser composto por diversas fases e processos históricos que são combinados no seu desenvolvimento, onde a formação social do país possui um papel central para definir a combinação de formas sociais “arcaicas” e modernas. Não há uma predestinação histórica capaz de sinalizar etapas bem definidas do desenvolvimento. Nem há, por exemplo, um único modelo de revolução burguesa. **A terceira reflexão** afirma que o desenvolvimento se nutre do subdesenvolvimento, onde “‘desenvolvimento’ é ‘subdesenvolvimento’; ‘modernização’ é ‘conservação’, e vice-versa”. (MEDEIROS, 2018, p. 118)

As três reflexões expressam a complexa dinâmica presente na constituição da formação sócio-econômica do país, com ênfase na questão regional, a partir “da relação

orgânica entre atraso e moderno no Brasil como demonstração máxima da força e materialidade do desenvolvimento desigual e combinado” (ibidem). Nas reflexões da autora, o complexo econômico periférico do capitalismo brasileiro pode ser analisado a partir da combinação dos conceitos “via prussiana” de Lênin ou “Revolução passiva” de Gramsci, para explicar como e por que o desenvolvimento do capitalismo em alguns países segue uma linha “não clássica”, que, no caso brasileiro, desencadeou processos de modernização conservadora.

Pereira (2018, p. 116) observa, a partir de inúmeros teóricos marxistas, que o entendimento sobre a idiossincrasia da “não classicidade brasileira” e do caráter tardio do nosso desenvolvimento capitalista também deve levar em consideração fatores externos, para além dos internos, ou seja, a articulação permanente entre o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa, própria da condição de dependência.

A partir da combinação das reflexões apresentadas por Pereira (2018) optamos por enfatizar a reflexão número três, como uma mediação entre a região Nordeste e a composição daquilo que Gunder Frank (1968) denominou por “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Frank buscou explicar que na história da expansão global do modelo mercantilista e capitalista ocorre a geração simultânea do subdesenvolvimento e do desenvolvimento, em diferentes partes territoriais. O autor afirma que as desigualdades entre regiões não são produto do isolamento regional ou da permanência de instituições pré-capitalistas ou feudais, mas é a expressão da produção e da circulação de mercadorias, medida pelos países imperialistas.

O autor observa as seguintes problemáticas na relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento: 1) o subdesenvolvimento é produto histórico das relações econômicas, do passado e atuais, entre o país satélite subdesenvolvido e os países metropolitanos desenvolvidos; 2) as relações entre países satélite/metropolitanos são uma parte essencial da totalidade do sistema capitalista, em escala global; 3) as relações de difusão de capital, valores, instituições etc. de metrópoles capitalistas nacionais e internacionais contribui para a manutenção do subdesenvolvimento; 4) as recomendações políticas propostas pelo estrutural-dualismo servem para perpetuar a condição de

subdesenvolvimento nas regiões satélite.¹³ 5) as regiões atrasadas de um país são produto histórico do desenvolvimento capitalista.

Em seu trabalho, a dinâmica interna e externa do desenvolvimento/subdesenvolvimento de cidades, regiões, ocorre a partir da existência de uma estrutura satélite/metrópole que contribui no processo de extração de excedentes e de capital por parte das metrópoles mundiais, através do uso de metrópoles nacionais como meio para a expansão da exploração imperialista.

cada metrópole nacional e local serve para impor e manter a estrutura monopolista e as relações de exploração desse sistema (como o denomina o Instituto Indigenista do México) na medida em que serve aos interesses das metrópoles que se aproveitam dessa estrutura global, nacional e local para impulsionar seu próprio desenvolvimento e o enriquecimento de suas classes dominantes (FRANK, 1968, p. 3).

A subordinação do Nordeste no tabuleiro da divisão inter-regional do Brasil foi bem conceituada por Francisco de Oliveira (1981, p. 27), através da noção de região econômica e política. O autor observa a região “na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral”.

O autor expande a noção de região para além dos aspectos ecológico e geográficos e situa o Nordeste nas relações sociais mais abrangentes relativas à reprodução do capital. Tudo isso, com o objetivo de apreender os mecanismos que mantêm o desenvolvimento desigual e combinado num sistema que supõe a homogeneização dos espaços e a hegemonia do modo de vida burguês.

O Nordeste é observado pelo autor a partir da problemática do planejamento regional no Brasil, apresentando-a como uma forma de intervenção adotada pelo Estado diante dos conflitos sociais. O planejamento é compreendido como uma estratégia do Estado para diminuir os conflitos econômicos, políticos e sociais na região e sua ótica de análise é a divisão regional do trabalho “sob a ótica do processo de acumulação de capital

¹³ “Cada uma das partes dessa dualidade é suposta como tendo sua própria história, assim como uma estrutura e uma dinâmica amplamente independentes daquelas da outra parte. Supostamente, só uma das partes da economia e da sociedade tem sido afetada de maneira importante pelas estreitas relações econômicas com o mundo capitalista “exterior”, e essa parte, diz-se, modernizou-se, fez-se capitalista e se desenvolveu de maneira relativa precisamente graças a esse contato. À outra parte, considera-se amplamente como isolada: uma economia de subsistência, feudal ou pré-capitalista e, portanto, mais subdesenvolvida”. (FRANK, 1968, p. 2)

e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil”, e seu foco consiste em observar o processo de constituição das diferenças regionais, não apenas os seus resultados (OLIVEIRA, p. 25, 1981).

Oliveira (1981) percebe que na anatomia da expansão capitalista persiste o desenvolvimento desigual entre as regiões, uma vez que tal expansão, sobretudo na década de 1950, é realizada na região industrial de São Paulo. O autor (1983, p. 82) observa que a partir do “próprio movimento diferenciado da reprodução do capital uma estrutura social que começa a diferenciar-se crescentemente e, simultaneamente, pela lógica desse próprio movimento, começa a polarizar-se, assumindo essa polarização novas formas’.

Como foi possível demonstrar anteriormente, baseada em interpretações que buscaram observar o *lusco-fusco* que permeia a formação social do Brasil, as contradições que caracterizam o Brasil são os desdobramentos da permanente relação entre o “arcaico” e o moderno, que formam países, regiões, cidades com níveis de desenvolvimento distintos.

2. “O VELHO ESTÁ MORRENDO E O NOVO NÃO PODE NASCER”: CRISE POLÍTICA REGIONAL E NACIONAL NO BRASIL E IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO COMO HORIZONTE UTÓPICO (1961-1964)

As classes dominantes, no jogo por dominação, lançam mão de ideias fetichizadas, *fantasmagóricas*, transformando a realidade em fantasia e a fantasia em realidade. Nesse jogo, o estranhamento sentido pelos sujeitos explorados e expropriados viram mero “lugar comum” de suas próprias vidas, estranhamento atrelado a uma questão de sobrevivência, onde as possibilidades de mudança ficam escondidas dentro de si.

Por isto, processos sociais que objetivam mudanças, podem ser uma ameaça pois, de certa forma, “furam a bolha” da reificação e permitem a infiltração de ideias no tecido social capazes de cambiar as dimensões *estruturais e superestruturais* da formação social de determinado país, transformando o “lugar comum” em objeto de contestação, de mudança societária.

Este “quiproquó” como foi descortinado por Marx (2018) consiste no mistério da forma-mercadoria, no seu caráter *fetichista* que supõe os caracteres sociais do trabalho como caracteres dos produtos do trabalho: o que é produto da mão humana aparece como propriedade de coisas; o que são relações sociais aparecem como relações entre coisas. Nas relações sociais capitalistas, o que sobrepõem é a aparência e não a essência; e quando os sujeitos questionam os mecanismos de reprodução da essência, sofrem ofensivas das classes e grupos sociais dominantes.

Com isto queremos sinalizar que a ideologia tem uma base material fundida nas relações antagônicas entre capital e trabalho. Mais precisamente, através das estratégias criadas pelas classes dominantes para manter sua dominação no jogo de expansão do valor. O *fetice da mercadoria* serve como categoria para explicar o porquê de os sujeitos não enxergarem o produto do seu trabalho no processo de produção e não enxergarem a si próprios como produtores da história.

Nesse processo determinado pela lógica do capital, a história que poderia ser feita pelos explorados é escrita e constituída pelas mãos das classes dominantes. Essa questão, aparentemente muito abstrata pode ser melhor visualizada a partir da mediação dos processos de crise do modo de produção capitalista, que pressupõem também uma crise de hegemonia.

A intenção deste capítulo é apresentar um momento muito específico da história do país, permeado por contradições pautadas pela expansão do capitalismo dependente e associado e pelas intenções de continuidade ou de ruptura com este padrão. Neste sentido, Netto (2015, p. 42) apresenta uma síntese sobre o período, especificamente no quadro econômico-político entre 1961-1964, afirmando que ocorreu a emergência de

uma crise da forma da dominação burguesa no Brasil, gestada fundamentalmente pela contradição entre as demandas derivadas da dinâmica do desenvolvimento embasado na industrialização pesada e a modalidade de intervenção, articulação e representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político. O padrão de acumulação suposto pelas primeiras entrava progressivamente em contradição com as requisições democráticas, nacionais e populares que a segunda permitia emergir. O alargamento e aprofundamento desta contradição, precipitados pelas lutas e tensões sociais no período, erodiam consistentemente o lastro hegemônico da dominação burguesa.

Um ciclo de crise capitalista comporta causas e consequências nos aspectos econômicos, políticos e sociais, que conformam a *infraestrutura e superestrutura* da sociedade capitalista. Crises capitalistas podem causar transformações societárias, como demonstrou Netto (2012), ou podem causar um efeito-borboleta, como explicitou Immanuel Wallerstein (2013).

O tipo de crise que apontaremos aqui, remete à crise de hegemonia, conceito elaborado por Antônio Gramsci, que pode servir como instrumento conceitual para explicar os processos que marcaram a sociedade brasileira entre o final da década de 1950 e início da década de 1960. Segundo Álvaro Bianchi (2013, p. 143-144),

sem poder assimilar a sociedade, a capacidade burguesa de articular o consenso e a legitimidade da ordem foi abalada. Abre-se, então, uma situação de contraste entre representantes e representados. Em momentos como esse os grupos sociais se afastam de suas organizações e seus líderes não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe ou fração, comprometendo de forma decisiva a capacidade dirigente desses grupos. Gramsci chamou esses processos de ‘crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto’. A crise de hegemonia é, assim, uma crise do Estado e das formas de organização política, ideológica e cultural da classe dirigente (Apud, SOUZA, 2016, p. 15).

Hegemonia, portanto, pressupõe dominação e crise de dominação pressupõe perda de hegemonia. Isto ocorre a partir da relação entre grupos e classes sociais que disputam o domínio dos *Aparelhos privados de hegemonia*. É, segundo Leandro Konder (2002, p. 147) “uma mobilização de forças, um conjunto de ações, a afirmação da supremacia de um grupo social na direção moral e intelectual da sociedade, através da aceitação eficaz por parte da maioria (o consenso)”. Ambos conceitos correspondem à

busca por compreender de que maneira o poder político e concentrador do Estado pode permanecer nas mãos de determinada classe em períodos de instabilidade econômica, política e social.

Dentro de um processo histórico-dialético, a busca por hegemonia não pressupõe apenas as iniciativas das classes dominantes para manter o seu domínio. Este conceito também corresponde às lutas, dissensos e resistências das classes trabalhadoras, por construir outra sociabilidade. Versa sobre a politização das condições de exploração que podem ser realizadas por *intelectuais orgânicos*, movimentos sociais, partidos políticos, dentre outros, que explicitamente escolhem um lado na história: o lado dos *condenados da terra*.

Existe um consenso de que o período entre os finais da década de 1950 e início de 1960 pode ser caracterizado como um período de alvorada histórica que iluminava o horizonte do país a partir da enorme relevância política dos setores populares. Era a velha luta de classes, constituída no solo periférico por meio do clássico antagonismo entre burguesia e proletariado, que, no caso do Brasil e do Nordeste, apresentava-se numa ordem social competitiva ao qual dispunha de uma burguesia provinciana que escondia sua essência autocrática através da simulação de um caráter modernizador e civilizatório, como bem demonstrou Fernandes (2020). O autor afirma que existe uma ligação entre a sociedade colonial e a formação de um tipo de burguesia interna que se adorna dos valores burgueses de fora: a isto se deve a profunda dissociação das classes trabalhadoras nas decisões sobre o horizonte social do Brasil e o caráter da revolução burguesa no país.

A anatomia das classes sociais no Brasil também é determinada por uma divisão inter-regional do trabalho “na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (OLIVEIRA, 1981, p. 27) A definição apresentada por Oliveira (1981) permite a compreensão de que a luta de classes não pressupõe apenas a luta por melhores condições de trabalho no chão de fábrica, restrito ao processo produtivo. Ela expressa o desejo e o caminho por melhores condições de vida em sua totalidade: a luta de classes tomada na consciência das classes trabalhadoras, pode ser compreendida como a luta por se adentrar, capturar e mudar as instituições que compõem os *aparelhos privados de hegemonia*, que, num país marcado por um desenvolvimento desigual e combinado se expressa através de

desigualdades no âmbito regional, dos salários, da circulação e do consumo de mercadorias, do acesso à saúde, educação etc.

No entanto, a condição de vida e a tomada de consciência das classes trabalhadoras, apesar de fundamentarem as disputas por hegemonia, por si não explicam a luta de classes. A história das sociedades é feita pelo conteúdo e pela forma assumidas por essa luta: ela envolve os processos de inserção da classe trabalhadora na disputa por hegemonia política (com suas pautas, reivindicações, estratégias etc.) e o nível de ameaça que essa inserção provoca no domínio das classes dominantes (que também lançam mão de estratégias de dominação).

Seguindo a linha de Ruy Mauro Marini (2013), concordamos que “sem uma análise da problemática brasileira, das relações de força existentes entre os grupos políticos e das contradições de classe que se desenrolavam sobre a base de uma dada configuração econômica”, não é possível compreender as motivações que levaram o país ao golpe de 1964, que, na concepção desta pesquisa, não pode ser reduzido à crise entre 1961-1964, mas reconhece nesta crise as mediações, contradições que vão desaguar no *Estado de contrainsurgência* (2018).

Este capítulo, portanto, busca apresentar a crise política, desencadeada no início da década de 1960 no Brasil, como uma crise política de hegemonia nacional e regional, constituída por um conjunto de processos, projetos e horizontes mediados por ideias sobre “como desenvolver o país”. Apresentaremos o argumento de que o desenvolvimento se transforma em ideologia de dominação burguesa e aparece como uma estratégia global do imperialismo norte americano para manter sua hegemonia nos países periféricos – tudo isto no contexto de guerra fria.

Seguiremos uma noção de que a crise política se estabeleceu a partir de um conjunto de forças que buscava manter ou superar o padrão de desenvolvimento dependente e associado do capitalismo brasileiro.

2.1 Crise nacional-regional e luta de classes no Brasil

A época histórica que se abre mundialmente no início e no decorrer do século XX é marcada por profundas alterações econômicas-políticas e socioculturais, atravessada pelo surgimento de tendências sociais forjadas a partir da eclosão e do fim de duas grandes guerras e pela revolução de outubro. Nesse processo, a política internacional pode ser entendida como a luta antagônica entre as forças da velha ordem e as forças da revolução social por meio de duas áreas globais, capitalismo e socialismo, que darão o contorno do cenário das lutas políticas e das formas sociais assumidas pelos Estados em todo o breve século XX (HOBSBAWM, 1995).

De maneira geral, o período pós segunda guerra mundial, globalmente falando, é marcado por políticas desenvolvimentistas, onde os países do então “terceiro mundo”¹⁴ eram classificados como subdesenvolvidos. Esta rotulação geopolítica, elaborada no contexto de guerra fria, expressou a existência de profundas semelhanças entre países periféricos, onde “todos eram pobres (comparados com o mundo desenvolvido), todos eram dependentes, todos tinham governos que queriam ‘desenvolver’” (HOBSBAWM, 1995, p. 278).

A guerra fria foi o período de construção e consolidação de crenças voltadas ao desenvolvimento das sociedades, a partir de ideias econômicas e políticas com horizontes muito diferentes, pautados em noções de “sociedade livre” ou “economia planificada”. Segundo Eric Hobsbawm (1995, p. 228) a guerra fria “baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe não chegara de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado”. Existia, por parte do mundo ocidental, sobretudo dos Estados Unidos, a crença de que o período pós guerra estaria propenso à minar a estabilidade econômico-social do mundo – como um todo, o que permitiria a ascensão de pensamentos radicais “mais que dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio [...]” (p. 228).

¹⁴ Segundo Hobsbawm (1995) o termo foi criado em 1952 para contrastar com os termos “Primeiro Mundo” que seriam os países capitalistas desenvolvidos e “Segundo Mundo” que seriam os países desenvolvidos comunistas.

Aliado a isso, a URSS encontrava-se fortalecida em alguns países europeus e não europeus, “cujo futuro político parecia incerto” (ibidem). De fato, a Revolução Russa abriu outros horizontes societários, trazendo, sobretudo a partir de 1922, o tema da planificação econômica, “tema que, posteriormente, viria a ser central no debate político-intelectual no mundo capitalista atingido pela crise de 1929” (PRADO, 2020, p. 85).

Segundo Octavio Ianni (1974, p. 3) “na medida que a América Latina continua a ser uma área de influência e manobra dos Estados Unidos, os países latino-americanos individualmente ou em grupo somente se definem em suas relações externas a partir dos Estados Unidos. Seja por adesão, seja por oposição”. O interesse do governo norte americano ou dos conglomerados empresariais, vão se estabelecendo e variam em função

do volume de negócios, o montante de investimentos, o grau de independência ou subserviência dos governantes e burguesias locais, a posição geopolítica de cada país no sistema de segurança hemisférica, o estado e as tendências das forças políticas internas nesses países, e assim por diante. Além do mais, é frequente que as distintas agências do governo dos Estados Unidos interpretem e atuem de modo autônomo e mesmo divergente, em face dos interesses do próprio governo e das empresas nos países da América Latina (p. 3-4).

Segundo o autor as relações de submissão e de antagonismos entre os países Latino Americanos e os Estados Unidos explicam situações de acomodação, tensão, submissão, conflito e antagonismo. Ou seja, o “mundo polarizado” que nascera depois da segunda guerra mundial, não foi para os países da América Latina uma história distante. A guerra fria apresentou ao mundo uma disputa política por hegemonia global, que se estabelecia apresentando conteúdos programáticos antagônicos quanto à condução da produção e reprodução da sociabilidade.

Esta relação marca profundamente a história do sul global, na medida que a história da formação social dos países que compõem o continente vai cambiando, sobretudo no período entre 1930 a 1976, quando tais mudanças internas permitem a construção de particularidades históricas e novas configurações nas relações de classe. As mudanças no continente são apresentadas, de maneira sintética, por Marco Kaplan (1978, p. 797), e giravam em torno dos seguintes aspectos:

La estructura socioeconomica crece, se diversifica, se moderniza en partes, se complejiza y tiende a una creciente heterogeneidad. Se superponen y entrelazan viejas y nuevas pautas y formas de estratificación y movilidad social. Emergen y se consolidan, sobre todo en las ciudades, nuevos grupos sociales, medios y populares, que presionan por un mayor grado de reconomiento y participacin en el ingreso y el poder. Las expectativas, necesidades y demandas insatisfechas se multiplican e intensifican, y se manifiestan y vehiculizan a través de la proliferación ideológica (nacionalismo, populismo, desarrollismo, viejas y nuevas izquierdas, sus variaciones,

combinaciones e híbridos), de la creciente difusión del poder social, y de los replanteos del sistema político.

No caso do Brasil, Ianni (1977) apresenta uma explicação sobre o desenvolvimento capitalista no país que consideramos muito pertinente para nosso intento. O autor observa este desenvolvimento através da relação entre o Estado e a Economia, no período que vai de 1930 a 1970, enfatizando as políticas econômicas adotadas pelo Estado a partir das ações do poder executivo por meio de três eixos: *industrialização, capital estrangeiro e força de trabalho*. A partir da abordagem do autor, é possível identificar nos três eixos as contradições que configuravam as relações sociais no período que pretendemos apresentar, pois são mediações que constituem o amadurecimento do Estado capitalista no Brasil a partir das ações do Poder Executivo. Este poder, vai se constituindo como um *aparelho estatal* por incorporar o conhecimento tecnocrático e científico no seu processo de intervenção política econômica, criando aquilo que ele denomina por *tecnoestrutura estatal*.

Dessa abordagem e periodização é possível construir inúmeras interpretações baseadas nos três elementos citados pelo autor, que, de certo modo, explicam a luta de classes no país. Seguindo a trilha guiada por Octavio Ianni, acreditamos que Ruy Mauro Marini (2013), contribui na discussão por apresentar uma periodização interessante sobre a história política do Brasil durante o século XX, a partir de duas fases: a primeira, que vai de 1922 a 1937, é fortemente marcada pela revolução de 1930, por agitação social, pelo surgimento de uma burguesia industrial vinculada ao mercado interno; e a segunda vai de 1945 – do suicídio de Vargas – até o golpe de 1964. Na abordagem do autor, ambas fases estão conectadas pelo fio condutor do método dialético porque possuem um *continuun* na realidade interna e externa à particularidade nacional.

Nossa abordagem vai na direção da segunda fase apresentada por Marini (2013), mas enfatizando o período entre finais da década de 1950 e início de 1960. Ancorada nessa classificação, é possível dizer que este período é permeado por uma crise política, onde a *força de trabalho*, ou melhor dizendo, as camadas da classe trabalhadora urbana e rural, realizam “levantes populares” por reformas de base, que são direcionadas às ações da *tecnoestrutura estatal*. Ianni (1977, p. 194) apresenta um panorama sobre o período afirmando que existiu: 1) uma radicalização dos partidos de esquerda e direita, onde “os partidos políticos de centro, de tipo liberal, perderam significação, diante da polarização

das posições” e 2) forte politização das camadas urbanas, do proletário, da classe média, dos estudantes universitários.

Na época, o comando do *aparelho estatal* em âmbito nacional-regional, foi marcado pela gestão de Juscelino Kubitschek (JK), de Jânio Quadros (JQ) e de João Goulart (*Jango*)¹⁵, sendo os dois últimos herdeiros das contradições políticas gestadas na era de JK, conforme assinala Ianni (1977). Assim como JQ e Jango, a figura de Miguel Arraes¹⁶ ganhou notoriedade em decorrência de sua posição progressista, além de ter sido “um signo de uma das vertentes da cultura política brasileira, processada entre as décadas de 1930 a 1960, cuja perspectiva política-ideológica se ancorava num discurso nacionalista, anti-imperialista, desenvolvimentista e popular” (ADILSON FILHO, 2019, p. 27-28). A figura política de Arraes contou com o apoio das frações da burguesia local, de setores da elite burocrática, além do contar com a ajuda tática do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de movimentos populares, artísticos, sindicatos (ADILSON FILHO, 2019).

Segundo Fernando Coelho (2004, p. 28), antes de 1964, em Pernambuco

a frente política de esquerda, sem prejuízo das divergências internas, controlava as três esferas de governo, com João Goulart, no plano federal; Miguel Arraes no Estadual e Pelópidas Silveira na prefeitura do Recife. Por uma série de razões, o Estado era considerado o principal ponto de concentração das esquerdas do país.

Na época de sua gestão, JK¹⁷ tinha uma relação com o *capital estrangeiro* que garantiu relativa estabilidade na esfera da democracia¹⁸, no entanto, “ao fim do seu período, os sinais de crise começaram, entretanto, a aparecer. A expansão industrial, alimentada pela substituição das importações de bens duráveis de consumo atingiu um

¹⁵ A gestão de JQ foi realizada de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961 e a de Jango foi de 7 de outubro de 1961 a 1 de abril de 1964.

¹⁶ Foi prefeito de Recife de 1960 a 1963 e governador do Estado de Pernambuco entre 1963 e 1964.

¹⁷ Desde o primeiro ano de seu governo, 1956, o novo presidente lançou um ambicioso programa de desenvolvimento econômico - o Plano de Metas - cuja aplicação foi iniciada no ano seguinte. Ainda que contasse com facilidades tarifárias e estímulos fiscais à iniciativa privada, o Plano se respaldava, principalmente, no investimento público em setores básicos e na entrada de capital estrangeiro. Para manter o ritmo previsto, se fazia necessário um investimento monetário significativo nas obras públicas e na construção civil; Kubitschek preferiu concentrá-lo, *ad suam majorem gloriam*, na edificação de uma nova capital: Brasília (MARINI, p. 81).

¹⁸ Essa estabilidade também ocorreu porque Juscelino pertencia ao Partido Social Democrático (PSD), que era explicitamente oligárquico; ademais de ter criado grupos executivos e agências de fomento que configuravam uma duplicação da máquina do Estado (o Grupo Executivo da Indústria Automobilística – GEIA, e a SUDENE), JK não fechou agências de clientelismo político como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) (MARTINS, 1994).

limite, em meio aos conflitos sociais que se aguçavam nas cidades e nos campos” (ibidem). Segundo Fernando Correia Prado (2020, p. 135)

Ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960 começava a se tornar cada vez mais evidente que o processo de industrialização não havia gerado os efeitos esperados pelos pensamentos industrialista, nacionalista, cepalino, isebiano ou mesmo do PCB de então. Pelo contrário: após uma década de industrialização acelerada, normalmente identificada como de “desenvolvimento” – baseada principalmente no investimento estrangeiro direto –, o início da década de 1960 foi marcado por uma crise econômica, pela ascensão da luta de massas e pelo esgotamento da chamada estratégia de “industrialização via substituição de importações” para alcançar o desenvolvimento.

Juscelino, diferente do seu antecessor Vargas, adotou uma política econômica baseada em mudanças de estratégias políticas de desenvolvimento, ao qual “passou-se das formulações e decisões que se orientavam no sentido de criar um sistema econômico de tipo nacional para as formulações e decisões que se orientavam no sentido de desenvolver um sistema capitalista de tipo associado” (IANNI, 1977, p. 184).

Isso permitiu que a problemática da *dependência estrutural* ganhasse centralidade no debate econômico e político, uma vez que surgiram contradições quanto ao rumo do desenvolvimento industrial no país: como equalizar o subsistema econômico nacional com o sistema capitalista internacional? Se para Vargas, a resposta era fortalecer a indústria nacional, enfatizando a “nacionalização sobre as decisões políticas e econômicas”. Para Juscelino, a resposta era fortalecer a industrialização, mas de maneira interdependente e associada, reelaborando, portanto, as condições de dependência (ibidem).

Ianni (1977, p. 216-217) afirma que a crise econômica e política em vigor durante o período de Jânio e João Goulart apresentava três faces importantes: 1) foi uma crise que “exprimia o agravamento dos antagonismos entre diferentes estratégias ou opções políticas de desenvolvimento”; 2) “ela exprimia o aprofundamento dos antagonismos entre os poderes da república, em especial o executivo e o legislativo”; 3) “à medida que se estendia e aprofundava a crise político-econômica, politizavam-se ainda mais as populações urbanas e rurais, acentuando-se as contradições entre as classes sociais”. Todo caldo político da época, comumente denominado como “efervescência política” ou de luta por “reformas de base”, jogava o jogo sobre como dar continuidade ao processo de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil.

Para Ianni (1977, p. 218) o que estava em jogo era “a reestruturação do poder político, de modo a ‘corrigir’ ou reorientar os objetivos e os meios da política econômica

governamental, de modo a alcançar-se a realização de uma fase superior no desenvolvimento econômico e social do país”.

Assim, o período entre 1961-1964 foi marcado por basicamente três opções políticas fortemente debatidas na época: 1) “Política econômica governamental no sentido de emancipar as decisões sobre economia do país”. 2) “política econômica governamental destinada a acentuar as relações de interdependência e complementariedade da economia brasileira com a economia internacional”. E 3) “Política econômica governamental destinada a fortalecer e ampliar o setor estatal da economia brasileira, com a finalidade de acelerar a transição para o socialismo” (IANNI, 1977, p. 220-221). Tais pautas estavam vinculadas a distintas perspectivas e leituras sobre a realidade nacional e eram vinculadas a questões de tática e estratégia política, organização social, etc. que objetivavam o desenvolvimento do país – os fins justificam os meios.

Segundo Marini (2013, p. 90)

O desenvolvimento econômico que o país viveu desde a segunda década do século XX havia conduzido a uma crise que pôde ser contornada, em 1954, graças ao insuficiente grau de acirramento das contradições que continha. Nos primeiros anos da década de 1960, porém, tais contradições assumiam um caráter muito mais grave, não somente a partir do ponto de vista das relações externas, como alegam muitos, mas também desde as oposições que tinham se desenvolvido no próprio interior da sociedade. À ruptura vertical, que opunha a burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, somava-se agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras do campo da cidade.

A problemática da dependência entrou no centro do debate político da época, o que desencadeou em algumas formulações que a identificavam “como um elemento externo”. Prado (2020, p. 133) apresenta duas formulações que se sobressaíram na época “com posturas reformistas, embora com objetivos ou horizontes muito diferentes”, mas que apresentaram respostas transformadas naquilo que o autor denomina por “controvérsia da dependência”.

Por um lado, existiam perspectivas (encontradas no ISEB e na CEPAL) que defendiam reformas estruturais e a ruptura da dependência externa,

para superar um desenvolvimento voltado “para fora” e, assim, criar um desenvolvimento voltado “para dentro” ou “autônomo”, para cuja construção seriam necessários processos de industrialização via substituição de importações, sob a liderança da burguesia nacional e com forte participação estatal – e ainda capitalista (PRADO, 2020).

Por outro lado, na análise do PCB – a dependência era vista também como fator externo e atrelado ao imperialismo norte americano, mas

em uma perspectiva que subestimava a internalização da dependência, a transformação das relações sociais de produção dentro do país e os interesses de distintas frações da classe dominante em mantê-la e reproduzi-la. Desta perspectiva, derivava-se a necessidade de uma aliança tática do proletariado com a burguesia nacional contra o imperialismo, como etapa para a revolução socialista; o horizonte era o socialismo, mas, segundo esta visão, a revolução no Brasil ainda não seria socialista, e sim anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática

Segundo o autor, essas duas posturas possuíam semelhanças porque identificavam que

a dependência externa impediria o pleno desenvolvimento (capitalista) do país e seria um obstáculo a ser superado para alcançar o desenvolvimento, de modo que haveria no país um capitalismo insuficiente, que mantinha relações de produção “atrasadas”, “arcaicas”, “semifeudais”. Nesta linha, o subdesenvolvimento era visto como falta de desenvolvimento (capitalista), o imperialismo apenas como uma relação entre nações e a dependência como um fator externo.

Prado (2020, p. 136) afirma que salvo as inúmeras divergências, tais visões predominavam no ideário de esquerda na época. No entanto, a revolução cubana socialista de 1959 marcou o debate sobre a dependência porque ela se efetivou sem alianças táticas com entidades democrático-burguesa. Assim,

nesta conjuntura, a história latino-americana se abria não apenas em relação aos caminhos para o “desenvolvimento”, mas também em relação ao questionamento do próprio desenvolvimento capitalista como horizonte, colocando o socialismo na ordem do dia. Uma história que logo seria marcada pela contrarrevolução.

Alguns temas que já apareciam nos debates da esquerda, tais como pobreza extrema, falta de soberania nacional e desigualdade interna começaram a ser debatidos de maneira articulada a uma perspectiva que identificava o fator dependência externa como algo a ser tensionado ou superado (PRADO, 2020).

Esse período de crise é caracterizado por Francisco de Oliveira (1981, p. 92-93) como uma crise regional nacional, que consiste nos “elementos políticos, que se exprimem ao nível da representação das forças sociais econômicas”. O autor apresenta dois agentes políticos fundamentais nesse processo: o primeiro ele designa como “forças populares”, no sentido do “seu caráter de amálgama de forças socialmente subordinadas, mas heterogêneas tanto entre si quanto em relação às próprias classes sociais dominantes; e o segundo é o proletariado, “tanto urbano quanto rural”.

No primeiro caso, Oliveira (1981) define como “forças populares” o conjunto de semicamponeses, pequenos sitiantes, meeiros, arrendatários, dentre outros, que, segundo o autor, além de passar a ter expressividade política, também começou a apresentar um

perfil definido, com agência política autônoma e que agiu “por fora, à margem e em oposição explícita aos coronéis, senhores de engenho e usineiros”. No segundo caso, o proletariado, “tem existência antiga, sua oposição à burguesia é já tradição na história política do Nordeste, principalmente em Pernambuco”.

Oliveira (1981, p. 114), observa que

a crescente pressão demográfica que se constata no Nordeste tem suscitado problemas sociais e políticos de suma gravidade que podem ser sintetizados nos seguintes fatos: a) - clima geral de insatisfação; b) - criação de ressentimentos em relação às áreas mais desenvolvidas do país; c) - aparecimento de associações camponesas com vistas a resolver o problema imediato de acesso à terra”.

A importância que Oliveira (1981) atribui às classes sociais no processo de destruição da *pax agrariae* se deve às relações sociais estabelecidas entre elas, numa premissa ao qual o autor percebe que do desenvolvimento desigual regional da economia brasileira deriva uma constituição de classes sociais “atípica”, que nega a ideia de que “se na ‘região’ industrial começa a aparecer de um lado uma burguesia industrial e de outro um proletariado urbano, nas outras ‘regiões’, e especialmente no Nordeste, o conflito de classes tomará a mesma forma”.

Conforme vimos em sessão anterior, o capitalismo no Brasil se expande de maneira desigual entre as regiões, forjando o *aparelho estatal*, as relações sociais e os modos de ser e de pensar das classes sociais. Ou seja, o perfil das classes trabalhadoras não fica imune à desigualdade regional e aparece “tendo em vista o caráter desigual da luta de classes e do conflito social no Nordeste em relação ao que se passava no Centro-Sul”¹⁹ (OLIVEIRA, 1981, p. 26).

Em entrevista realizada ao Jornal do comércio em 1995, Francisco de Oliveira relata que

“havia um forte processo de agitação camponesa, porque os camponeses estavam sendo, em geral, expropriados, não só das pequenas propriedades, como também pelo fato de morarem dentro das propriedades. O fato de terem a sua pequena roça, sob forma de foro, de cambão. Isso estava sendo elevado, posto que a agricultura de subsistência no Nordeste, estava sendo posta a pique, pela concorrência da moderna agricultura do Centro-Sul. Os camponeses ganharam uma autonomia que jamais haviam tido. Do outro lado, o operariado também passava por um processo crítico, visto que esse longo processo de

¹⁹ Na metade da década de 1950, por exemplo, a burguesia e a classe trabalhadora dos centros urbanos mais desenvolvidos já aparecia de maneira heterogênea, sendo categorizadas como *pequena burguesia industrial, grande burguesia industrial, grande burguesia industrial internacional, proletariado e a classe média* (IANNI, 1977).

transformação, em que o Nordeste se somou à economia brasileira, tem um começo. Por sua vez, em todo o processo de integração, no seu começo, tem um processo de destruição e grande parte da antiga indústria do Nordeste estava sendo destruída por esse processo. Por exemplo: fábricas, têxteis, que fecharam às dezenas. Em todo Nordeste é possível notar, desde a Bahia até ao Maranhão, o sucessivo fechamento de fábricas têxteis, que eram um setor importante. A indústria do açúcar estava sendo solapada muito frequentemente pela concorrência com o instituto do açúcar e do álcool, mas, de qualquer forma, estava sendo obrigada a mudar de nível. E, com isso, as indústrias de açúcar não só desempregavam gente, com sua modernização, como avançavam sobre terras, que elas haviam concedido aos camponeses para cuidarem de sua roça de subsistência, no processo de expansão para ter mais produtividade, para acompanhar e aguentar a competição com o Centro-Sul. Havia, portanto, elementos que estavam na base dessas transformações. E o governo de Arraes não estimula esses conflitos, mas abre espaço e, essencialmente, não sendo um governo repressivo, parecia, na verdade, aos olhos da direita no Brasil, que o Estado de Pernambuco havia se convertido no maior centro de agitação pré-64 (COELHO, 2004, p. 28-29).

Um dos desdobramentos disso foram as Ligas Camponesas, movimento que surgiu em 1958 e trouxe para o debate público nacional a problemática da reforma agrária a partir da perspectiva dos camponeses, ou seja, era um movimento que notadamente tinha uma conotação política. Segundo Ianni (1977, p. 79), as Ligas Camponesas eram “ao princípio uma mera associação de autodefesa e solidariedade, as ligas camponesas não demoram para se situarem no cenário político com uma bandeira arrancada das mãos das classes dominantes: a reforma agrária radical”.

A ausência de uma reforma agrária no país era um sintoma sentido na pele dos trabalhadores do campo e isto, de certa forma, explica a anatomia do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que se expandiu por meio de uma enorme concentração fundiária. As ligas camponesas serviram para escancarar a anatomia do tipo de revolução burguesa desenvolvido no país e o tipo de classe dominante que se constituiu no solo periférico.

Isto porque as reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida não eram restritas aos trabalhadores do Engenho da Galiléia em Vitória de Santo Antão: elas foram politizadas e se expandiram em âmbito nacional. As necessidades dos trabalhadores rurais foram apresentadas pelas Ligas Camponesas vinculadas às bases materiais do mundo rural, que demandavam uma reorganização das bases produtivas e reprodutivas do capitalismo brasileiro. Por isto, a ausência de uma reforma agrária, que caracterizou as revoluções burguesas dos países centrais, foi identificada como uma lacuna que precisava ser preenchida através de uma revolução socialista.

É oportuno mencionar que as contradições referentes à composição e às relações entre as classes sociais não são uma exclusividade do Nordeste: elas fazem parte da

composição de classes no Brasil e, por extensão, da América Latina. Um bom exemplo disso pode ser encontrado na explicação sobre a *superexploração do trabalho* elaborada por Marini (2013, p. 63-64), onde “a lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade”.

Consideramos o conceito de *superexploração da força de trabalho* fundamental porque além de ter uma conotação homogênea sobre a participação da *força de trabalho* no processo produtivo, caracterizando os trabalhadores em solo periférico como super explorados, este conceito permite compreender distinções que se estabelecem no desenvolvimento desigual regional do trabalho e as particularidades e singularidades das lutas de classes.

Sugerimos a hipótese de que a *superexploração da força de trabalho* envolve processos de extração da mais-valia realizada pelas burguesias de outros países e/ou regiões, mediado pelo *aparelho estatal* num mecanismo que pode ser encontrado na noção de “captura” do Estado, como bem identificou Oliveira (1981), ao se referir especificamente às regiões Nordeste e Centro-Sul. Marini identifica três mecanismos que compõem a *superexploração da força de trabalho*: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.²⁰

E acrescenta, num ímpeto revolucionário, dizendo que

se não tomarmos consciência da situação que atravessamos e não a contestarmos com uma ação sistemática e radical, nós, os povos do continente, corremos o risco de seguir perambulando durante um período imprevisível nas sombras do escravismo e do embrutecimento. Isto é tanto mais perigoso pois o sistema já se mobiliza, seja para promover a eliminação física de populações inteiras (através, por exemplo, de técnicas de esterilização), seja para organizar um esquema econômico e político que possa funcionar como instrumento efetivo de contenção das forças revolucionárias emergentes (MARINI, 1973, p. 13).

²⁰ “Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho”. (MARINI, 1973, p. 13)

A semelhança entre um semicamponês do Nordeste e um *boia fria* de regiões rurais de São Paulo está no fato mais geral do modo de produção capitalista: “útil ter presente que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho” (MARINI, 1973, p. 13). No entanto, as diferenças residem no nível tecnológico incorporado na industrialização, nas relações salariais, no mercado de trabalho consolidado, no nível de participação do Estado na reprodução da força de trabalho, na existência ou não de serviços sociais mais consolidados, etc.

A formulação de Ruy Mauro Marini e de Francisco de Oliveira são reveladoras porque explicam as desigualdades regionais para além de seus índices de pobreza, ou seja, eles desnaturalizam supostos que identificam as desigualdades em decorrência dos aspectos geofísicos ou meramente culturais. Os autores vão no cerne da questão e identificam que o mundo desigual entre regiões é o mundo produzido pelo próprio capitalismo.

Transplantando essa exposição sobre as mazelas típicas da região latino-americana para o contexto do Nordeste, podemos observar uma forte incidência de “eliminações físicas” através, por exemplo, dos mocambos, e a organização de contenções de forças revolucionárias emergentes na “invasão” norte americana ocorrida no período de crise política (PAGE, 1972). Segundo Denis Bernardes (1996, p. 112), existe uma determinação externa – vinculada à reprodução do capital – que constitui as frações de classes regionais responsável por criar fatores e limites na existência das mesmas. O autor enfatiza que “esses fatores e limites não se localizam apenas na instância da estrutura econômica, mas estão presentes com igual importância nas instâncias políticas e culturais/ideológicas”.

As observações anteriores são importantes para desenvolver um nível de criticidade que leve à compreensão sobre onde reside a totalidade e onde reside a particularidade no processo de desenvolvimento desigual e regional. Ou seja, uma compreensão homogênea sobre as relações de classe pode ser uma armadilha quando se pretende analisar a particularidade regional.

Na particularidade regional, Oliveira (1981, p. 93) observa uma modificação entre as classes no Nordeste que vai fortalecer os movimentos populares:

o que é novo no quadro dos anos cinquenta é que o proletariado urbano e rural vai modificando sua relação de força com as outras classes sociais dominantes, e também dominadas; quanto às segundas, sua junção com o conjunto de

classes sociais agrárias dominadas, vai dar no movimento popular a inusitada força que conheceu nos anos cinquenta e princípios dos anos sessenta. Quanto às classes sociais dominantes, o proletariado urbano e rural vai modificando sua relação política”.

Oliveira (1981, p. 93-94), sumariamente, apresenta quatro modificações durante o período que vai de 1945 a 1964:

a) Entre 1945 e 1950 o proletariado emerge com feição própria, inclusive através de um partido operário, o Partido Comunista, situando-se na correlação de forças políticas autonomamente no contexto regional, e ligando-se nacionalmente ao proletariado do resto do país, principalmente no Centro-Sul; b) no período que vai de 1950 a 1958, o proletariado submerge numa coligação de forças comandada pela oligarquia agrária algodoeira-pecuária, em oposição à burguesia industrial nordestina, apesar de que a nível nacional a coligação populista fosse hegemônica; c) no período que vai de 1958 a 1961, o proletariado muda de "partner" político; juntar-se-á à burguesia industrial nordestina, esta sob o comando de Cid Sampaio em Pernambuco, mas numa coligação em que a subordinação do proletariado era mais formal que real: aí, realmente, é já uma forma de potência igual à da burguesia industrial; d) no período de 1961 a 1964, o proletariado comanda pela primeira vez a coligação de forças; seu "partner", por estranho que pareça, será a oligarquia agrária algodoeira-pecuária, esta claramente subordinada.

Bernardes (2012, p. 71) lembra que “foi esse o momento histórico especial que propiciou a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), do qual resultou a criação da Sudene”, em 1959. A SUDENE foi uma intervenção planejada que se distinguia da forma “espontânea” de lidar com a “questão regional”, que vigorava até então. Nesse sentido, o GTDN criou um documento intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste”, que apresenta as bases da perspectiva da Sudene sobre o desenvolvimento da região Nordeste. As perspectivas que aparecem neste documento são apresentadas por Oliveira (1981) como

“O enfoque tradicional, inclusive aceito pelos diagnósticos que fundamentaram a criação da Sudene e que continuam a informar as políticas de desenvolvimento regional no Brasil e alhures, é não somente um enfoque que parte de uma base estática, tomando como dados uma certa situação da divisão regional do trabalho para então desdobrar-se na medição de "desvios", como é sobretudo uma abordagem que se centra sobre os resultados dos desenvolvimentos diferenciais inter-regionais, e não sobre o processo de constituição desses diferenciais. A sua base teórica, ainda quando permeada pela tradição estruturalista do pensamento econômico latino-americano, é de inegável extração neoclássica: constitui a ótica da alocação ótima de fatores, dos desequilíbrios na função de produção regional, de que os diagnósticos do desemprego e da inadequação da economia da zona semiárida do Nordeste são os exemplos mais conspícuos”. (p. 25)

A perspectiva de criação da SUDENE encarava a desigualdade regional como um “desequilíbrio regional”. Tal documento apresenta quatro diretrizes para a efetivação de um Plano de Ação:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida. (BERNADES, 2007. p. 73)

A SUDENE, segundo Oliveira (1981) é uma estratégia criada na gestão de Juscelino para conter os conflitos que emergem na região. A influência exercida pelos EUA nos processos econômico-políticos e socioculturais do país não se restringiram apenas a meras influências ou “ajudas humanitárias”. São intervenções políticas, econômicas e culturais meticulosamente planejadas em torno da necessidade de expansão do valor - que só é possível através da construção de ideias, pensamentos e ideologias que mantenham a dominação extracontinental.

Neste sentido, buscaremos, no tópico seguinte, apresentar a ideologia do desenvolvimento no Brasil, a partir da ideia de que tal ideologia foi enraizada no país na década de 1950 e que aparece como um *horizonte utópico* no debate sobre os rumos do país. Ademais, apresentaremos a hipótese que sugere o desenvolvimento de comunidade como uma fração desse horizonte utópico, como um *horizonte utópico adjetivado*.

2.2 O enraizamento da ideologia do desenvolvimento e o desenvolvimento de comunidade como *horizonte utópico adjetivado*

2.2.1 Enraizamento da ideologia do desenvolvimento no Brasil

Qualquer processo ou projeto que envolva a dominação de classe só pode ser efetivado por meio de estratégias de contenção a possíveis resistências, rebeldias ou revoluções. A ideologia aparece, portanto, como uma questão de estratégia e tática, questão política, alimentada pela racionalidade burguesa; aparece como um método de

dominação que consiste em perpetuar aquilo que Marx (2018) chamou de *fetichismo da mercadoria*.

Como vimos no tópico anterior, o período entre os finais da década de 1950 e início de 1960, o Brasil foi fortemente marcado por contestações sobre o padrão econômico e político do país que, de certo modo, se vinculavam ao debate sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento nacional-regional. Nossa proposta, neste tópico, é apresentar uma leitura sobre a ideologia do desenvolvimento, entendendo-o como um horizonte utópico que surgiu a partir do final da segunda guerra mundial e que é apresentado como um “fim em si mesmo”.

Dessa forma, em nossa concepção, o desenvolvimento de comunidade pode ser compreendido como um *horizonte utópico adjetivado* que desempenha a função de “racionalizar” os processos de ação comunitária no sentido de modelar a sociedade por meio de ideias de “bem estar”, “desenvolvimento nacional” etc, vinculadas ao ideário desenvolvimentista.

Nosso intento está localizado numa discussão bastante ampla, por isto, buscaremos apresentar uma argumentação unitária onde o foco está localizado na ideia de que a ideologia é um campo pelo qual se efetiva o exercício da dominação de classe, realizado de maneira estratégica, sendo o desenvolvimento um composto inserido no exercício da dominação. Isto, obviamente, não apaga as resistências ou subversões à dominação, muito pelo contrário: na própria subversão, é possível encontrar a forma pelo qual o poder das classes dominantes se efetiva, como desvelou Miriam Limoeiro Cardoso (1978).

O desenvolvimento de comunidade será posicionado aqui como ramificação desse composto, que assume uma forma instrumental na ideologia do desenvolvimento, um meio para se chegar ao objetivo que é, adivinhem, mais desenvolvimento. Este instrumento pode ser pautado por diferentes frações de classe, mudando a forma e o conteúdo da intervenção, no entanto, buscamos identificar a unidade entre ambas ideologias.

O conceito de ideologia é muito amplo e controverso, seguido por distintas correntes teóricas e modelos de interpretação da realidade. Segundo Fernando Correia Prado (2020, p. 69) “em termos político-intelectuais um discurso ideológico normalmente traz elementos de descrição e mesmo de compreensão parcial da própria realidade,

inclusive porque a ideologia não nasce das ideias, mas da realidade histórico-concreta”. Nesse sentido, ele retoma o emblemático trabalho de Miriam Limoeiro Cardoso chamado “Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ”, afirmando que

A ideologia da classe dominante resolve, no plano ideológico, o seu duplo problema de promover a expansão do sistema e da integração das outras classes por meio de uma formulação toda ela voltada para o como dessa expansão e dessa integração – que a análise desvende ser, na verdade, o como da dominação.

A autora apresenta dois tipos de ideologias, para uma melhor diferenciação, que são “as ideologias do como e as ideologias do porquê”:

As ideologias do como correspondem à fase de fortalecimento de uma situação já estabelecida, à manutenção de um determinado esquema de poder, de uma hegemonia global. As ideologias do porquê correspondem a uma fase de transformação: (a) ou mudança do sistema de poder, para implantação de uma nova hegemonia global; (b) ou mudança no sistema de poder, para o acesso à hegemonia de uma nova fração de classe. Em (a) se trata da transformação de uma função apenas de direção (dominada) para a função hegemônica completa, incluindo função de direção e função de domínio; em (b) se trata do acesso de uma fração à função de direção da sua classe, mantendo a classe a função de domínio; a transformação aqui é, pois, interna à classe dominante, é uma transformação da dominância. Conforme a fase seja de transformação ou de fortalecimento da hegemonia, as ideologias mantêm com a estrutura ou uma relação direta, no primeiro caso, ou uma relação inversa, no segundo caso. Se é assim, só nas fases em que aquela transformação já se opera concretamente é que a totalidade social inclui as ideologias do porquê. Durante todo o período anterior a estrutura ideológica se compõe unicamente de ideologias do tipo como. Dessa discussão ressalta uma conclusão: o caráter de classe da ideologia, ou melhor, as relações de classe caracterizando a ideologia”. (PRADO 2020 apud CARDOSO, 1977, p. 69)

Segundo a própria Mirian Limoeiro Cardoso (1978, p. 80, grifos nosso)

o fato de as classes formarem um sistema, o que faz com que uma realidade única as permeie, conduz a que a realidade da consciência de cada uma das classes não se refira à ‘sua classe’, mas à *relação entre as classes*. Isto é, *a realidade da consciência da classe dominante se reporta à realidade da relação classe dominante/classe dominada, do ponto de vista da classe dominante*. O caráter estrutural da dominação determina que, para que a classe dominante desenvolva em projeto a realidade da sua consciência, ou seja, a expansão do sistema em que domina, a sua relação com as outras classes é uma relação de *integração delas a esta realidade e a este projeto*, pois sem esta integração o seu projeto é irrealizável. *A integração é promovida pela produção material e pela produção ideológica*.

Ou seja, a relação que a classe dominante estabelece com a classe dominada pressupõe a integração das classes dominadas ao seu projeto de dominação. Tão fundamental quanto recorrer a estratégias de coerção é recorrer a estratégias de consenso, que são delineadas no fluxo da luta de classes, em particularidades históricas.

Prado (2020, p. 31), em recente pesquisa desenvolvida no instituto de economia da UFRJ, apresenta uma instigante tese sobre a ideologia do desenvolvimento no Brasil e a controvérsia da dependência, provocando, ao afirmar que geralmente, as perguntas elaboradas sobre o desenvolvimento do país, se constituem de maneira reificada, guardando seu conteúdo real e, portanto, se transformando em ideologia. Perguntas tais como “quais são os obstáculos que o Brasil deve superar para se desenvolver? Qual política externa o Brasil deve adotar para avançar rumo ao desenvolvimento? O que o Brasil poderia aprender de outras experiências comparadas para seu próprio desenvolvimento?”, contém em sua composição uma forma a-histórica de explicar o desenvolvimento.

Essa composição a-histórica significa que a ideia de desenvolvimento é apresentada de maneira a eliminar distinções de forma e de conteúdo do termo desenvolvimento. Ocorre uma mistificação sobre o que seria o desenvolvimento, por que ele é útil e para que ele serve. Tudo isto sem mediações concretas ou sem a criação de mecanismos de transformação real: “o ‘desenvolvimento’ é tomado como singular, particular e universal, tudo ao mesmo tempo. Cumpre assim o papel de ideologia” (PRADO, 2020, p. 31).

Sobre as perguntas anteriormente citadas, é importante frisar que o autor não busca responde-las: ele elabora uma crítica à formulação de tais questões, analisando a origem e a permanência desses tipos específicos de perguntas, apontando como foram sendo legitimadas pela história hegemônica do pensamento brasileiro (sobretudo no que se pode considerar como pensamento “econômico”) (PRADO, 2020, p. 33).

O autor enfatiza que

As possíveis e variadas respostas àquelas perguntas, embora possam trazer – nos casos mais logrados – elementos importantes de descrição ou de ‘aparência objetiva’ da realidade brasileira enquanto parte do sistema interestatal capitalista, são intrinsecamente limitadas como explicação desta mesma realidade e acabam cumprindo uma função de ideologia, na medida que tendem a desistoricizar o “desenvolvimento” – por mais “histórico-estruturais” que sejam muitas análises – e, com isso, naturalizam as relações de dominação e exploração vigentes mediante um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização e determinados projetos políticos particulares como sendo universais (p. 31-32).

O autor constrói uma linha de interpretação identificando que aquelas questões informam a ideologia do desenvolvimento através de dois traços específicos fundamentais: 1) “a presença do desenvolvimento como horizonte utópico” e 2) “o

enquadramento intelectual e político na questão motora (explícita ou implícita) de “como desenvolver o país?”.

Assim, a ideologia do desenvolvimento no Brasil é apresentada pelo autor a partir de sete hipóteses que buscam explicitar a origem e permanência dessa ideologia no país: “tratam de sua presença atual, origem, enraizamento, desdobramento, hegemonia, tendência ao economicismo e, finalmente, possíveis formas de superação” (p. 32).

A primeira hipótese poderia ser quase uma premissa, de tão evidente: o “desenvolvimento” tem sido usado – atualmente e há pelo menos uns 70 anos – como um horizonte utópico, um fim em si mesmo, um lugar a ser alcançado, embora pareça sempre fora do alcance. É uma hipótese e não uma premissa precisamente porque é preciso revelar, mesmo que de forma pontual e quase anedótica, quão naturalizada é atualmente essa busca pelo desenvolvimento “em si e para si”.

A segunda hipótese, [...] afirma que é possível identificar no tempo e no espaço a origem deste específico horizonte utópico, parte essencial da ideologia do desenvolvimento: os Estados Unidos no pós 2ª Guerra Mundial, no contexto da “Guerra Fria” com a URSS e o “espectro” real do comunismo. Vale apontar de antemão que identificar esta origem específica não significa que tal ideologia foi simplesmente “implantada” mundo afora, sem que houvesse germens de sua origem na situação concreta de alguns países que precisamente naquele então começariam a ser chamados de “subdesenvolvidos”. Mesmo porque em sua origem a ideologia do desenvolvimento se amalgamou no desenvolvimentismo, um ideário ou projeto vinculado à “burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e a classe média assalariada” (MARINI, 1992, p. 79).

A isso remete a terceira hipótese, que parte da indagação sobre como essa ideologia foi adentrando na América Latina; sugere que, tomada em seu conjunto, como unidade diversa, a América Latina era um terreno propício para a entrada da ideologia do desenvolvimento, mas que sua entrada foi desigual na região e se enraizou fortemente no Brasil, devido precisamente à prévia existência de uma fração da classe dominante que, a um só tempo, criava, recebia e recriava a ideologia do desenvolvimento em solo nacional.

A quarta hipótese, [...] versa sobre os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento, tomando como marco analítico a controvérsia da dependência na América Latina e algumas de suas particularidades no Brasil. Apresenta uma leitura própria dessa parte da história do pensamento brasileiro, segundo a qual a controvérsia da dependência, tal como se deu no Brasil, teria contribuído para os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento, inclusive, ou sobretudo, através de diversas manifestações críticas ao “modelo de desenvolvimento brasileiro”.

A quinta hipótese sugere que há uma hegemonia da ideologia do desenvolvimento no pensamento social brasileiro, em especial no que se costuma denominar de pensamento econômico, e que tal hegemonia se reflete também na própria história deste pensamento.

A sexta hipótese indica que no marco da ideologia do desenvolvimento, inclusive dentro da tradição marxista, há uma tendência a reificar a separação entre economia e política – uma separação real porém ilusória, intrínseca à modernidade capitalista –, fazendo com que muitas análises caiam no

economicismo ou no politicismo, sem uma perspectiva da totalidade, o que inclusive teria contribuído historicamente para o processo de difusão e hegemonia da ideologia do desenvolvimento.

Junto com essas duas anteriores, a sétima hipótese [...] afirma que, embora dentro da tradição marxista existam de fato leituras que recaem na ideologia do desenvolvimento e inclusive a impulsionam, é dentro desta mesma tradição que se deve buscar sua superação, a partir de outras leituras que incorporam o marxismo enquanto teoria crítica e filosofia da práxis.

Nosso argumento segue as informações contidas na primeira e na segunda hipótese, por apresentarem os principais aspectos histórico conceituais que transformaram o desenvolvimento em uma ideologia. O autor enfatiza que, de certa forma, essa ideologia se estabelece porque “no fundo, mas com diferentes formas, trata-se de uma ideia que remonta à própria origem do sistema interestatal capitalista e que deve ser entendida como parte intrínseca da visão de progresso que formou e ainda forma a modernidade capitalista” (ibidem).

No entanto, somente a partir do final da segunda guerra mundial, que a base material capitalista possibilitou a construção dessa ideologia, “dentro do padrão de reprodução do capital em escala mundial sob hegemonia dos EUA” (p. 86). Isso permitiu que

que diferentes projetos de “desenvolvimento” se tornem hegemônicos, através da criação de novos mercados, da integração dos sistemas de produção e pela mudança qualitativa da expansão do investimento externo direto para as regiões que, também naquele então, começarão a ser denominadas de “áreas subdesenvolvidas

Nesse processo, inúmeras instituições foram construídas para promover o desenvolvimento de países subdesenvolvidos²¹, dos quais a mais fundamental foi a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, que, de certa forma, já apresentava o desenvolvimento como horizonte e que tinha o Conselho Econômico Social (ECOSOC), como um importante difusor do desenvolvimento como horizonte. Depois da segunda guerra, a liberdade individual foi apresentada como uma resposta

²¹ “Esse processo começa a ganhar seus contornos mais definidos pouco antes do final da Segunda Guerra, sobretudo após os acordos de Bretton Woods, em 1944, e com a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, que depois integraria o Banco Mundial), do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade, GATT, em sua sigla em inglês, que posteriormente formaria a Organização Mundial do Comércio - OMC), bem como do Fundo Monetário Internacional (FMI). Conformava-se assim o padrão monetário internacional conhecido como “dólar-ouro”, sob cuja égide foi viabilizada pela abundância de crédito que se fez necessária para a exportação de capital e a integração dos sistemas produtivos no mundo capitalista entre as décadas de 1950 e 1970” (MARINI, 1977, apud PRADO, p. 86 2020)

contrastando ao poder “totalitário” do comunismo e o “subdesenvolvimento x desenvolvimento” “representava uma redefinição, sob hegemonia estadunidense, de alguns elementos ideológicos fundamentais próprios da modernidade capitalista: humanismo, o individualismo, o progressismo, o industrialismo e o economicismo” (p. 91-92).

Prado (2020, p. 91) afirma que um dos momentos mais marcantes do processo de criação e generalização do desenvolvimento como horizonte utópico pode ser encontrado no discurso de posse presidencial de Harry Truman, realizado em 1949 – podendo ser entendido como desdobramento da doutrina Truman de 1947 - quando, após realizar um apelo anticomunista em defesa da democracia afirma:

- 1) “devemos nos envolver em um novo e corajoso programa para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e do nosso progresso industrial acessível, visando à melhoria e ao crescimento das áreas subdesenvolvidas”.
- 2) “O velho imperialismo – exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar nos nossos planos. O que buscamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de trato justo e democrático”

O discurso do então presidente Norte americano pode ser considerado um marco, porque pela primeira vez “o termo ‘subdesenvolvido’ (‘áreas subdesenvolvidas’) entrava em cena na política mundial, e já entrava como um dos protagonistas, ao lado de ‘liberdade’, ‘democracia’ e, claro, ‘desenvolvimento. [...] Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas” (PRADO, 2020, p. 91-92).

Neste período, foi sendo constituído a denominada “economia do desenvolvimento”²², onde

a noção de subdesenvolvimento entrou em debate e a partir desta noção se elaborou toda uma série de interpretações e receitas para direcionar as chamadas áreas subdesenvolvidas rumo ao desenvolvimento. Desde então surgiu uma imensidão bibliográfica a partir da e sobre a ‘economia do desenvolvimento’, apontando suas teses, suas referências teóricas, suas propostas políticas, em geral pautados pela questão de ‘como desenvolver’ as então denominadas ‘áreas subdesenvolvidas’” (p. 99-100)

²² “Tendo enorme projeção mundial, tais como: Arthur Lewis (e suas análises sobre desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra, 1954), Paul Rosentein Rodan (e sua proposta do “grande impulso” – big push –, 1957), Ragnar Nurske (e seu círculo vicioso da pobreza, 1953), Walt Whitman Rostow (e seus estágios do desenvolvimento econômico, 1952), Hans Singer (e sua noção de distribuição desigual no comércio internacional entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, 1950), Gunnar Myrdal (e sua causalidade circular cumulativa, 1957), entre tantos outros, muitos deles acadêmicos mas também ligados a instituições importantes de Estado” (PRADO, 2020, p. 99)

De maneira geral, a “economia do desenvolvimento” identifica o subdesenvolvimento como ausência de industrialização e geralmente relacionada ao crescimento *per capita*.

Assim, em suas versões mais vulgarizadas, o desenvolvimento seria entendido como um processo contínuo, onde o subdesenvolvimento representaria uma etapa prévia do desenvolvimento. Ao mesmo tempo processo e objetivo, o desenvolvimento seria um horizonte político não apenas necessário, mas também alcançável por todos os países, sempre e quando suas respectivas políticas econômicas e sociais fossem adequadas (o receituário variava segundo o diagnóstico) (p. 102).

A disseminação dessa ideologia na América Latina, foi capitaneada sobretudo pelas Nações Unidas e teve como marco principal a criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)²³ em 1948, no entanto,

embora a própria CEPAL tenha surgido no bojo da difusão da ideologia do desenvolvimento, sua análise partiu “de um ponto radicalmente oposto ao da ‘development economics’: começou pela crítica à teoria ricardiana do comércio internacional e acabou produzindo uma verdadeira revolução teórica na discussão do problema do subdesenvolvimento (p. 103).²⁴

Essa “revolução teórica” se deu

no bojo do “chamado ao desenvolvimento” dos países capitalistas centrais, sob hegemonia estadunidense, mas também com base no contexto específico latino-americano, que a CEPAL levou a cabo uma transformação crucial de toda a discussão sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, criando propostas, conceitos e variáveis que até aquele momento não faziam parte do repertório de análise sobre a região. Deterioração dos termos de troca, industrialização via substituição de importações, divisão centro-periferia, entre outras noções: todos esses são termos que surgiram das análises cepalinas. (p. 106)

Prado (2020), observa que a incidência da ideologia do desenvolvimento na América Latina tem a ver com o fato de que o continente “já era independente há mais de um século e continha em seu interior relações sociais de produção especificamente capitalistas já também há quase um século, relações estas que haviam engendrado estruturas capitalistas e Estados nacionais” (p. 105).

²³ A Cepal “constitui uma agência de divulgação da teoria do desenvolvimento que surgiu nos Estados Unidos e na Europa, no final da Segunda Guerra Mundial. Essa teoria tinha, então, um propósito definido: responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que emergiam para uma vida independente, como resultado dos processos de descolonização, ao perceberem as enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais” (MARINI, 1994, s/p).

²⁴ “E assim como a ‘economia do desenvolvimento’ tinha um pano de fundo propício para o seu surgimento, também a CEPAL teve uma base concreta para realizar essa ‘revolução teórica’ – para além do brilhantismo intelectual de suas primeiras e mais importantes figuras, tais como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Víctor Urquidí, entre outros”. (PRADO, 2020, p. 104)

No caso do Brasil, desde o início do século XX, o país passa por um processo de industrialização, baseado na diversificação do setor primário, denominado como “industrialização via substituição de importações”, que foi orientada pelo Estado Novo varguista. Esse processo de industrialização foi um fator importante na construção de ideias que visassem o *progressismo e industrialismo* fazendo com que a ideologia do desenvolvimento ganhasse força e se enraizasse no Brasil na década de 1950 (PRADO, 2021).

No plano histórico-concreto, o fator fundamental que explica a força do enraizamento da ideologia do desenvolvimento no Brasil é a existência de uma fração da classe dominante ligada à indústria que, no contexto do segundo pós guerra, já era hegemônica no bloco de poder dentro do Estado e que desde pelo menos o início do século XX vinha formulando e disputando a orientação da política econômica no sentido do avanço da industrialização. Desde o final do século XIX, em alguns países da América Latina – entre eles o Brasil – estava em processo a consolidação de relações de produção especificamente capitalistas, com a formação de uma camada da classe trabalhadora que passa a ter que sobreviver mediante salário, de um lado, e, de outro, uma camada da burguesia que utiliza esta força de trabalho assalariada no processo produtivo. Um processo cuja origem se relaciona diretamente com as transformações que ocorriam no centro do sistema interestatal capitalista naquele então – com a passagem para a fase imperialista do capitalismo – e que engendra transformações na organização social da produção e nas forças produtivas, gerando um mercado interno estruturado e um setor industrial baseado em relações capitalistas. *Tudo isso se conjuga para a integração monopólica dos sistemas de produção no pós Segunda Guerra, sob hegemonia dos Estados Unidos, processo no qual o Brasil teve um papel importante como receptor de capitais* (PRADO, 2021, p. 111, grifo nosso).

A abordagem do autor é muito interessante por observar que a adesão da ideologia do desenvolvimento no Brasil tem relação com as condições básicas dadas desde o progressismo e o industrialismo, germinadas na década de 1930. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca (2012) quatro importantes correntes de ideias antecedem o desenvolvimentismo e se associam para sua formação: “(a) os nacionalistas, (b) os defensores da indústria, (c) os papelistas e (d) os positivistas” (Apud PRADO, 2020, p. 115).

Prado (2020) defende a hipótese afirmada por Fonseca (2012) ao qual afirma que:

Essa palavra [desenvolvimento] gradualmente substitui o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história” (p. 45). Este ponto é importante pois, se bem é certo que a partir da década de 1930 o “desenvolvimento” começa paulatinamente a entrar no cenário público e nos discursos políticos como um objetivo importante (embora o mais comum ainda fosse seu uso adjetivado, seguido de “econômico”, “social”, “industrial”), é somente após o término da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, a partir da década de 1950, que este conceito passa a circular amplamente no Brasil, tornando-se o centro de gravidade das

disputas políticas e intelectuais, firmando-se como horizonte utópico, em sintonia com o arcabouço ideológico que vinha se formando nos Estados Unidos no bojo da Guerra Fria.

É como se as relações sociais tipicamente capitalistas que entraram em vigor no Brasil a partir da década de 1930 constituíssem um solo fértil que permitiu a introdução do desenvolvimentismo no *aparelho estatal* do Estado brasileiro. Outro marco desse processo, encontra-se na criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB):

Instituição criada em 1955 ainda sob o governo de Café Filho e que ganharia enorme relevância intelectual no Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960, tendo sido extinto logo após o golpe empresarial-militar de 1º de abril de 1964. [...] desde sua origem, o ISEB teve a expressiva função de forjar uma “ideologia do desenvolvimento”, que “não fosse um esquema conceitual, abstrato e improdutivo, mas uma concepção geral (geral, não abstrata) de que decorrem linhas inteligíveis de ação prática rigorosa”, concebendo “o desenvolvimento como um processo que encontra a sua definição na finalidade a que se dirige” (PRADO, 2020 p. 124)

O PCB também foi um importante vetor de disseminação da ideologia do desenvolvimento, que se expressou através de uma estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa

informada por uma análise da realidade brasileira que via no “imperialismo norte-americano” (outra cara da “dependência externa”) e no latifúndio (considerado “semi-feudal”) as contradições principais dessa mesma realidade, em contraste com a formação da nação e o desenvolvimento das forças produtivas. Nesta análise, a contradição entre o proletariado e a burguesia se subordinaria à resolução de tais contradições principais. Uma análise que conduzia à afirmação de que “o desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais” e que, “nas condições presentes do nosso país [em 1958], o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo (p. 128).

Em síntese, a ideologia do desenvolvimento foi enraizada no Brasil através de um quadro muito amplo, que envolve fatores internos e externos de natureza muito dinâmica e complexa. No entanto, ela se estabeleceu centrada na ideia do “como alcançar o desenvolvimento?”

A instigante abordagem de Fernando Correia Prado posiciona a ideologia do desenvolvimento como um objeto histórico vinculado à criação de entidades desenvolvimentistas, enraizada na “batalha das ideias” sobre o horizonte societário pelo qual devemos lutar para conseguir a autonomia do país. Na intencionalidade de compreender a ideologia do desenvolvimento no país, o autor observa que o desenvolvimento aparece como um horizonte utópico vinculado ao debate sobre a dependência econômica do país e que se expressa de maneira controversa.

Nosso objetivo agora é compreender aquilo que Fernando Correa Prado denomina como “horizonte utópico adjetivado”, a partir da ideologia do desenvolvimento de comunidade, uma vez que além de ser espaço de disseminação da ideologia do desenvolvimento é também espaço de atuação teórico-prática do Serviço Social.

2.2.2 Desenvolvimento de comunidade como horizonte utópico adjetivado e Serviço Social

Segundo Manuel Manrique Castro (2011, p. 136), o desenvolvimento de comunidade se originou na Inglaterra na década de 1920, através das “possessões coloniais inglesas da Ásia e África. [...] O Escritório Colonial Britânico encarregou-se de impulsionar os programas requeridos pelo regime colonial para organizar um controle superior sobre as populações dominadas”. Com o objetivo de impulsionar seu domínio colonial, os programas iniciais de desenvolvimento de comunidade se estabeleceram

como estratégias de dominação e controle estatal das contradições sociais, já que tentavam, por um lado, conter as tendências emancipacionistas das colônias e, por outro, redefinir os laços coloniais – valendo-se de governos acumpliciados e títeres -, num momento histórico em que o simples controle militar da metrópole era insuficiente para manter o domínio colonial ou assegurar a prosperidade dos negócios do capital monopolista (CASTRO, 2011, p. 136-137).

O Escritório Colonial Britânico lançou mão de uma multiplicidade de formas de intervenção, inseridos sobretudo no campo da educação, capacitação da força de trabalho, integração cultural. Nos Estados Unidos, foram aplicadas políticas similares “embora com uma ênfase técnica maior e com uma mais alta vinculação profissional do Serviço Social enquanto método orientado à ‘organização’ da comunidade” (ibidem).

Para o autor, a origem do desenvolvimento de comunidade corresponde ao controle do regime colonial britânico sobre os povos de suas respectivas colônias, enquanto a organização de comunidade seria um método encontrado por países desenvolvidos “para atender às desigualdades no seu próprio mercado, controlando as pressões reivindicativas das minorias rurais e urbanas” (ibidem). Ambos métodos têm em comum o fato de serem originários dos países centrais do capitalismo e por terem uma direção explicitamente voltada para o controle das classes trabalhadoras, sejam de fora, sejam de dentro do próprio país.

Ainda segundo Castro (2011, p. 148) o desenvolvimento de comunidade se estabelece como uma doutrina e ideologia na medida que apresenta os seguintes pressupostos:

a) que a participação popular é fator-chave para a aceleração do desenvolvimento; b) que existem sistemas e métodos capazes de motivar na população atitudes favoráveis ao progresso econômico e social; c) que o desenvolvimento de comunidade é um dos ensaios de solução mais fecundos para enfrentar o subdesenvolvimento; d) que estes fatores são positivamente conjugáveis na escala em que se estabeleça uma associação entre a comunidade e o governo; e) que “o governo” busca a superação do subdesenvolvimento

O termo “desenvolvimento de comunidade” começou a ser utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde o seu nascimento, em 1945, a partir do seu Conselho Econômico e Social. A ONU incentivou inúmeros programas voltados ao aperfeiçoamento profissional em diversos países do então chamado “terceiro mundo” criando “perfis” de profissionais: de um lado os chamados “especialistas em desenvolvimento” e do outro os assistentes sociais ou “especialistas em desenvolvimento comunitário. Essa configuração permitiu uma expansão profissional do Serviço Social, em diversos setores, sobretudo no âmbito do desenvolvimento (CASTRO, 2011).

Essa expansão se deu por diversos motivos. Tanto pela “diversificada experiência de contato com populações e comunidades” que já fazia parte da história do Serviço Social: “na sua formação profissional prévia estavam contemplados conhecimentos acerca de trabalhos com grupos e, em muitos casos, acerca da administração de serviços comunitários”; quanto pela difusão e intercâmbios internacionais entre entidades representativas do Serviço Social (CASTRO, 2011, p. 150-151).

Ainda Segundo Castro (ibidem), a incorporação do desenvolvimento de comunidade atribuiu novas responsabilidades ao Serviço Social, lhe conferindo posições melhores no interior das administrações públicas – instituições que também se modernizavam.

O conteúdo desenvolvimentista da profissão, que paulatinamente se gestava desde os anos cinquenta, ganhou um campo de implementação no qual podiam ser desdobradas as mais variadas proposições e recomendações adotadas em numerosos encontros e seminários celebrados naqueles anos (ibidem).

Na América Latina,

“abria-se um amplo horizonte de possibilidades de atuação, quer imediatamente, quer a longo prazo, na medida em que as sociedades latino-

americanas supostamente empreendiam uma longa caminhada no rumo do desenvolvimento e, portanto, havia a probabilidade de se tornar contínua a demanda de agentes de transformação. A expansão profissional lastreada pelo desenvolvimentismo se estabeleceu por meio dos intercâmbios (ibidem).

A abordagem de Safira Ammann (2013) toma como objeto a “teoria/prática da participação produzida pelos intelectuais do desenvolvimento de comunidade brasileiro” e apresenta a introdução do desenvolvimento de comunidade na política nacional/regional como uma “primeira fase”, “num momento em que as atenções se voltavam para o ‘atraso’ de nossas populações rurais” (p. 42).

Segundo Safira Ammann (2013, p. 48-49), durante a década de 1950, a ONU se empenhou em “sistematizar e divulgar o desenvolvimento de comunidade, como uma medida para solucionar o ‘complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social’”.

A autora defende a tese de que a visão de integração baseada na perspectiva da ONU, é concebida de maneira *acrítica e aclassista*, pois

isenta o trabalho social de qualquer envolvimento político, deixando permanecer sem crítica as estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais e quando dissimula a divisão social do trabalho, cobrindo a realidade com o manto da identidade de valores, interesses e objetivos (AMMANN, 2013, p. 49)

A definição da ONU possui uma perspectiva de “harmonia e do equilíbrio”, sendo um

processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país (AMMANN, 2013, p. 49).

No Brasil, a introdução do desenvolvimento de comunidade se deu na década de 1950, a partir do reconhecimento do expressivo atraso de áreas rurais, que estavam inadequadas para receber a expansão do sistema capitalista. Segundo Ammann (2013), “tal postura casa-se perfeitamente com a política definida em âmbito nacional que aponta àquela época em direção à industrialização do país, a qual por sua vez prescinde da crescente oferta de produtos primários”. Segundo a autora, as condições para a implementação do desenvolvimento de comunidade no Brasil têm relação com a formulação de programas de desenvolvimento nas áreas rurais do país.

3. O SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO E A IDEOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO

3.1 O Serviço Social entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução do controle da ideologia dominante.

Em mais de oitenta anos de história, o Serviço Social no Brasil tornou-se uma profissão profundamente marcada pela contradição entre capital e trabalho, constituindo a sua forma de ser, de se auto representar, de estar no mundo social. Este mundo social, ao qual a profissão está inserida, é regido pela lógica da mercantilização que atinge as sociedades em sua totalidade, e que tem como marca fundante a exploração da classe trabalhadora.

A lógica ao qual a profissão está inserida supõe a produção e a expansão do *valor* na corrida por extrair *mais-valia* da força de trabalho. É uma dinâmica regida pela dinâmica do *valor de troca*, onde o *trabalho humano concreto* resiste sendo engolido pelo *trabalho abstrato*; onde a capacidade criativa do ser humano é transformada em mero dispêndio de ações repetitivas para o lucro e domínio da burguesia nacional e regional que possuem como propriedade privada aquilo que constitui a base de qualquer sociedade: insumos e trabalho humano, que no capitalismo assumem a forma de *capital constante* e *capital variável*. (MARX, 2018)

Esse pressuposto analítico, foi introduzido a partir do trabalho de Iamamoto e Carvalho (2014), fornecendo explicações sobre a profissão através de dois conjuntos de ensaios substancialmente conectados: 1) proposta de interpretação histórico-metodológica sobre o Serviço Social e 2) aspectos da história do Serviço Social no Brasil (1930-1960). A obra apresenta um conjunto de *hipóteses diretrizes de trabalho* que faz um *lusco-fusco* entre a aparência e a essência no modo de produção e reprodução capitalista: a sociedade capitalista aparece como um conjunto de mercadorias que camufla de maneira mistificada as relações entre seres humanos. No capitalismo ocorre uma fantasmagoria que impede a constatação imediata dos mecanismos econômicos de compra, de venda, de troca, de distribuição, que aparecem como relações entre “coisas”.

Por isto, economia pressupõe política e política pressupõe economia, pois a mistificação das relações sociais é, entre tantas coisas, um mecanismo de dominação de classe.

Em nosso entendimento, o caminho traçado pelos autores sobre a profissão apresenta seu sentido mais abrangente porque passa pelo reconhecimento de sua vinculação com os processos de reprodução social – e todas as configurações correspondentes a este aspecto. Os autores apresentam dois eixos, ainda de alto grau de abstração, que consideramos centrais para compreender a profissão.

O Serviço Social se desdobra a partir dos seguintes eixos: 1) *Serviço Social e reprodução da força de trabalho* e 2) *Serviço Social e reprodução do controle e da ideologia dominante*.

Sobre o primeiro eixo, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 105-106) afirmam que “é do rendimento do trabalhador, isto é, do salário, que depende, portanto, a satisfação das necessidades básicas do produtor direto e de sua família, tais como: alimentação, saúde, lazer, habitação, educação etc”. A força de trabalho pressupõe a sua permanente reconstituição, por isto, o salário, ou capital variável (MARX, 2018), aparece como um dos principais condutos que mantém sua reprodução. A partir dessa afirmação, os autores apresentam a seguinte indagação: “qual o significado dos serviços sociais mantidos pelo Estado ou pelas instituições privadas nessa reprodução?”

Na resposta apresentada por Iamamoto e Carvalho (2014) a existência dos serviços sociais corresponde à insuficiência dos salários, que se constitui como consequência direta da *lei geral de acumulação capitalista* onde o “preço do trabalho” é medido pelas necessidades do capital. Assim afirmam os autores (2014, p. 107):

Como o trabalho excedente ou mais-valia é a própria substância da acumulação, é evidente que qualquer elevação de salário acima das necessidades médias do capital interfere no montante de trabalho não pago a ser apropriado pela classe capitalista. Ou, em outros termos, a redução do piso salarial é um dos principais mecanismos tradicionalmente utilizados pelos capitalistas para ampliar sua lucratividade e que tem, como contrapartida, o aumento da taxa de exploração da classe trabalhadora e a consequente redução de seu nível de vida. Por outro lado, ocupa um lugar de destaque na história da classe trabalhadora na sociedade moderna a luta, através de seus organismos sindicais, pelo ‘justo preço do trabalho’, o que só é arrancado da classe capitalista através do peso da sua pressão organizada.

O nível de vida da classe trabalhadora depende substancialmente da política salarial, mas no cálculo do capitalista, a política salarial se transforma em *uma política* entre outras políticas, política “abstraída e segmentada do conteúdo das chamadas

políticas sociais”. O cálculo capitalista prioriza suas necessidades de lucratividade acima das necessidades reais das classes trabalhadoras. Ou seja, “as políticas sociais e os serviços dela derivados são relegados a dimensões particulares e particularizadas da situação de vida dos trabalhadores: saúde, habitação, educação, alimentação, etc.” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 108). Os autores apresentam três óticas do capital para essas medidas: 1) “socializar parcela dos custos de reprodução da força de trabalho [...] via impostos e taxas recolhidas pelo poder público”; 2) “um reforço para a garantia dos elevados níveis de produtividade do trabalho. Contribuem para manter um equilíbrio psicofísico do trabalhador”; 3) “colaboração prestada na manutenção de condições subsidiárias à sobrevivência do exército industrial de reserva”.

As três óticas do capital servem para demonstrar porque as políticas sociais são, na realidade, insuficientes para “resolver” problemáticas que existem porque estão na própria engrenagem de sua lógica de produção e reprodução, que impõe “a redução da exploração e não sua eliminação” (p. 111). No entanto, as políticas sociais “respondem a necessidades legítimas, à medida que são, muitas vezes temas de lutas político-reivindicatórias da classe trabalhadora, no empenho de terem seus direitos sociais reconhecidos, como estratégia de defesa de sua própria sobrevivência” (p. 110-111).

Importante enfatizar que as políticas sociais são implementadas pelo Estado, e é neste nível que “se situam as estratégias políticas que orientam a reprodução das relações sociais. Assim, as políticas [...], embora dirigidas à classe trabalhadora, interpretam os interesses dessa classe segundo a visão dos grupos que controlam o Estado”. Isto significa que as políticas são orientadas no sentido de “integrar à sociedade a população trabalhadora ‘assistida’[...], integrá-la à ordem estabelecida pelo capital (p. 111).

Os rebatimentos disso à profissão são inúmeros, uma vez que

a atuação profissional é, geralmente, mediatizada pelos serviços sociais prestados através de aparatos institucionais aos quais se vincula o profissional por meio de um contrato de trabalho, enquanto um dos participantes da implementação de políticas sociais e do planejamento e execução de atividades por elas previstas. Assim, as reflexões efetuadas a partir dos serviços sociais são extensivas à profissão, à medida que aqueles constituem a retaguarda de recursos ou suporte material para o exercício profissional

O eixo “Serviço Social e reprodução da força de trabalho” é desenvolvido pelos autores para explicitar o sentido mais abrangente das políticas sociais, a partir do ponto de vista do capital e do trabalho. É uma reflexão sobre os limites e as potencialidades das

políticas sociais no capitalismo a partir de categorias analíticas que situam a necessidade de construir serviços sociais. Mas é somente no eixo posterior que o sentido mais abrangente da inserção do Serviço Social no processo de reprodução social é explicitado, na “reprodução do controle e da ideologia dominante”.

No eixo “reprodução do controle e da ideologia dominante”, o Serviço Social é apresentado por Iamamoto e Carvalho (2014, p. 113-115) nas “implicações históricas desse tipo de intervenção na realidade, inscrita dentro de um projeto de classe”. Os autores posicionam a profissão a partir da compreensão de que “o modo capitalista de produzir supõe, pois, um ‘modo capitalista de pensar’, que expressa a ideologia dominante, na sua força e nas suas ambiguidades”.

A interpretação sobre a profissão a partir dessa angulação é apresentada com uma advertência que consideramos importante para nosso empreendimento:

não se trata de superestimar a importância ou a força dessa profissão como um dos mecanismos mobilizados por aqueles setores sociais que a legitimam e a demandam, dentro de uma estratégia de reforço do controle social e da difusão da ideologia dominante. O Serviço Social é considerado, portanto, como um instrumento auxiliar e subsidiário, ao lado de outros de maior eficácia política e mais ampla abrangência (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 115).

No entanto, isto não anula as implicações históricas da profissão, que está inserida numa lógica de produção e de reprodução que para se manter precisa constantemente se renovar. A profissão é localizada nos processos onde a ideologia do modo de produção capitalista se institui por meio de mecanismos normativos e adaptadores, para garantir, minimamente, sua permanente reprodução em todas as esferas da vida social. Isto ocorre porque “não existe sociedade baseada na pura violência, é necessário recorrer à mobilização de outros mecanismos normativos e adaptadores que facilitem a integração social dos cidadãos e a redução do nível de tensão que permeia as relações antagônicas” (ibidem).

O argumento de Iamamoto e Carvalho (2014, p.16) consiste em observar o poder de controle da burguesia sobre o Estado, no sentido de que este é um “aparato privilegiado no exercício do controle social” embora as instituições da sociedade civil também participem dele. No entanto, o controle social é exercido também por meio de relações diretas, onde os agentes sociais influenciam o cotidiano dos sujeitos, “reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. Entre esses agentes institucionais encontra-se o Serviço Social”.

Para os autores, o cotidiano é uma categoria central e mediadora que serve para explicar a inserção concreta da profissão na reprodução social, pois “o modo capitalista de reproduzir e o de pensar são inseparáveis, e ambos se expressam no cotidiano da vida social” (p. 118).

Diante disso, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 119-120) apresentam a seguinte indagação: “porque o privilegiamento da dimensão político-ideológica do Serviço Social em sua inserção no processo de reprodução do capital?”

Para os autores, essa dimensão tem a potencialidade de expor que a intervenção do Estado sobre as classes trabalhadoras supõe a existência de “tensões sociais que acompanham o desenvolvimento social e a necessidade de mobilizar recursos no sentido de atenuá-las ou preveni-las, controlando-as segundo parâmetros de racionalidade e eficiência”.

A partir do reconhecimento por parte do Estado de tensões que coloquem em risco a dominação burguesa ou o *status quo*, o assistente social é requisitado e se institucionaliza na divisão social e técnica do trabalho, “participando da implementação de políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos e privados”. Encontra-se na operacionalização instrumental do controle social, com o emprego de técnicas, tecnologias sociais, com o objetivo de “influenciar a conduta humana”, de manipular de maneira racional os problemas sociais, “prevenindo e canalizando a eclosão de tensões” (p. 119).

A profissão é inserida nos serviços sociais a partir do cotidiano do trabalhador e se estabelece como um agente institucional da ‘linha de frente’, dentro de estratégias de dominação, circunscrito a “organismos institucionais estatais, paraestatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais”. O assistente social atua “a partir dos aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, educação, relações familiares, infraestrutura urbana etc. (p. 123).

Ou seja,

É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. Estando sua atividade referida ao *cotidiano*, enquanto *produto histórico* e enquanto *vivência pelos sujeitos*, ele é aqui aprendido como manifestação da própria história, na qual os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social.

O cotidiano é uma categoria que corresponde à “expressão de um *modo de vida*, historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora” (p. 124). A intervenção do Serviço Social no cotidiano permite que seu “objeto” seja personificado, no qual “os sujeitos são tratados pelo assistente social como seres particulares”. Essa personificação humanitária é “recuperada pelos representantes do poder, no sentido de interferência e controle dos aspectos da vida cotidiana da classe trabalhadora, utilizando-se da mediação desse intelectual” (p.124-125), subordinando permanentemente o profissional a seu projeto de classe.

Isto ocorre no fluxo da história porque o capital se estabelece e se mantém incorporando “novos métodos de organização da produção e do trabalho indissociáveis de um modo de viver, de pensar e sentir a vida”. A organização da produção

implica um novo tipo de socialização do trabalhador e de sua família, que afeta todo o seu cotidiano, de modo a adaptá-lo ao novo modo de vida e aos métodos de trabalho industrial. O capital busca estabelecer meios de tutela e normatização da vida do trabalhador fora da fábrica, invadindo sua vida privada. [...] procura não apenas conservar um certo equilíbrio psicofísico do trabalhador [...] mas ampliar a interferência moral e política por parte do capital sobre o conjunto da sua vida particular” (p. 127).

Os autores enfatizam que isto não ocorre sem contestações por parte das classes trabalhadoras, existem dissensos sobre os mecanismos controladores que tendem a desmistificar o discurso dominante.

A abordagem de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 129) afirma também que as funções institucionais do Serviço Social permitem que o profissional tenha relativa autonomia, “sendo corresponsável pelo rumo imprimido às suas atividades e pelas formas de conduzi-las”. Os autores enfatizam que o fato de existir uma imprecisão quanto às atribuições da profissão “pode ser um fator de ampliação da margem de possibilidades de redefinição de suas estratégias de trabalho” (ibidem).

Acreditamos que isto é muito significativo para pensar sobre o processo de renovação profissional do Serviço Social porque a autonomia relativa é uma condição que, a depender do contexto sócio-institucional, pode permitir que a profissão escolha o lado das classes trabalhadoras. Em nossa concepção, existe um conteúdo imediato que o Serviço Social recebe das classes dominantes que o contratam que se expressa através da expectativa criada em torno da profissão e do seu lugar nas políticas, nos serviços sociais, etc. No entanto, essa relativa autonomia do exercício profissional pode dar bases

concretas e permitir que a profissão se lance “no esforço coletivo junto à categoria, aliada aos demais profissionais e aos setores populares, de propor e efetivar uma direção alternativa àquela proposta pelos setores dominantes para a intervenção técnica” (p.129).

Isso significa que as disputas no interior da profissão não são realizados através de iniciativas isoladas ou de um mero acúmulo teórico da profissão:

“trata-se de, a partir do jogo de forças sociais presentes nas circunstâncias de seu trabalho, reorientar a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população, consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para o Serviço Social” (p. 129).

Os autores, concluem o tópico afirmando o seguinte:

esse posicionamento – que passa a ser assumido nos últimos anos por uma parcela minoritária, embora crescente, de assistentes sociais – emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como respostas às exigências apresentadas pela realidade histórica. Torna-se possível à medida que o contingente profissional se expande, passando a ser recrutado fundamentalmente nas ‘camadas médias’ da sociedade, que sofre os embates de uma política econômica amplamente desfavorável aos setores populares. É numa conjuntura político-econômica, em que já não se pode desconhecer as manifestações populares, diante do revigoramento dos movimentos sociais e do processo organizativo das diversas categorias profissionais, que a prática do assistente social passa a ser analisada a partir das implicações políticas do papel desse intelectual vinculado a um projeto de classe. Verifica-se aí uma ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, na procura de somar-se às forças propulsoras de um novo projeto de sociedade (p. 129-130).

Os projetos mais abrangentes que surgem dos conflitos de classe da sociedade capitalista monopólica são “proletária-revolucionária, conservadora-burguesa e reformista-“revisionista” (NETTO, 2011, p. 68) que passam por mediações a partir de experiências históricas concretas.

Isto significa que o acúmulo teórico profissional não se estabelece por meio de uma “maturidade científica” que aparece “do nada”. A profissão vai construindo uma auto-imagem a partir de sua relação com os projetos sociais que emergem na luta de classes. O fundamento científico do estatuto profissional assume os projetos societários em disputa, que aparecem como demandas à profissão, e isto configura o acúmulo teórico e prático desenvolvido por ela.²⁵ (NETTO, 2011)

²⁵ “O espaço de toda e cada profissão no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura é função da resultante destes dois vetores: não há, aqui, um mecanismo que, de saída, decida de uma vez por todas a fortuna de um setor profissional, ainda que este complexo jogo possa ser muito perturbado pelo parasitismo próprio desta sociedade” (NETTO, 2011, P. 89)

Envolta de projetos societários que disputam a direção da sociedade, a profissão assume uma forma dinâmica que aparece nas tendências da *modernização conservadora*, *reatualização do conservadorismo* e *intenção de ruptura*²⁶. Tais tendências guardam conteúdos muito vastos que só podem ser definidos a partir do *lócus* de análise, a partir do real, mas sempre assumindo sua forma mais abrangente: a conotação de continuidade e de ruptura com o conservadorismo presente na luta de classes brasileira.

Entre os anos 1960 a 1964, a prática profissional do Serviço Social começa a ser forjada por novas modalidades de intervenção do Estado diante da questão social, como bem identifica Ozanira Silva e Silva (1995). A autora identifica duas tendências abrangentes que aparecem no Serviço Social no período: a *conservadora* e a *mudancista*. A autora reconhece que a tendência mudancista é expressa por uma pequena parcela da profissão, que percebem as contradições e necessidades de mudanças radicais. Silva e Silva (1995) afirma que a profissão começa a observar o DC de maneira politizada, crítica e classista, ligada ao desenvolvimento nacional; além da participação de assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire e de ações da cultura cristã de esquerda.

A perspectiva mudancista aparece formando uma unidade com os objetos de intervenção profissional. No entanto, a tendência mudancista desdobra que tipo de mudança? Mudança de quê e para quê? A abordagem da autora é importante porque apresenta premissas sobre a renovação profissional ao passo de abre as possibilidades de questionamentos que posteriormente foram aprofundados por outras pesquisas, através da análise do seu conteúdo.

Ela transita pelo processo de renovação indicando seu conteúdo desenvolvimentista, que, não por acaso, é incorporado pela profissão tendo como horizonte o desenvolvimento nacional. Ou seja, o desenvolvimento aparece correlacionado a algo de magnitude macroscópica (desenvolvimento nacional, bem-estar nacional, mudanças estruturais), enquanto o microscópico aparece relegado ao conservadorismo e às perspectivas de “caso” e de “grupo”.

Na colaboração dos autores existe uma busca por superar versões a-históricas sobre o Serviço Social e mostrar as contradições dessa instituição, uma vez que ela se profissionaliza e se renova em paralelo com o desenvolvimento das relações sociais em

²⁶ Tendências apresentadas por Netto (2015)

determinada formação nacional-regional. Reconhecendo que o domínio de uma classe sobre a outra guarda particularidades e singularidades, envolvendo dimensões econômicas, políticas, culturais do país e/ou região, como isto incide na renovação profissional em Pernambuco?

Como vimos nos capítulos anteriores, a crise política nacional-regional consiste num conjunto de questões que envolvem a condição de dependência econômica do país que entra em contradição com as demandas populares e as demandas do capital estrangeiro imperialista. Trata-se de um período de enraizamento da ideologia do desenvolvimento e de disputas societárias muito bem explícitas. Considerando que o antagonismo entre capital e trabalho é a contradição central pelo qual a profissão existe, contradição que se molda na relação entre a profissão e a reprodução da força de trabalho e do controle e da ideologia dominante, o que a profissão em Pernambuco reflete *neste* período e *sobre* este período?

3.2 Aspectos gerais da Escola de Serviço Social em Pernambuco (1950-1960)

O objetivo deste tópico é apresentar as condições que viabilizaram a emergência e o desenvolvimento da profissão a partir da realidade da Escola de Serviço Social em Pernambuco (ESSPE), para compreender a relação de um tipo de formação técnica especializada com a ideologia do desenvolvimento, no início da década de 1960. Nosso caminho é identificar as implicações da ideologia do desenvolvimento na Escola, para apresentar possíveis tendências de continuidades ou mudanças que configuraram a profissão no início da década de 1960. É uma mirada sobre as contradições pautadas pela expansão do capitalismo dependente e associado e a busca por encontrar as possíveis intenções de continuidade ou de ruptura com este padrão.

Com isto não queremos dizer que a existência da ESSPE só ocorre em decorrência da ideologia do desenvolvimento ou do desenvolvimento de comunidade. Nossa proposta é observar a particularidade da profissão no período de enraizamento dessa ideologia, a fim de identificar como as alunas da ESSPE posicionam a questão do desenvolvimentismo. Para isto, restringimos nosso foco às abordagens comunitárias,

independentemente se apresentam a perspectiva do desenvolvimento como um pressuposto.

Buscaremos identificar as implicações da ideologia na Escola a partir de três elementos qualitativos intimamente conectados: 1) das mudanças curriculares na ESSPE; 2) do intercâmbio entre a Escola e outras entidades de formação, a nível nacional e internacional e 3) dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da Escola.

3.2.1 A origem e o desenvolvimento da ESSPE

Em Pernambuco, o ensino na área de Serviço Social começa a dar seus primeiros passos a partir de 1938, ainda restrito ao juizado de menores²⁷ da cidade do Recife.²⁸ Sua criação foi pensada a partir da III Semana de Ação Social ocorrida na cidade do Recife, e transformada em Escola especificamente no dia 6 de maio de 1940²⁹, graças a um grupo formado por membros da Ação Católica, cristãos, juristas, agnósticos, médicos, ligado aos Círculos Operários de Recife e ao Juizado de menores. Segundo Padilha (2008, p. 220) esse grupo “tinha interesse em estudar os problemas sociais e encontrar soluções para esses problemas. O que diferenciava os componentes do grupo era a percepção de cada um sobre a gênese da questão social e os possíveis meios para enfrentá-la”.

²⁷ “Quando a Escola foi criada o problema era a criança e o adolescente, vamos dizer, o problema da criança e adolescente, que estava no Juizado de Menores, mas não quer dizer que o Serviço Social tratasse da criança e do adolescente como seu objeto. Nos anos 50 e 60 a Escola estava preocupada de alguma maneira com a ação operária, que era o verdadeiro centro de interesse da Ação Católica. Quando entrei na Escola, havia uma preocupação muito grande, com o trabalho que se vinha realizando em Camaragibe, por conta da fábrica, e do programa de cooperativismo, uma iniciativa importante da família Collier” (ALINE, A. Entrevista para o Projeto Memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco: 2007 apud PADILHA, 2008)

²⁸ “No dia 20 de setembro de 1938, o jornal Folha da Manhã noticiou o início, nas dependências do Juizado de Menores e sob a direção do Dr. Rodolfo Aureliano, de um Curso de Serviço Social o qual seria ministrado aos funcionários do Juizado e destinado também a preparar os candidatos ao exame de admissão à futura Escola de Serviço Social, já antes projetada e em fase de organização. Anteriormente, no dia 07 de março deste mesmo ano de 1938, no mesmo jornal Folha da Manhã, havia sido publicado o Edital, convocando inscrições para o primeiro Exame de Admissão à Escola de Serviço Social” (PADILHA, 2008, p. 205)

²⁹ “Foi planejada e fundada a Escola de Serviço Social de Pernambuco cujas aulas foram iniciadas no dia 06 de maio de 1940, funcionando em dependências do Juizado de Menores (...). Era uma turma de pouco mais de 20 alunos nos quais predominavam o idealismo, entusiasmo, boas intenções, interesse – talvez, também, um certo romantismo, um certo lirismo – no sentido de contribuir para o bem estar de seus futuros clientes e melhoria das condições de vida de nossa gente”. (PADILHA, 2008 apud MORAES, 1990)

Nesse processo inicial de desenvolvimento da Escola, o reconhecimento do interventor Agamenon Magalhães se estabeleceu de maneira profícua a partir de 1941, com a publicação do ato n. 158, permitindo que a Escola recebesse incentivo do Estado, como bem explicita Silveira Jr (2019). Ademais, “em 1946, ano inaugural dos trabalhos na sede recém adquirida, tem novos estatutos aprovados pelo Secretário da Educação do Estado de Pernambuco (Portaria n. 379, de 28 de agosto) – os quais são reformados novamente em 23 de setembro de 1954” (SILVEIRA JR. 2019, p. 75). A viabilização de uma estrutura mais adequada para a formação de assistentes sociais se deu apenas em 1946.

A problemática da habitação no Recife aparece como precipitadora da emergência do Serviço Social como profissão em Pernambuco e essa hipótese é apresentada nas pesquisas de Silveira Jr. (2019), Pereira et. Al (2019), Farias e Montalvão (2019), Padilha (2008) e Gominho (2019), que observam a gênese da ESSPE como uma resposta racionalizada e planejada do Estado sobretudo à problemática dos mocambos. Essa racionalização se estabelece na criação da Liga Social Contra Mocambo, que em 1945 passou a ser chamada de Serviço Social Contra Mocambo.

A expansão de habitações tragicamente precárias na cidade do Recife foi um fenômeno que acompanhou o processo de industrialização em Pernambuco e que pode ser interpretado como o desdobramento da crise do Nordeste açucareiro como bem identificou Josué de Castro (1968, p. 64):

Não pode haver dúvida de que uma das causas diretas da miséria urbana do Recife é o estado de miséria rural condicionado pelo latifundismo da cana de açúcar. Na grande área do Estado, de monocultura açucareira, vive a população trabalhadora num estado agudo de pauperismo, resultado dos ínfimos salários pagos nesta zona. Fenômeno sociológico explicável, porque, não havendo em toda a região senão uma única fonte de produção econômica e, portanto, uma mesma espécie de trabalho, ficam o grau de opção do trabalhador, a sua liberdade de escolha de trabalho, reduzidos ao mínimo, e isto constitui, como afirma Loria, uma circunstância decisiva para manutenção de um nível baixo de salário. Esta situação de vida nas usinas provoca a fuga dos inadaptados ao trabalho do açúcar e de todos aqueles que se não podem manter pelos encargos de família dentro deste quadro econômico. E a fuga se processa quase sempre para a cidade, para o Recife, que é o foco de atração de todo o Nordeste.

A construção dos mocambos compõe não apenas a paisagem urbanística da cidade: ela representa o processo de perda de valor de um setor produtivo sobre outro setor, combinada com a não integração de força de trabalho no ciclo produtivo em vigor. Essa força de trabalho se torna uma “lacuna”, um espólio na composição urbano industrial

pernambucana. Assim, a reprodução social dos homens, mulheres e famílias que ali se encontravam foi transformada em objeto de reflexão e de intervenção técnica especializada: é o reconhecimento de grupos leigos católicos e do Estado Novo sobre a existência de uma questão social em Pernambuco e do estabelecimento do Serviço Social como profissão.

A forma encontrada por Agamenon Magalhães, então interventor varguista em Recife, era o da aniquilação dos mocambos ou intervenção conservadora contra os moradores³⁰. Em algumas situações, a palavra aniquilação foi levada ao pé da letra pelo gestor, quando a intervenção estatal encontrava no braço armado da polícia o seu modo de fazer política, que, no caso dos mocambos, servia para derrubar moradias sem consentimento dos moradores; aqui, a coerção ganha um confortável espaço no jogo político varguista.

Os mocambos revelavam as péssimas condições dos trabalhadores, que viviam amontoados em situações de baixa higiene e saúde, uma problemática que se transforma em contradição quando contrastada com a ideologia trabalhista do governo do Estado Novo. A baixa qualidade das habitações foi identificada como um problema fundamental pelo qual era necessário formar agentes sociais capazes de lidar tecnicamente com a questão através da perspectiva do ajustamento e da integração dos sujeitos. O ajustamento aos ideais liberais-burgueses e a integração à economia industrial. Dois tipos de integração correlacionadas, que seguiam o horizonte do trabalhismo do Estado Novo. Segundo Souza (2023)

O projeto político mais importante do regime do Estado Novo foi o trabalhismo, que associado ao autoritarismo e repressão, também proporcionou mudanças na estrutura organizacional, jurídica e social do Brasil. Para que a ideologia do trabalhismo desse frutos era necessário a criação de uma identidade cultural que fosse capaz de dar sentido de pertencimento e identificação, desta forma nasce a figura do trabalhador nacional. O DIP teve

³⁰ Agamenon Magalhães solicitou um levantamento sobre as habitações precárias à Comissão Cencitária dos Mocambos do Recife que no ano de 1939 constatou a “existência de 45.581 mocambos abrigando 164.837 pessoas numa população de 500 mil habitantes. Dos 39.953 chefes de família recenseados, cuja média de salário, mais outras rendas, era de 154\$000, a maioria, 7.778 pessoas, exerciam atividades domésticas, ou seja: faxina, lavar, engomar, cozinhar, costurar etc. Na atividade doméstica é flagrante o predomínio do gênero feminino. Da mulher, nessa época, se esperava que ela zelasse pela educação das crianças e pela harmonia familiar. O censo dos mocambos revelava a existência de 12.759 mulheres a mais do que homens moradores de mocambos o Mocambo empreendeu a construção das vilas com equipamentos de uso coletivo de acordo com a atividade profissional que realizavam; assim, foram erguidas as vilas: das Lavadeiras, das Costureiras e das Cozinheiras – as duas primeiras com financiamento do Governo do Estado e a última custeada pelos Plantadores de Cana de Pernambuco”.

um papel fundamental neste processo. A invenção de tradições, a imaginação de uma nação é uma das formas de construção de identidade, como o lugar de origem, a família, a religião, a etnia.

Os mocambos são identificados pela ideologia varguista como um empecilho para o pleno desenvolvimento das forças produtivas e foi colocado como a causa das problemáticas de desajustamento, imoralidade e promiscuidade dos trabalhadores. O foco nos mocambos, de certo modo, camuflava as práticas eugenistas³¹ e racistas direcionadas sobretudo à população excedente que até então não tinha sido devidamente integrada ao nascente mercado industrial nordestino. Se por um lado, Getúlio Vargas instituiu em solo nacional os direitos trabalhistas, é necessário mencionar que práticas eugenistas “à brasileira” eram estimuladas e, não por acaso, naturalizadas num tecido social profundamente marcado pela herança escravista.

No documento, sugestivamente chamado “Cruzada Social Contra o Mocambo no Recife”³², existe uma avaliação sobre a política social contra os mocambos, a partir das realizações promovidas pela Liga (financiamento, quantitativo de casas construídas, população alcançada etc.). O documento supõe a existência dos mocambos como incompatível com o modo de vida de assalariamento, sendo a política voltada para operários, funcionários públicos, classe média. No documento consta que os mocambos eram lugar de “egressos do campo” e de “homens sem emprego” que se fixavam “atolados na lama, e de mistura com os carangueijos”. A “Cruzada contra os mocambos” objetivava:

- 1) Dirigir homens e não massas aviltadas;
- 2) A cruzada não é só contra o Mocambo, é contra a miséria como padrão de vida;
- 3) É necessário fixar o homem à terra para fazer parar o êxodo dos campos;

³¹ “É bastante conhecido o argumento de que a eugenia no Brasil teria adotado um modelo de pensamento mais “suave” do que se desenvolveu em países como EUA, Alemanha, Suécia e Inglaterra. Se nesses países as medidas se basearam em políticas extremas de segregação racial e controle da reprodução humana, o movimento eugênico brasileiro teria adotado projetos menos radicais, ligados às políticas de saneamento, higiene, educação e outras ações de melhoramento das condições do meio. Mesmo quando o foco recaía sobre a questão da miscigenação racial e a presença de uma grande parcela da população formada por descendentes de indígenas e africanos, as intervenções eugênicas não seriam tão radicais. Durante os anos 1930, no auge das discussões sobre o processo de imigração e colonização do território brasileiro, os eugenistas ainda se dividiam entre a aceitação de um país mestiço ou a substituição dos brasileiros por europeus” (SOUZA, 2016, P. 94)

³² Documento da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo da prefeitura do Recife, obtidos pelo engenheiro José Estelita.

Os três horizontes são colocados a partir de uma premissa populista, ao qual a política contra os mocambos se originava do “protesto do chefe de governo que deseja dirigir homens”, onde a “cruzada” seria contrária à “miséria como padrão de vida”, sendo fundamental investir no “trabalho patriótico” baseado na instalação dos trabalhadores em comunidades com “um padrão humano de vida”.

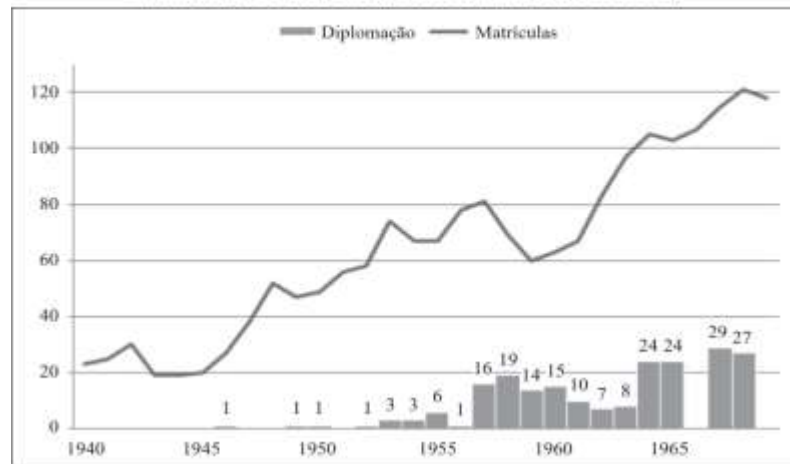
Este documento, que estava na base das primeiras intervenções do Serviço Social em Pernambuco, é uma expressão do “espírito do tempo” e fortemente marcado pela ideologia do progresso, que aparecia como um horizonte a ser alcançado. A intervenção do Serviço Social na problemática dos mocambos foi sistematizada por Farias e Montalvão (apud Silveira jr., 2019) que identificaram que

[...] Melo (1960) informa que, até 1960, o Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM) contava com duas assistentes sociais (uma delas conluente) trabalhando na Secção de Assistência à Família Operária (SAFO) do Departamento de Reeducação e Assistência Social (DRAS). O organograma do SSCM mostra que a SAFO estava incluída em Centros Operários Católicos de 12 bairros do Recife na época. Apenas no início dos anos 1960, se verifica uma experiência buscando a aplicação dos métodos de Desenvolvimento e Organização de Comunidade (MELO, 1960); antes disso, a atuação do Serviço Social reduzia-se ao trabalho assistencial imediato com as famílias. O trabalho das assistentes sociais aparece ligado aos procedimentos de concessão das casas entre as famílias. No início dos anos 1960, Melo (1960) aponta a necessidade de projetos educativos para o desenvolvimento comunitário no SSCM, como a Educação de Adultos, referenciando-se, por outro lado, na perspectiva cristã para o Serviço Social.

A ESSPE, desde a sua fundação, se constituiu através do intercâmbio com obras assistenciais, círculos operários, hospitais, o SESC e SESI, cidades do interior, penitenciária feminina, institutos de previdência, associações rurais, etc. (VIEIRA, p. 150, 1992). A década de 1940 pode ser descrita como a do período da criação de condições efetivas para a formação técnica especializada, que, na década seguinte, será mais diversificada (SILVEIRA JR. et. al). Para se ter uma ideia, a quantidade de estudantes matriculadas e formadas na escola é irrisória durante toda a década de 1940 (Tabela abaixo), e a Escola contava com parcerias que promoviam formações intensivas, sendo a LBA a mais expressiva dos anos iniciais. Em 1946, no relatório anual da Escola, é possível identificar que a parceria com a LBA promove

um plano do Curso Intensivo para Legionárias do Interior (os Relatórios Anuais indicam a promoção, pela Escola, desde 1943, de Cursos intensivos para “legionárias” do interior). Além de ter à sua disposição uma cota de matrículas na Escola durante os anos (em média de 10). Entre janeiro e abril de 1946 a Escola também promove um Curso Intensivo para a formação de auxiliar social, junto ao Departamento de Previdência Social do Ministério do Trabalho (SILVEIRA JR., 2018, s/p apud ESS/PE, Relatório Anual, 1946)

Gráfico 1 – Evolução do número de matrículas e diplomações da Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1969)



Fonte: Silveira Jr., 2019.

A LBA pode ser considerada uma das principais entidades parceiras da Escola, não somente pelos cursos intensivos, mas também pelo setor financeiro onde “praticamente 70% dos custos eram sustentados pelas subvenções do Estado, da Prefeitura e da LBA (e desse total, algo em torno de 85% correspondentes apenas à LBA) - apenas aproximadamente 10% dos custos totais da Escola advinham das taxas escolares” (SILVEIRA JR. 2018, s/p).

Em 1945, as instituições que contavam com a presença do Serviço Social (sobretudo de estudantes que realizavam trabalho remunerado ou voluntário) foram: “Juizado de Menores; Legião Brasileira de Assistência; Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes; Hospital Osvaldo Cruz; Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental; Senhoras de Caridade; Círculo Operário; Serviço de Assistência Social de Escada (SAE)” (*ibidem*).

O percurso inicial na Escola é marcado pela realização de intercâmbios entre estudantes e professoras com as Escolas de São Paulo e Rio de Janeiro. Isso fica evidente a partir da observação do conteúdo dos primeiros TCCs apresentados pela Escola, onde a experiência em programas de cidades do eixo Rio-São Paulo dava base às perspectivas teórico-metodológicas apresentadas pela ESSPE. Somente em 1946 o primeiro TCC vinculado à ESSPE aparece no acervo, sendo escrito por Maria da Glória de Andrade Lima, com o título “Uma experiência de Serviço Social junto aos Círculos Operários”.³³

³³ O arquivo está registrado, mas não foi localizado para a digitalização no acervo digital do MEHSSPE.

Em 1949 surge outro trabalho vinculado à experiência de Estágio na Escola Ulysses Pernambuco, escrito por Ana Pereira da Costa com o título “Contribuição ao estudo da assistência aos anormais educáveis”.

Neste sentido, como foi mencionado anteriormente, somente a partir da década de 1950 é possível identificar uma expansiva racionalização e tecnificação da prática, provocada pela maior incidência de estudantes e profissionais nos espaços sócio-ocupacionais.

3.3 Da organização de comunidade ao desenvolvimento de comunidade

Em certo momento da tese de Helena Padilha (2008), somos apresentados a trechos de entrevistas concedidas por antigas alunas e professores da ESSPE que revelam detalhes memorialísticos que se “confundem” com a história da Escola e da profissão em Pernambuco. Um importante relato, para os propósitos deste trabalho, foi realizado por Anita Aline:

Então a Escola já trabalhava com alguns temas de comunidades e desenvolvimento de comunidade. Então é a época do desenvolvimento de comunidade. É a época áurea do desenvolvimento de comunidade. a Escola entra na ideologia do desenvolvimento da CEPAL, sob a influência da SUDENE, passando a contar com Paulo Freire, Dirceu Pessoa, Paulo Maciel, no seu quadro de pessoal. A Escola passa a privilegiar o desenvolvimento da comunidade. Embora se diga ter sido nos anos 50. Não foi. O Serviço Social foi primeiramente voltado para a ação comunitária, nós não tivemos isso aqui não, não era o desenvolvimento de comunidade, era organização de comunidade. Então veja, nos anos de 1950 é a preocupação assim, com a criação de um Fichário Central de Obras. As medidas com vista a reduzir os problemas das pequenas populações, essas coisas. Então nos anos 60 e 70, a Escola embarca na ideologia do desenvolvimento. A SUDENE torna-se referência, para todas as escolas do Nordeste, com Celso Furtado. Não existia financiamento. Todas as entidades que existiam, como, SESI, SESC, não financiavam a Escola. Era a própria Escola que se financiava. Nos fins dos anos 60, 70, a LBA é reestruturada, dá-se a criação da FEBEM, mas só havia articulação em função dos estágios, havia, então uma colaboração do Serviço Social na implementação desses programas. (ALINE, A. Entrevista para o Projeto Memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco, 2007 apud PADILHA, 2008, 294)

A afirmação muito esclarecedora de Anita Aline indica uma distinção importante no que se refere ao uso do termo “comunidade” na ESSPE. Seguindo o pressuposto da professora, na década de 1950 existiam ações voltadas à comunidade que não tinham

relação com a ideologia do desenvolvimento; eram ações restritas às problemáticas das pequenas populações e à criação de um Fichário Central de Obras. A SUDENE, aparentemente, surge como um marco na definição sobre a organização de comunidade através da incorporação da noção de desenvolvimento; quer dizer, a comunidade aparece como um local de implementação do desenvolvimento. No entanto, qual seria o sentido desse desenvolvimento? Por que e para quê se usa o termo? E de que maneira isto muda as ações do Serviço Social na comunidade?

Tal distinção também é identificada por Silveira Jr. e Almeida (2019, p. 139, *grifos nosso*), quando abordam sobre a incorporação do desenvolvimento de comunidade na ESSPE:

Numa primeira aproximação, esboçam-se, ao menos, dois grandes estágios gerais, que se interpenetram num dado momento: os trabalhos preparativos de organização de comunidade – esses, iniciados em finais de 1940, nascem pelo protagonismo da própria ESSPE, através da criação do Fichário Geral de Obras, e, depois, desdobram-se na entrada em campo de assistentes sociais e estudantes para o *diagnóstico, pesquisa, estudo e mapeamento das características e potenciais de determinadas comunidades, visando o posterior encaminhamento de projetos de desenvolvimento e reforço dos vínculos entre estas e o governo*. [...] Mais precisamente o Serviço Social de Casos e de Grupos passam a figurar, progressivamente, como estratégias subsidiárias ao trabalho de organização e desenvolvimento de comunidade.

Na perspectiva dos autores, é possível identificar uma mudança qualitativa na abordagem do Serviço Social, que supõe a incorporação de suportes analíticos mais técnicos, garantindo ao Estado um maior conhecimento – e domínio - das potencialidades da comunidade.

Compreendemos que o desenvolvimento de comunidade não foi apenas uma abordagem contendo um conjunto de técnicas que visavam o aprimoramento das comunidades; foi também uma justificativa ideológica para a implementação de políticas que permitiram a reprodução da força de trabalho em íntima ligação com o a reprodução do controle e da ideologia dominante, dois eixos sobre o Serviço Social que apontamos no início deste capítulo. Em nossa compreensão, a mudança de qualidade na abordagem comunitária se estabeleceu concretamente através de dois aspectos: das mudanças curriculares na ESSPE e do intercâmbio entre a Escola e outras entidades de formação, a nível nacional e internacional

Tais mudanças no quadro interno da profissão, bem como os processos de intercâmbio, aparecem especialmente nas pesquisas de Ana Vieira (1992) e Silveira Jr. e Almeida (2019), onde são destacados os cursos de formação oferecidos por assistentes

sociais de outros países e Estados, além das mudanças no quadro curricular realizadas a partir da década de 1960.

De maneira geral, a participação de assistentes sociais brasileiras em eventos internacionais conduziu a profissão a repensar suas bases e a buscar construir entidades que promovessem a profissão no país. Em 1945, assistentes sociais brasileiras participaram do Congresso de Atlantic City, nos EUA - que inclusive viabilizou um programa de bolsas de estudo para profissionais brasileiras -; além também do 1º Congresso Panamericano de Serviço Social, realizado no Chile (VIEIRA, 1992). Tais participações foram importantes para a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e da Associação Brasileira de Assistentes sociais (ABAS).

A partir da década de 1950, o conteúdo programático da profissão passou por uma homogeneização e seu ensino foi regulamentado através da lei 1889, de 13 de junho de 1953, e do decreto-lei 35.311, de 2 de abril de 1954 (VIEIRA, 1992).

A ABESS foi muito importante porque aglutinou

as unidades de ensino de Serviço Social, fazendo-as pensar, em conjunto, no rumo que deveria ser dado à formação profissional. [...] É assim que à forte orientação católico-doutrinária da formação dos primeiros vinte anos vai se mesclando, em meados da década de 1950 à orientação desenvolvimentista – o assistente social sendo formado para contribuir ao desenvolvimento nacional. Mais ainda, a marca confessional da profissão é expurgada para que o Serviço Social se constitua como profissão. (VIEIRA, 1992, p. 140).

No quadro 1 abaixo, é apresentado um panorama geral do quadro de disciplinas que permeavam na ESSPE entre as décadas de 1950 e 1960.

CURRÍCULO PLENO					
DISCIPLINAS CURRÍCULO MÍNIMO (1954)		DISCIPLINAS DÉCADA DE 50		DISCIPLINAS DÉCADA DE 60	
REMANESCENTES DÉCADA 40	NOVAS	REMANESCENTES	NOVAS	NOVAS	EXCLUIDAS
Sociologia	Pesquisa Social	Religião	Ped. e Rel. Humanas	Téc. Aux.; Corp.	Ped. e Rel. Humanas
Psicologia	Higiene Profissional	Semi. Formação	Doutrina Social	Sind./Ed.Pop.	Problemas
Estatística	Adm. de Obras Sociais	Filosofia Moral	Problemas Rurais	Desenv. e SS	Sam. de Forma.
Economia Social	Serviço Social de Casos	Higiene Mental	Intr. S. Social	Antr. Cultural	Religião
Direito	Serviço Social de Grupo	Psiquiatria	Educação Popular	Desenv. e Org. de Comunidades	Téc. Aux. S. Social Rural
Legislação Social	Atividades de Grupo	Puericultura	Alim./Nutrição	Adm. em S. Social	
Ética Geral			Sociologia Regional		
Ética Profissional					
Organiz. Soc. Comunidade					
	Campos:			Campos:	Campos:
	SS Família/compl.			Serviço Social Rural	Serviço Social Rural
	SS Menores/compl.				
	SS Mérito-Social/ compl.				
	SS Trabalho/compl.				

Fonte: Ana Viera (1992)

Segundo Vieira (1992), a década de 1960 “mostra o ensino se laicizando, substituindo conteúdos de ordem moral-doutrinário por conhecimentos científicos que permitiram, aos futuros profissionais, lidar com a realidade subdesenvolvida, pobre, da região”. A autora destaca também que a composição da ESSPE envolveu consideráveis processos de intercâmbio entre professoras de outras escolas do Brasil, e entre profissionais de entidades de outros países, tais como a Bélgica e o Canadá, mas sobretudo dos Estados Unidos.

Na década de 1950, desenvolveu-se uma programação de intercâmbio e palestras com professores e profissionais norte-americanos, estes participando do Acordo Ponto IV, de intercâmbio e cooperação técnica e financeira. [...] Em 1955, a Escola recebeu a visita das diretoras da UCISS – Marie Baers e Anne Marie de Vuyst, que vieram falar sobre a ação social na Bélgica e sobre as atividades na UCISS. Ainda nesse ano, Catherine Jennings ministrou curso sobre o Serviço Social de grupo, sob o patrocínio do ponto IV. Seu curso teve 182 alunos, entre professores, supervisores, estudantes e pessoal de obras, de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. [...] A o longo desse período, tivemos também no Estado a presença de nomes nacionais - Alceu Amoroso Lima (1956), Balbina Ottoni Vieira, do Rio de Janeiro (1956), Giovana Xavier, do Rio Grande do Sul (1958), Sarah Fiuza, do Ceará, Maria Augusta Abano, do Rio (1960), entre outros (VIEIRA, 1992, p. 151-152).

No levantamento dos TCCs realizado por Vieira (1992, p. 151), a autora informa que do início do curso até o final da década de 1950 são encontrados 61 trabalhos, dos quais

29,5% tratavam da atuação do Serviço Social na área médico-social; 24,5% no setor de assistência e previdência social e 19,6% na área de menor/adolescente. Os trabalhos em comunidades e conjuntos residenciais foram abordados em 21,3% das monografias, concentrando-se nos anos finais do período. Essa tendência modificou-se profundamente na década seguinte, com a aproximação do Serviço Social à perspectiva desenvolvimentista e a importância da participação das comunidades nesse esforço.

Como é possível observar no gráfico abaixo, de autoria do MEHSSPE, a partir da década de 1960 ocorreu um aumento expressivo do uso dos métodos de desenvolvimento de comunidade na ESSPE.

Gráfico 2: TCCs da ESSPE



Fonte: MEHSSPE (2019)

Buscaremos observar os TCC que tratam sobre o desenvolvimento de comunidade, entre os finais dos anos 1950 até 1963, período que antecede o golpe, para apreender quais instituições contrataram o Serviço Social, as definições elaboradas sobre o que seria o desenvolvimento de comunidade e a contribuição do Serviço Social nesse processo. No período supracitado foram encontramos dez trabalhos, que apresentam sistematizações sobre as comunidades, as instituições contratantes e as conexões com o desenvolvimentismo.

Quadro 2: TCCs sobre a abordagem comunitária na ESSPE (1958-1963)

	Autoria	Título	Instituição	Metodologia
1	RIBEIRO, Judite da Mata (1958)	Uma experiência de trabalho social numa área do nordeste	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) - Escritório Local de Bom Conselho	Desenvolvimento de Comunidade
2	FONSECA, Wanda Gomes da (1958)	O despertar de Cavaleiro para a ação comunitária	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretária de Educação e Cultura - Escola de Especialização Rural "Murilo Braga"	Desenvolvimento de Comunidade
3	MACIEL, Thelma de Souza (1959)	Desenvolvimento e Serviço Social no Programa do	Departamento Nacional da Criança (DNCr) e	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade

		Departamento Nacional da Criança e Fundo Internacional de Socorro à Infância (DNCr - FISI)	Fundo Internacional de Socorro a Infância (FISI-UNESCO) - Campanha Educativa	
4	BEZERRA, Maria Aída Neves (1959)	Contribuição do assistente social aos programas do projeto piloto de eletrificação rural	Projeto Piloto de Eletrificação Rural em Itacuruba e Rodelas	Desenvolvimento de Comunidade
5	MELO, Maria Lucia Macedo (1960)	Dois unidos, uma vila popular**	Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM) - Conjunto Residencial de Dois Unidos	Organização Social de Comunidade
6	DOURADO, Miriam Souto (1960)	Valor do Serviço Social Escolar em entidade pública	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretária de Educação e Cultura - Grupo Escolar "Frei Caneca"	Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
7	PINHEIRO, Anita da Silva (1961)	Uma comunidade face ao problema do analfabetismo	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretária de Educação e Cultura - Grupo Escolar Rural "Heróis da Restauração"	Organização Social de Comunidade
8	ANDRADE, Margarida Espadeiro de (1961)	Camocim de São Felix – Uma comunidade que se desenvolve	Serviço Social Rural - Conselho Regional de Pernambuco	Desenvolvimento de Comunidade
9	ARY, Zaira (1963)	Uma experiência de Educação Popular: Centro de Cultura D. Olegarinha.	Movimento de Cultura Popular (MPC) - Centro de Cultura D. Olegarinha do Projeto de Educação de Adultos	Organização Social de Comunidade
10	DANTAS, Célia Costa (1963)	Uma experiência de estudo da comunidade nos Coelhoos.	Movimento de Educação de Bases (MEB) - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	Organização Social de Comunidade

Fonte: Autoria própria (2023)

**** Documento não encontrado para digitalização**

O primeiro trabalho foi elaborado por Judite da Mata Ribeiro e vinculado a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) - Escritório Local de Bom Conselho, com o título “Uma experiência de trabalho social numa área do nordeste”. No trabalho, a aluna buscou explicitar porque é importante aplicar as técnicas de Serviço Social ao trabalho promovido pela ANCAR, no sentido de contribuir na formação social dos supervisores, “para a realização de um trabalho mais profundo e mais humano”. Trata-se de uma abordagem sobre o Nordeste Rural.

A ANCAR foi criada em 1954, e foi uma associação de assistência técnica e educativa voltada para os trabalhadores rurais, tendo como entidades fundadoras o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e a Associação Internacional Americana (AIA), visando contribuir no desenvolvimento sócio econômico da população rural do Nordeste. O trabalho identifica o Nordeste a partir de um conjunto de problemáticas vinculadas ao problema da terra, da saúde pública, da vida associativa, da vida familiar. O subdesenvolvimento do Nordeste é abordado como uma questão de vontade política e por isto a importância de serem criados programas e políticas de enfrentamento ao subdesenvolvimento.

No Trabalho de Wanda Gomes da Fonsceca (1958), intitulado “O despertar de Cavaleiro para a ação comunitária” é vinculado ao Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretária de Educação e Cultura - Escola de Especialização Rural "Murilo Braga". No trabalho, a organização de comunidade é definida como uma forma de “conhecer necessidades, mobilizar recursos, suscitar interesse dos indivíduos e dos grupos para que trabalhem pelo bem-estar de sua comunidade. É, assim, um processo dinâmico e de grande alcance”.

O Serviço Social aparece como um agente a desempenhar um papel mobilizador ou “agente catalítico”, a partir da identificação das problemáticas e potencialidades da comunidade. As ações das assistentes sociais são intimamente ligadas ao cotidiano dos moradores do distrito de Cavaleiro, e visava a melhoria da comunidade a partir do ideal da participação da comunidade.

O trabalho de Thelma de Souza Maciel (1959), é intitulado “Desenvolvimento e Serviço Social no Programa do Departamento Nacional da Criança e Fundo Internacional de Socorro à Infância (DNCr - FISI)”, e é vinculado ao DNCr FISI-UNESCO - Campanha

Educativa. Aqui, a estudante apresenta um conceito abrangente de desenvolvimento, sendo “um processo global, onde se envolvem todas as dimensões do homem”. A aluna apresenta uma abordagem explícita sobre o que seria o desenvolvimento, atrelado ao desenvolvimento de “todas as potencialidades do homem”. A abordagem da estudante é muito reveladora sobre o sentido do Serviço Social no desenvolvimentismo, pois a profissão é apresentada como o agente responsável por preparar o homem para receber e aproveitar o desenvolvimento econômico.

Assim como no trabalho anterior, no trabalho de Maria Aída Neves Bezerra (1959), intitulado “Contribuição do assistente social aos programas do projeto piloto de eletrificação rural”, vinculado ao Projeto Piloto de Eletrificação Rural em Itacuruba e Rodelas, a abordagem sobre o desenvolvimento e a função do Serviço Social é muito semelhante. A estudante apresenta um projeto de desenvolvimento para o Nordeste que visava levar eletricidade para Itacuruba – BA e que contou com a participação de inúmeras entidades no planejamento e execução do empreendimento: tinha a União Panamericana, além de um comitê contendo representantes da Comissão do Vale de São Francisco e da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), além do Banco do Nordeste e Banco de Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A estudante identifica a energia elétrica como um fator importante para o progresso e, assim como no trabalho anterior, a profissão é posicionada como um agente responsável por educar a população para o uso mais adequado da energia elétrica.

No Trabalho de Miriam Souto Dourado (1960), intitulado “Valor do Serviço Social Escolar em entidade pública”, vinculado ao Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretária de Educação e Cultura - Grupo Escolar "Frei Caneca", a aluna observa as problemáticas dos alunos numa dimensão mais abrangente, articulando metodologicamente a escola com o “meio”, que, neste caso, seria a comunidade.

A estudante salienta que “o Serviço Social é instrumento de educação integral” e que a profissão cumpriria o papel de extrair do indivíduo suas melhores atribuições, “desenvolvendo-as e ordenando-as” e, assim, tornando o homem apto a se realizar a partir de sua própria determinação.

No trabalho de Anita da Silva Pinheiro (1961), intitulado “Uma comunidade face ao problema do analfabetismo”, vinculado ao Serviço Social Escolar do Departamento de

Assistência Escolar da Secretária de Educação e Cultura - Grupo Escolar Rural ‘Heróis da Restauração’”, o processo de organização de comunidade é caracterizado como um meio para atingir uma finalidade – neste caso, a educação de base. A estudante apresenta a educação como um elemento que viabiliza aos indivíduos “instrumentos indispensáveis da cultura”, permitindo seu maior desenvolvimento e ajustamento social.

No TCC de Margarida Espadeiro de Andrade (1961), intitulado “Camocim de São Felix – Uma comunidade que se desenvolve”, vinculado ao Serviço Social Rural – Conselho Regional de Pernambuco, a estudante tece breves considerações sobre a importância do conhecimento científico e técnico para o desenvolvimento da população rural, enfatizando que o desenvolvimento rural só pode ser alcançado através do desenvolvimento da comunidade e do estímulo da participação de cada indivíduo nos processos de mudança.

A perspectiva de Desenvolvimento e organização de comunidade é apresentada como um conjunto de técnicas e métodos que permitem a participação horizontal dos indivíduos, através de técnicas educativas.

O trabalho de Zaira Ary (1963), intitulado “Uma experiência de Educação Popular: Centro de Cultura D. Olegarinha”, é vinculado ao “Movimento de Cultura Popular (MCP) - Centro de Cultura D. Olegarinha do Projeto de Educação de Adultos”. Neste trabalho encontramos uma abordagem que destoa de todas as outras. Se nos trabalhos anteriores, encontramos um Serviço Social vinculado a projetos de desenvolvimento mais funcionalistas, voltados ao ajustamento dos indivíduos ou à preparação deles para receber o desenvolvimento, neste trabalho o Serviço Social é apresentado como um “instrumento eficaz na educação do povo para a vida comunitária”. Coordenado por Paulo Freire, o próprio MCP oferecia uma abordagem que destoava das outras em decorrência de sua concepção de comunidade, de indivíduo, de educação.

A comunidade e os indivíduos não aparecem como meios para alcançar determinado fim: a comunidade é o próprio fim e a educação funcionaria para libertar o povo do individualismo, capaz de tornar o “homem consciente do seu existir com os outros”: na família, no espaço local, nacional ou internacional. A estudante apresenta uma concepção crítica sobre o papel da educação no processo de desenvolvimento, refletindo sobre as “condições existenciais do homem moderno” e sua expressão na realidade brasileira – que passava por um processo de forte demanda popular por “reformas de

base”. O Serviço Social é caracterizado como um instrumento educacional que precisa buscar constantemente renovar seus métodos, “inserindo-se no processo de transformação da realidade brasileira”. O TCC apresenta uma concepção de desenvolvimento que supõe a participação popular numa perspectiva de transformação da realidade, onde o Serviço Social contribuiria não apenas como um agente do desenvolvimento, mas como um agente no processo de humanização da sociedade brasileira e de sua transformação.

No TCC de Célia Costa Dantas (1963), intitulado “Uma experiência de estudo da comunidade nos Coelhos”, vinculado ao Movimento de Educação de Bases (MEB) - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a estudante apresenta uma proposta de trabalho no Centro Social dos Coelhos com a intenção de desenvolver uma consciência comunitária. A aluna parte da concepção de que é necessário existir um intercâmbio entre os grupos baseado na ideia de dar aos grupos um sentimento de pertencimento à comunidade, “de dependerem uns dos outros”; assim, segundo Célia Dantas, “a comunidade estará apta a tomar decisões para solução de seus problemas”.

A partir do levantamento realizado por este trabalho, foi constatado que a ideologia de desenvolvimento foi dinamizada na ESSPE através do desenvolvimento de comunidade, sobretudo a partir de projetos voltados para a área rural do Nordeste. Nos trabalhos, não existe uma distinção clara sobre os conceitos de “organização” e de “desenvolvimento” de comunidade: ambos parecem ser introduzidos pela profissão sem muitas cautelas ou reflexão. Ademais, tal questão não parece ser polêmica na Escola, apesar dos termos terem origens históricas distintas. O ponto central é que para ser incorporado nos projetos desenvolvimentistas o Serviço Social precisava dispor de um arsenal técnico que o tornasse capaz de levantar dados qualitativos e quantitativos sobre os trabalhadores e suas famílias.

A grande questão é que o uso dos métodos no desenvolvimento de comunidade tinha um sentido novo. O horizonte não era mais ajustar o homem à comunidade e por extensão à sociedade. O Serviço Social no interior do desenvolvimentismo buscava no ajustamento do homem as possibilidades de adequá-lo à modernização, prepará-lo para receber, quais sejam, o progresso, o avanço, o desenvolvimento.

O desenvolvimento de comunidade tem origem no processo de expansão do ideário desenvolvimentista dos países centrais aos países periféricos, e isto chega ao Serviço Social por meio de programas e projetos que formam uma unidade contraditória:

ao passo que funcionam reproduzindo a força de trabalho, impõe também a ideologia dominante e o controle social.

Essa unidade contraditória, ganha ainda mais dramaticidade posta numa dinâmica de capitalismo dependente que se estabelece enraizado na *superexploração da força de trabalho*. As condições precárias de trabalho, de habitação, de alimentação, de higiene são colocadas como uma questão que impossibilita o pleno desenvolvimento do capitalismo. Assim, o Serviço Social é introduzido nas políticas desenvolvimentistas para identificar nas condições de vida das classes trabalhadoras as problemáticas que impediriam a implementação dos projetos. Num contexto onde já possuía um arcabouço teórico-prático, vide as mudanças no quadro curricular, que permitia ao profissional identificar problemáticas para além do que era requisitado pelas entidades, a profissão se destacava por não se restringir ao espaço algébrico do desenvolvimentismo em abstrato.

A autonomia relativa do Serviço Social permite que a profissão caminhe num duplo sentido: restringir sua abordagem apenas à perspectiva daqueles que o contratavam ou ampliar o horizonte de sua intervenção vinculando-se a perspectivas diversas. Isso aparece explicitamente no TCC de Ribeiro (1958) quando aborda sobre o papel do Serviço Social na ANCAR:

a ANCAR se propõe a efetuar um trabalho de educação no campo da extensão rural – portanto, em um âmbito de ação mais restrito – e a ele, de certo modo, teríamos de nos cingir. Contudo, graças à formação social que tínhamos adquirido no curso de Serviço Social, não poderíamos nos limitar, estritamente, ao programa que nos era confiado. Assim, [...] tivemos de extravasar nossa formação de assistente social, no desenvolvimento de nossas atividades, seja informando nosso trabalho de relacionamento pessoal e social, pelo espírito e pela técnica de Serviço Social, seja nos dando a iniciativas extras-programa

O “extravasar” adotado pela profissional, possível em decorrência de sua relativa autonomia, se estabeleceu através de uma perspectiva funcionalista sobre o trabalhador rural, comprovando que expandir o horizonte para além da restrição do campo de atuação não significa necessariamente adotar uma perspectiva crítica; e que essa amplificação pode significar uma reatualização do conservadorismo.

O método de organização de comunidade aparece como um meio que visa estimular a ação dos trabalhadores na própria comunidade. Esse estímulo consiste, de maneira geral, a depender do programa adotado; se for através dum projeto desenvolvimentista, a profissão adota uma prática educativa voltada aos trabalhadores,

no sentido de prepará-los para receber as mudanças capitaneadas pelo projeto. Um exemplo disso estão nas ações do Serviço Social na ANCAR e no projeto piloto de eletrificação rural, realizado em Itacuruba-PE. No segundo caso, a justificativa da adoção do Serviço Social no projeto aparece da seguinte forma:

Prevê-se uma mudança muito rápida dos hábitos e conceitos de vida, devido as novas condições de vida criadas pelo aproveitamento da energia elétrica e desenvolvimento do projeto. [...] a iluminação das ruas possibilitando vida noturna, trará problemas que devem ser considerados. [...] O rápido desenvolvimento econômico provocado pelo aproveitamento da energia elétrica poderá desequilibrar a ordem econômica e social. O rádio, o cinema, farão uma verdadeira revolução na mentalidade desse povo, até então vivendo isolado.

O Serviço Social aparece como uma profissão que busca equalizar a força de trabalho “menos qualificada” para os propósitos industrializantes, modernizadores. Isto ocorre na busca por adequar o padrão de vida tradicional ao padrão de vida moderno.

Um fator que chama atenção, consiste no fato de que, em alguns casos, a perspectiva adotada pelo Serviço Social posiciona o trabalhador como responsável por construir ações que deveriam ser de responsabilidade do Estado. O TCC de Fonseca (1958), sobre a comunidade de cavaleiro, possui um exemplo emblemático sobre isso: a partir da experiência na comunidade de Cavaleiro, a estudante menciona, de maneira positiva, que a própria população instalou um transformador de energia elétrica na comunidade. Por outro lado, ela afirma que a questão da precariedade do transporte público foi debatida pela população e encaminhada ao prefeito, como uma demanda que deveria ser resolvida pelo Estado.

O desenvolvimento de comunidade aparece como um processo, como um horizonte utópico - projetado por meio do uso de instrumentos “próprios” do Serviço Social (de caso e de grupo). Confunde-se e mistura-se com a organização de comunidade, e tem como objetivo coletar informações sobre o padrão de vida dos trabalhadores para constituir um plano de ação, que dentro das finalidades colocadas, torna-se uma intervenção voltada para o cotidiano dos trabalhadores.

A autonomia relativa da profissão permite que certos temas sejam “disputados”. Temas que, de maneira bastante amplificada, correspondem aos aparelhos privados de hegemonia das sociedades capitalistas: escola, família, igreja. Tais instituições são esferas

que gravitam no processo histórico-dialético real, são constituídas a partir da práxis dos sujeitos e podem apresentar sentidos diferentes e anti hegemônicos.

O desenvolvimentismo incorpora esses aparelhos estrategicamente através do desenvolvimento de comunidade, reforçando-os como espaços de reprodução da ordem vigente, que, a depender do nível de coerção e de consenso, pode ou não ser tensionado por forças sociais que buscam mudanças estruturais.

Assim, a forma como a profissão tematiza sobre os aparelhos privados de hegemonia vai delineando sua inserção na “batalha das ideias”: ampliando o horizonte de sua intervenção, cria-se um ambiente propício para a gênese da renovação profissional, que, em Pernambuco, é predominado por uma perspectiva funcionalista relativa à ideologia do desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se é verdade, em termos de método, que do mais complexo é possível observar o mais simples, ou que a “anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco”, é necessário superar interpretações que pressupõem o Serviço Social de maneira a-histórica e entender o passado e o presente como esferas do tempo onde a manutenção ou superação da ordem da mercantilização da vida não são dados, como entidades fixas. A história é orquestrada por sujeitos que vivem e politizam sua realidade, que se organizam, que participam ativamente da produção das sociedades e da história.

A partir de um processo de sucessivas aproximações ao objeto, foi possível constatar que o debate sobre o desenvolvimento do Brasil não se apresenta como uma pauta meramente teórica ou tecnicista: é sobretudo uma pauta política, que se estabelece ideologicamente na procura por responder como superar o ‘atraso’ nacional-regional. Trata-se de um problema conduzido por forças sociais que compõem a luta de classes no país.

Buscou-se identificar na profissão em Pernambuco as implicações da ideologia do desenvolvimento no seu período de enraizamento, tendo como mediação a Escola de Serviço Social em Pernambuco (ESSPE). Tomou-se como campo de visão mais ampla a vinculação entre o Nordeste nas relações sociais capitalistas do país, no processo de

reprodução social, tendo como mediação a Escola de Serviço Social em Pernambuco (ESSPE).

Neste trabalho o Serviço Social, como profissão, foi compreendido não somente como produto das elaborações teóricas e práticas acumuladas durante seu desenvolvimento (NETTO, 2011). Quer dizer, os acúmulos teóricos e práticos guardam sua relevância histórica e política porque correspondem a projetos de classe contraditórios, apresentados à profissão através dos serviços sociais, das políticas, dos programas etc. As auto representações elaboradas pelo Serviço Social vão se constituindo historicamente na medida que a profissão participa da dinâmica da luta de classes do país, vinculadas às relações sociais antagônicas que caracterizam a particularidade nacional.

Assim, a pesquisa buscou identificar em quais processos, projetos e horizontes sociais a profissão em Pernambuco estava inserida no período que antecede o golpe de 1964, período fortemente marcado por uma efervescência política que, em seu conjunto, buscava respostas sobre o porquê do Brasil ser subdesenvolvido e qual o melhor caminho para superar o seu subdesenvolvimento.

O clima de efervescência política entre os finais da década de 1950 e início de 1960, dinamizado econômica e geopoliticamente pela guerra fria e por uma crise política de hegemonia nacional-regional que desaguou na vitória da autocracia burguesa, pode ser compreendido a partir de projetos societários distintos que desenhavam um horizonte social pro país; e pelas linhas de força que objetivavam manter ou romper com o padrão de desenvolvimento dependente e associado constituído pela particularidade histórica da formação sócio-econômica brasileira. Todo caldo político da época, comumente denominado como “efervescência política” ou de luta por “reformas de base”, jogava o jogo sobre como dar continuidade ao processo de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil.

Se no início da década de 1950 as problemáticas colocadas para o Serviço Social eram encaminhadas a partir de uma perspectiva mais microscópica, vinculada ao “desajustamento social”, onde as expressões da questão social eram encaradas pelo Estado através da incorporação do “Serviço Social de casos” e de “grupos”; no início da década seguinte as mudanças econômicas e políticas expandiram os campos e perspectivas de intervenção do Serviço Social a partir da identificação de outras problemáticas que precisavam de novas formas de intervenção: formas estas que seriam

mais macroscópicas. Isto não significa que o desenvolvimento de comunidade anulou as outras metodologias, antes o contrário, elas são combinadas; no entanto, o desenvolvimento de comunidade tornou-se “carro chefe” das políticas desenvolvimentistas no Brasil desde a década de 1950, como bem identificou Safira Ammann (2013) e paulatinamente foi incorporada pela profissão.

Entre os anos 1961 a 1964, a prática profissional do Serviço Social começa a ser forjada por novas modalidades de intervenção do Estado diante da questão social, como bem identifica Ozanira Silva e Silva (1995). A autora apresenta duas tendências abrangentes que aparecem no Serviço Social no período: a *conservadora* e a *mudancista*. A autora reconhece que a tendência mudancista é expressa por uma pequena parcela da profissão, que percebem as contradições e necessidades de mudanças radicais. Silva e Silva (1995) afirma que a profissão começa a politizar o Desenvolvimento de Comunidade de forma crítica e classista, ligada ao desenvolvimento nacional; além da participação de assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire e de ações da cultura cristã de esquerda.

Isto ocorre num contexto de enraizamento da ideologia do desenvolvimento, que aparece como um horizonte utópico condensado por um conjunto de postulados que buscava interpretar a América Latina e o país, no sentido de superar ou não o padrão de desenvolvimento dependente. Em paralelo a isto, criam-se as condições para a emergência do desenvolvimento de comunidade, compreendido como um *horizonte utópico adjetivado*, que desempenha a função de “racionalizar” os processos de ação comunitária no sentido de modelar a sociedade por meio de ideias de “bem estar”, “desenvolvimento nacional” etc., vinculados às perspectivas do imperialismo norte americano.

A permissão do aparelho estatal por maior incorporação de capital estrangeiro no país não significou apenas a internacionalização da economia brasileira, ou mais desenvolvimento das forças produtivas. A incorporação de capital estrangeiro fortaleceu uma maior intervenção de setores da burguesia estrangeira, sobretudo norte americana que, combinado com o histórico padrão de desenvolvimento dependente e associado do país, permitiu a intensificação da superexploração da força de trabalho e incorporação de estratégias contrarrevolucionárias no país.

Na época, o Serviço Social em Pernambuco já passava por um processo de tecnificação da prática graças a expansão e diversificação dos espaços sócio-ocupacionais vinculados às políticas de assistência, assistência rural, saúde pública e atenção médico-previdenciária, habitação social, etc., como bem identificaram Silveira Júnior et al. (2019). Nesse período, Paulo Freire era professor da Escola e sua perspectiva, que também respaldava o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP), influenciava a prática profissional de assistentes sociais que atuavam nas comunidades. Existia também, neste cenário, um estreitamento na relação entre a Escola de Serviço Social (ESSPE) em Pernambuco e a Sudene, por meio da realização de cursos sobre Desenvolvimento de Comunidade (DC) estabelecidos através de convênios com outras instituições (SILVEIRA jr. e ALMEIDA, 2019).

Como ilustram Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social acompanha o processo histórico-concreto da expansão dos serviços sociais, ou espaços sócio-ocupacionais, que ficam cada vez mais racionalizados e dinamizados também por uma divisão social e técnica do trabalho. Isso significa, a grosso modo, que para validar seu desempenho a profissão assumiu as demandas distribuídas nas políticas e instituições sociais de maneira mais técnica e racionalizada, mudando sua auto representação e sua forma de ser. Além disso, as demandas socialmente colocadas ao Serviço Social redimensionam o trabalho profissional dentro da dinâmica da divisão de interesses entre as classes e os grupos sociais. Em síntese, a dimensão ideal da profissão e a sua prática material se constituíram concretamente através de demandas macrosociedades e conjunturais presentes na racionalidade do Estado e das políticas sociais.

O Serviço Social no Nordeste se constituiu dentro do amálgama de desigualdade regional que se expressa no processo de captura do Estado, realizado pela região Centro-Sul. Uma vez que os mecanismos de reprodução social são constituídos numa lógica de divisão regional e desigual do trabalho, o Serviço Social como profissão pode ser instrumentalizado nessa lógica, sem necessariamente estar inserido em políticas ou pautas que envolvam a “questão regional” ou o “planejamento regional”.

REFERÊNCIAS

- ADILSON FILHO, José. PERNAMBUCO À ESQUERDA? A FORÇA POLÍTICA DAS FAMÍLIAS ARRAES-CAMPOS NA ESFERA ESTADUAL. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 5, n. 2, p. 25-45, 2019.
- AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 71, p. 41-79, 2007.
- CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.
- CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. – Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- FRANK, Andre Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. Sinal, 1968.
- FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2014.
- IANNI, Octávio. **A construção da categoria**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 11, n. 41e, p. 397-416, 2011.
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Editora: Civilização Brasileira, 1977.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. Editora Companhia das Letras, 2002.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Trad. Rodnei Nascimento. 2003.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social 1**. Boitempo editorial, 2018
- MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro; CASTELO, Rodrigo. O Estado de Contra-Insurgência. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 3, p. 1-15, 2018.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Tradução Edgard Malagodi. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996
- MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 2000. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm#topp>> Acesso em: 20 fev. 2023.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa.** Boitempo Editorial, 2015.

MOTA, A. Elizabete. De histórias e da memória: José Paulo Netto e a renovação do Serviço Social. In RODRIGUES, Mavi; DE SOUSA, Adrianycy A. Silva (Ed.). **O marxismo impenitente de José Paulo Netto.** Outras Expressões, 2019.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In DE OLIVEIRA, Maria Liduína et al. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** Cortez Editora, 2016a.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 17, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** Cortez Editora, 2015.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** Cortez Editora, 2016b.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** Cortez Editora, 2021.

OLIVEIRA, Francisco. de. **A Economia da Dependência Imperfeita.** Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes.** 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981

OSÓRIO, Jaime. **PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL: UMA PROPOSTA TEÓRICA.** In Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência / Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (orgs.) / São Paulo, SP. - Boitempo: 2012

PADILHA, H. M B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX.** Recife, 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PAGE, Joseph A.; SUASSUNA, Ariano. **A revolução que nunca houve.** Rio de Janeiro: Record, 1972.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. **A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL INTERREGIONAL: A QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE BRASILEIRO (2007-2015).** Rio de Janeiro, 2018. 306 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o popular: registro teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Desenvolvimento brasileiro e luta pela Cultura Nacional**. Itu (SP): Ottoni Editora, 2010

SOUZA, Pedro Rodrigo de. A questão racial no trabalhismo varguista: apontamentos para compreensão da integração do negro no trabalho. **Rev. Sociologias Plurais** v. 9, n. 1, p. 253-269, jan. 2023.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. **Ensino do Serviço Social no Nordeste: entre a Igreja e o Estado**. São Paulo, 1992. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.